

ANA FÁTIMA BERQUÓ CARNEIRO FERREIRA

**DEDOS DE VER: INFORMAÇÃO ESPECIAL NO MUSEU E A
INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Orientadora: Prof^a. Dra. Diana Farjalla Correia Lima

Rio de Janeiro
Fev.2011

B532 Berquó, Ana Fátima.
Dedos de ver: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual / Ana Fátima Berquó Carneiro Ferreira, 2011. 151f.

Orientador: Diana Farjalla Correia Lima.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2011.

1. Museologia. 2. Deficientes visuais – Visitação – Museus. 3. Museu inclusivo. 4. Informação especial. 5. Tecnologia assistiva. I. Ferreira, Ana Fátima Berquó Carneiro. II. Lima, Diana Farjalla Correia. III. Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado e Museologia e Patrimônio. IV. Museu de Astronomia e Ciências Afins. V. Título.

CDD – 069

ANA FÁTIMA BERQUÓ CARNEIRO FERREIRA

**DEDOS DE VER: INFORMAÇÃO ESPECIAL NO MUSEU E A
INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada em: 21/02/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carmelino Souza Vieira – IBC

Prof^a. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro - IBICT (colaboradora PPG-PMUS)

Prof^a. Dra. Diana Farjalla Correia Lima – UNIRIO, PPG-PMUS (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma dissertação de mestrado só é possível com a colaboração de muitas pessoas que contribuem, direta ou indiretamente, com cada ideia e palavras que são escritas. Cada uma dessas pessoas deveria ser alvo de homenagem e eterna gratidão. Algumas delas, entretanto, são mais do que colaboradores: tiveram um papel decisivo no processo desta construção.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado meu caminho e minha mente para concluir esta dissertação.

Aos meus pais, Darcy Berquó Carneiro (estrela no firmamento desde 1997) e Cyldéa Nunes Berquó Carneiro, por tudo que hoje sou. Por me ensinarem que o saber não ocupa espaço e que o maior legado que deixam de herança é a Educação que recebi.

Às minhas filhas, Mariana e Maria Júlia, que souberam esperar entendendo minha ausência causada pelas intermináveis horas dedicadas à leitura, ao estudo ou à elaboração de textos.

Ao meu marido, Jansen, pelo apoio incondicional, entendendo minhas ausências e tomando pra si funções que seriam minhas.

Ao Prof^o Dr. Armando Barros (in memoriam) pelo grande incentivo, horas de estudo e dedicação quando o curso de mestrado ainda era um sonho.

À Direção-Geral do IBC, Sr^a Erica Deslandes Magno Oliveira, à Chefe de Gabinete Maria da Glória de Sousa Almeida e à Diretora do DED, Helena de Souza Ferreira pelo apoio incontestável. A todos os funcionários da DAL, não só pela solidariedade mas também pela sobrecarga de trabalho gerada em função das

minhas muitas ausências para cumprir às exigências do programa. Um agradecimento especial à bibliotecária Geysa Maria de Carvalho pela prestimosa colaboração na arrumação das referências desta dissertação. Outro agradecimento sincero à Raquel Garcia Lopes, pela montagem do Power Point para apresentação da Qualificação.

Aos demais colegas do IBC pelo apoio e incentivo, sempre.

À Amanda Tojal e “Pepitas”, pela qualidade do trabalho que realizam junto ao segmento de público com deficiência no espaço físico da Pinacoteca do Estado de São Paulo, aprendi muito com vocês.

A todas as pessoas com deficiência visual com as quais convivo, vocês me ensinaram a olhar o mundo com outros olhos, razão pela qual cheguei até aqui, em especial Virginia Menezes, Hercen Hildebrant e Vitor Alberto pela torcida e colaboração.

À Virginia Kastrup por todo material bibliográfico disponibilizado.

Ao corpo docente do PPG-PMUS que muito contribuiu para expandir nosso conhecimento sobre os assuntos estudados.

Aos colegas de turma do mestrado: Ana Paula Corrêa de Carvalho, Arlete Sandra Mariano Alves, Eliane Marchesini Zanatta, Jorge Luiz do Amaral, Lilian Mariela Suescun Florez, Maria Alice Ciocca de Oliveira, Michele de Lima Gonçalves e Roseane Silva Novaes aprendi muito com todos vocês.

Reconheço a paciência e atenção da minha orientadora, Prof^a Dr^a Diana Farjalla Correia Lima, exemplo de dedicação, por todas as sugestões e orientações do caminho, que sabe como ninguém a hora de estender a mão e de puxar a

orelha... Especial agradecimento por ter aceitado me orientar em tão relevante tema, mas ainda em fase de legitimação no campo da Museologia. Muito obrigada!

À Banca Examinadora, pelas dicas, sugestões e aconselhamento, especial agradecimento ao membro externo, Prof^o Dr. Carmelino de Souza Vieira, companheiro de luta e conhecedor da causa.

Ao Prof^o Dr. J. Antonio dos S. Borges, criador do sistema de computação para cegos, denominado DOSVOX, pela gentileza de me orientar naquilo que conhece como ninguém.

Enfim, a todos que acreditam na Inclusão Social da pessoa com deficiência visual no Museu como um empreendimento viável.

UM CEGO VISITA O MUSEU

**um cego visita o museu,
passo a passo, de sala em sala,
supõe a voz sábia de um guia**

**a orientação de aluguel,
o leva a palácios, a alas
de especiarias, tesouros**

**eis que o cego pensa a pintura:
nuances, matizes, detalhes,
o leque da luz, todo o espectro**

**a leitura táctil nenhuma
lhe esconde o relevo da tela,
seu desejo solto, sem réplica**

**um cego visita as estéticas
fantasia tais diferenças
(os traços, rabiscos, desenhos)**

**se vê frente a frente com épocas
reunidas na galeria
com a mesma inércia do tempo**

**no museu igualam-se as datas:
a hora da obra ocorre na visita
durante a leitura dos quadros**

**mas o cego quer tudo às claras
o obscuro sentido que à vista
de todos é causa de impacto**

RESUMO

O tema da dissertação é a inclusão social da pessoa com deficiência visual no espaço museológico visando identificar e analisar o uso da Informação Especial e os recursos da Tecnologia Assistiva para fins de atendimento a este público visitante. Teve como estudo de caso três Museus de significativa expressão no cenário brasileiro, dedicados à História, Artes e Ciências: o Museu Histórico Nacional -- MHN, o Museu Nacional de Belas Artes – MNBA e o Museu de Astronomia e Ciências Afins -- MAST localizados na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia de análise incluiu ao lado de fontes nacionais e internacionais os dados de pesquisa realizada por fonte oficial do campo museológico, o Instituto Brasileiro de Museus _IBRAM , a visitação aos espaços físicos dos três Museus com aplicação de formulário para diagnóstico das condições oferecidas para atendimento nos locais e, ainda, visitação aos espaços virtuais – sites na internet - com aplicação de modelo funcional relativo ao padrão de acessibilidade. A análise e interpretação dos resultados nos dois espaços dos Museus apontou carências nas condições de atendimento para a visitação museológica do segmento de público com deficiência visual. Tal fato vem indicar que, embora já esteja em foco no campo da Museologia o debate sobre o denominado museu inclusivo, no momento e nos Museus pesquisados, existe um hiato entre o discurso e a prática da inclusão, inclusive verificado pela dificuldade de encontrar fontes de consulta que tratem do uso das modernas propostas a cargo da Informação Especial e da Tecnologia Assistiva.

Palavras- chave: Museu Inclusivo, Informação Especial, Tecnologia Assistiva

ABSTRACT

The dissertation topic is the social inclusion of people with visual impairment in the museum space to identify and analyze the use of information and resources of the Special Assistive Technology for purposes of compliance with this visitors. Had as a case study of three Museums significant expression in Brazilian society, dedicated to the History, Arts and Sciences, the National History Museum - MHN, the National Museum of Fine Arts - NMFA and the Museum of Astronomy and Related Sciences - located in the MAST city of Rio de Janeiro. The methodology included alongside national and international sources of research data held by an official source from the museum field, the Brazilian Institute of Museum _IBRAM, visitation to the physical spaces of the three museums with the application form for diagnosis of the conditions offered to attend places and also visit the virtual spaces - sites on the Internet - with application of functional model on the standard of accessibility. The analysis and interpretation of results in two areas of Museums showed deficiencies in health care for the visitation of the museum audience segment with visual impairments. This fact has indicated that, although already in the field of Museology focus the debate on the so-called inclusive museum, and the Museums at the time surveyed, there is a gap between rhetoric and practice of inclusion, also verified by the difficulty of finding sources of advice dealing with the use of modern proposals in charge of the Special Information and Assistive Technology.

Keywords: Inclusive Museum, Special Information, Assistive Technology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dedos de Virgínia Menezes explorando máscara de Houdon, na Exposição “ <i>Tesouros do Louvre: Esculturas de Houdon</i> – MHN - abr. 2009. Foto: Ana Fátima Berquó.....	17
Figura 2 – Louis Braille. Fonte: http://www.wikitree.com/wiki/Braille-1	22
Figura 3 – Catarata05.jpg. Fonte: clinicadosolhos.com.br.....	36
Figura 4 – Retinopatiadiabetica.jpg. Fonte: Oftalmorio.com.br.....	37
Figura 5 – Degeneracao11.jpg. Fonte: alexandrerosa.com.....	38
Figura 6 – Glaucoma clip image03.jpg. Fonte: clinicadosolhos.com.br.....	39
Figura 7 – D big.JPG. Fonte:beeweb.forum8.biz.....	40
Figura 8 – Albinos.jpg. Fonte: salud.com.es.....	41
Figura 9 – HelenKeller1904.jpg. Fonte: radhasoamiji.org.....	58
Figura 10 – Piso-tatil-facil.jpg Fonte: thaisfrota.wordpress.com.....	69
Figura 11 – Placa em Braille do Jardim Sensorial do RJ. Fonte: wikiarq.blogspot.com.....	69
Figura 12 – Mapa Tátil do Museu da Patagônia (San Carlos de Bariloche – Argentina).Foto: Ana Fátima Berquó.....	71
Figura 13 – Virginia Menezes, cega congênita, toca uma réplica na Exposição do Houdon no MHN,em 25/03/2009. Foto: Ana Fátima Berquó.....	71
Figura 14 – Leonardo Portela, cego, toca um original no Museu Casa de Rui Barbosa, em 14/04/2010. Foto: Ana Fátima Berquó.....	71
Figura 15 – Maquete da Ponte Rio – Niterói. Foto: Ana Fátima Berquó.....	73
Figura 16 –Maquete do Pão de Açúcar. Foto: Ana Fátima Berquó.....	73
Figura 17 – Maquete do Maracanã. Foto: Ana Fátima Berquó	73
Figura 18 – Maquete do Museu de Arte Contemporânea. Foto: Ana Fátima Berquó	73
Figura 19 – Imagem da obra Antropofagia, Tarsila do Amaral.....	74
Figura 20 – Reprodução tri e bidimensional da obra Antropofagia, de Tarsila do Amaral. Fonte: Pinacoteca do Est.de São Paulo.....	75
Figura 21 – Almeida Junior - Óleo sobre tela.Caipira picando fumo, 1893. Reprodução em relevo em gesso e em E.V.A. Fonte: Acervo da Pinacoteca do Est. de São Paulo	76

Figura 22 – Reprodução tridimensional da obra de Almeida Junior-Caipira picando fumo. Fonte: Acervo da Pinacoteca do Est.de São Paulo.....	76
Figura 23 – Símbolos de acessibilidade na Web.....	77
Figura 24 – William Adolphe Bouguereau (1825-1905) Francês, THE SONG OF THE NIGTINGALE, 1895, pintura a óleo em tela, 55 x 35 polegadas, Oferta do Senhor Robert Badenhop, 1954.12. Fonte: Técnicas de Descrição de Imagem para Sítios Web de Museus.....	83
Figura 25 – Stuart Davis (1894-1964) Americano, PAISAGEM COM MÁQUINA PARTIDA”, 1935, uache sobre papel, 15 ¼ x 22 1/8 polegadas, doação de Virginia Rike Haswell, 1977.39. Fonte: Técnicas de Descrição de Imagem para Sítios Web de Museus.....	86
Figura 26 – Thomas Eakins. Max Schimitt num Barco Solitário, 1871. Fonte: The Audio Description Project.....	87
Figura 27 – Fotografia em preto e branco. Fonte: Revista Brasileira de Tradução Visual.....	89
Figura 28 – Fotomontagem contendo três Museus: MHN, MAST e MNBA.....	91
Figura 29 – Tela inicial do Dosvox.....	100
Figura 30 – Pessoa utilizando uma Linha Braille.....	101
Figura 31- Tela do Validador W3C com o resultado do MHN.....	103
Figura 32 – Tela do Validador W3C com o resultado do MNBA.....	103
Figura 33 – Tela do Validador W3C com o resultado do MAST.....	104
Figura 34 – Pátio dos Canhões – MHN. Foto: Ana Fátima Berquó.....	105
Figura 35 – Pátio dos Canhões, no detalhe, o sino– MHN. Foto: Ana Fátima Berquó	106
Figura 36 – Área externa, circuito expositivo – MAST. Foto: Ana Fátima Berquó.....	107
Figura 37– Placa em Braille – MAST. Foto: Ana Fátima Berquó.....	107
Figura 38 – Vitrine da exposição permanente do MAST. Foto: Ana Fátima Berquó.....	108
Figura 39 – Reprodução bidimensional da obra de Tarsila do Amaral denominada Auto-retrato. Foto: Ana Fátima Berquó.....	111
Figura 40 – Reprodução bidimensional da obra de Manabu Mabe, denominada Natureza Morta. Foto: Ana Fátima Berquó.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro1–Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (OMS).....	34
Quadro 2- Paralelo entre os tipos apresentados por Barraga (1976) e o quadro com informações da OMS.....	35
Quadro 3: Dados básicos do MAST. Fonte: Cadastro Nacional de Museus.....	93
Quadro 4: Dados básicos do MHN. Fonte: Cadastro Nacional de Museus.....	93-94
Quadro 5 - Dados do MHN.....	98
Quadro 6 - Dados do MNBA.....	98
Quadro 7 - Dados do MAST.....	98
Quadro 8: Compilação das respostas dos três Museus, MHN, MNBA e MAST –INFORMAÇÃO ESPECIAL.....	113
Quadro 9: Compilação das respostas dos três Museus, MHN, MNBA e MAST – INFORMAÇÃO MULTISSENSORIAL.....	114
Quadro 10: Compilação das respostas dos três Museus, MHN, MNBA e MAST – INFORMAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL....	117

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CI – Ciência da Informação

CNM – Cadastro Nacional de Museus

CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBC– Instituto Benjamin Constant

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOFOM-LAM – Grupo Regional de Trabalho para a América Latina e o Caribe do Comitê Internacional de Museologia

ICOM – Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MHN – Museu Histórico Nacional

MNBA - Museu Nacional de Belas Artes

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

SIMBA – Sistema de Informações do Museu Nacional de Belas Artes

TA – Tecnologia Assistiva

TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

UNIRIO – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	INCLUSÃO SOCIAL, PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E MUSEU	23
3	OBJETIVOS	54
3.1	Geral.....	54
3.2	Específicos.....	54
4	METODOLOGIA	55
5	MUSEU: INFORMAÇÃO ESPECIAL -- TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INCLUSÃO SOCIAL	58
5.1	TECNOLOGIA ASSISTIVA E ACESSIBILIDADE	67
5.1.1	O Ambiente Espaço Físico.....	69
5.1.2	O Ambiente Web - Espaço Virtual.....	77
5.2	AUDIODESCRIÇÃO EM MUSEU.....	80
6	MUSEUS BRASILEIROS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: PARA ONDE CAMINHA A INCLUSÃO?	92
6.1	IBRAM -- CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS -- Mapeando a diversidade museal brasileira, uma análise	92
6.2	TRÊS MUSEUS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E INCLUSÃO: ANALISANDO O MHN; O MNBA E O MAST.....	97
6.2.1	Espaço Virtual: interpretando os resultados.....	100
6.2.2	Espaço Físico: interpretando os resultados.....	104
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE A – Formulário Espaço físico do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual.-- diagnóstico --	130- 135
	ANEXO A – Carta de apresentação do PPG-PMUS para o MHN	136
	ANEXO B – Carta de apresentação do PPG-PMUS para o MNBA	137
	ANEXO C – Carta de apresentação do PPG-PMUS para o MAST	138
	ANEXO D – Declaração Universal dos Direitos Humanos	139

ANEXO E – Orientações no Relacionamento com Pessoas Cegas..... 145-148

ANEXO F _ Texto: Três dias para ver – Autora: Helen Keller149-151

DEDOS DE VER: INFORMAÇÃO ESPECIAL NO MUSEU E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL



Figura 1- Dedos de Virginia Menezes. Dedos de Virgínia Menezes explorando máscara de Houdon na Exposição “*Tesouros do Louvre: Esculturas de Houdon* – MHN - abr. 2009.

Foto: Ana Fátima Berquó

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação parte de inquietações e questionamentos surgidos ao longo da atuação profissional da autora no Instituto Benjamin Constant (IBC), Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual. Nasce da procura por uma melhor compreensão do percurso de professora e no período de 2003 a 2010 à frente da Divisão de Atividades Culturais e de Lazer (DAL), cujas ações consistiam, entre outras coisas, em promover e organizar visitas a diferentes espaços culturais da cidade do Rio de Janeiro, dando suporte ao planejamento pedagógico da escola, além de contribuir para a inclusão social e cultural da pessoa com deficiência visual que frequenta a referida instituição.

Mesmo antes de ingressar no quadro permanente de professores do IBC, em 1993, já pensava o Museu como importante fonte de informação e aprendizagem, contribuindo para a aquisição e o aperfeiçoamento do nível cultural da sociedade, incluindo tanto aqueles que estão na escola, como os que já não fazem mais parte dela, além daqueles que não tiveram a oportunidade de frequentá-la.

No ano de 2008 busca subsídios para a práxis do trabalho que vinha desenvolvendo no IBC e ingressa no curso Ensino da Arte na Educação Especial e Inclusiva oferecido pela Pinacoteca do Estado de São Paulo voltado para professores e profissionais que atuam nas áreas de Artes, Museus, Educação e Saúde visando o planejamento de programas, cursos e aulas de artes no ensino formal ou não formal dirigido ao público ou classe especial e inclusiva.

O curso ministrado pela Prof^a. Dr^a. Amanda Pinto da Fonseca Tojal e equipe propôs, a partir de métodos e ações educativas, mostrar o atendimento feito às pessoas com deficiências e aos grupos inclusivos, segundo suas diversidades, bem como estimulando as potencialidades, contribuindo para uma fruição e compreensão

multissensorial mais ampla e significativa do conhecimento da arte, tendo como referência o Programa Educativo Públicos Especiais e as obras do Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Alguns questionamentos, em decorrência do contato permanente com pessoas com deficiência visual, são respondidos ao longo da experiência profissional e os que ficaram sem respostas, impulsionaram-na a buscar o curso de mestrado em Museologia e Patrimônio, talvez não apenas para obter respostas, mas por meio da conjugação das temáticas que envolvem a deficiência visual e a Museologia vir a contribuir para a prática museológica no quesito atendimento desse segmento específico de público visitante.

Com relação aos questionamentos um deles está relacionado à forma de inclusão da pessoa com deficiência visual no Museu e de que maneira essas pessoas podem ser acolhidas, podem desfrutar do Museu enquanto objeto de cultura, de deleite espiritual, de prazer estético, de conhecimento científico, de informação, de pesquisa, de puro entretenimento.

Inclusão Social é tema recorrente em diferentes estâncias da sociedade contemporânea com vasto amparo legal; no campo da Museologia, de maneira ainda tímida, começa a surgir aqui e ali este tema englobando diferentes categorias de segmentos de público.

Nesta dissertação o tema da Inclusão Social está orientado basicamente na pessoa com deficiência visual.

E a maneira da inclusão acontecer no espaço do Museu é através da Informação Especial oferecida com o auxílio da Tecnologia Assistiva para a pessoa com deficiência visual, tanto no espaço físico quanto no espaço virtual tendo em vista a era tecnológica em que se vive.

Determinou-se o contexto do foco do estudo da pesquisa, selecionou-se três Museus considerados pelo campo da Museologia como exemplares expressivos em razão dos perfis dos acervos, tanto sob a perspectiva da qualidade como da quantidade dos objetos de suas coleções, localizados na cidade do Rio de Janeiro, lugar que abriga Museus de grande porte para analisar os recursos de que dispõem para atender o público com deficiência visual.

Sob o caráter disciplinar focado pelos Museus selecionados, apresentam-se como aplicações do conhecimento no domínio museológico representando a História, o Museu Histórico Nacional – MHN, as Artes, o Museu Nacional de Belas Artes -- MNBA e as Ciências, o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

O acesso à informação, no mais amplo sentido, é acesso ao conhecimento, e este é vitalmente importante para nós não continuarmos sendo menosprezados e dependentes das pessoas que enxergam. Nós não precisamos de piedade nem de ser lembrados que somos vulneráveis. Precisamos ser tratados com igualdade – e comunicação é a forma de realizar isto.

Louis Braille



Figura 2- Louis Braille

Fonte: <http://www.wikitree.com/wiki/Braille-1>

2 INCLUSÃO SOCIAL, PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E MUSEU

As cúpulas mundiais representadas por organismos especializados ligados à ONU (Organização das Nações Unidas) como, por exemplo, OMS (Organização Mundial da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho), Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional), juntamente com as Nações Unidas e outros Programas e Fundos como o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) passaram não só a tratar de temas ligados à sobrevivência humana, habitação e meio ambiente, como também a incluir a mobilização mundial pelo direito à diferença.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos ¹ (ANEXO D), assinada em 1948, um dos documentos básicos das Nações Unidas, são enumerados direitos que todos os seres humanos possuem. Um dos artigos da referida Declaração, merece destaque:

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios (grifo nosso).
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Embora a palavra Museu não apareça explicitamente na referida Declaração, o artigo citado, no seu inciso 1 faz-se pensar nesta instituição quando menciona “vida cultural”, “fruir das artes” e “progresso científico” Afinal, que melhor lugar engloba tais temas que não os Museus?

1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acesso em: 10 novembro 2010.

O direito de participar livremente daquilo que a sociedade dispõe nada mais é do que fazer parte, *ou seja*, incluir-se, inserir-se, introduzir-se em diferentes espaços, mas, compreendendo o que ocorre neles, o que contem de informação a ser trazida a público.

O pesquisador Romeu Kasumi Sasaki ² define *inclusão social* “como o processo pelo qual a sociedade e a pessoa com deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos” ³.

A *inclusão social* constitui, então, “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos” ⁴.

Pensar em inclusão social de toda e qualquer pessoa é almejar sua participação plena na sociedade, nos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: cultural, político e social, ambiental e econômico. Entretanto o termo remete-se, necessariamente, ao seu reverso: a exclusão social; que implica privação, falta de recursos ou, de forma abrangente, ausência de cidadania.

Sendo assim, a *inclusão social* das pessoas com deficiência significa torná-las participantes da vida cultural, social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos de cidadão no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

Deve-se mencionar que este conceito é diferente do entendimento dado à *integração social* que, por cerca de 50 anos nos orientou – e no Brasil permaneceu

2 Consultor de inclusão social. E-mail: romeukf@uol.com.br

3 SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.p.171

4 SASSAKI, Romeu K. *Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. São Paulo: Prodef, 1997, p. 3.

até os anos 90. Portanto, era necessário adaptar as pessoas com deficiência aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de algumas dessas pessoas, optava-se por sistemas especiais separados, exclusivamente para elas.

O Decreto Federal Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 ⁵ (ANEXO B) tornou pública no Brasil a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, e reconhece que “toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais têm direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento da sua personalidade.”

De acordo com o que preceituava a integração social, a pessoa com deficiência tinha o direito à convivência junto às demais pessoas, mas para exercê-lo, primeiro precisava ser ajudada a se modificar, a se ajustar, no sentido de vir a parecer e a funcionar do modo mais semelhante possível ao dos demais membros da sociedade.

No decorrer deste período de cerca de meio século, começaram a surgir instituições e organizações que tinham por objetivos avaliar e oferecer às pessoas com deficiência programas de intervenção que visavam prepará-las para o processo de *integração social*, entendido, assim, como processo de favorecimento da convivência de alguém que, por ser tido como diferente, necessitava ser como os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais.

Atualmente o paradigma da inclusão social, segundo Sasaki ⁶, consiste em “tornarmos toda a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de

5 Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 02 junho 2010.

6 SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002. p.24

todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”.

E a inclusão social tem se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na conquista dos seus direitos ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços). É necessário ter em mente, a fim de garantir o acesso de todos a quaisquer oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social, que a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade.

A carta Magna do nosso país, a Constituição da República Federativa do Brasil ⁷ expressa no TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, CAPÍTULO I -DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, o **princípio da igualdade** no caput do artigo 5º,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A fim de que seja **efetiva a igualdade**, é preciso, de certa forma, que **seja relativa** (dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais). Significa dizer que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às suas peculiaridades, de forma que todos possam usufruir das oportunidades existentes.

Conferir tratamento diferente não se refere a privilégios, mas a disponibilizar condições exigidas pelas peculiaridades de cada indivíduo visando à garantia da igualdade.

7 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988, p.7

A igualdade de tratamento, portanto, deve ser quebrada diante de situações lógicas que, obviamente, autorizem tal ruptura. É, portanto, razoável entender que a pessoa com deficiência tem pela sua própria condição direito à quebra da igualdade, em situações nas quais participe com pessoas sem deficiência. É o caso, por exemplo, de candidato cego que presta concurso público no qual as provas são elaboradas no Sistema Braille ou, no caso de candidato com baixa visão, provas elaboradas no sistema ampliado, enquanto os demais candidatos, sem deficiência, as realizam no sistema comum de escrita.

Parece incontestável afirmar que pessoas com deficiências têm direito ao acesso livre a qualquer local, desde que sejam eliminadas as barreiras arquitetônicas, atitudinais e, especificamente no caso do Museu e a pessoa com deficiência visual, as barreiras comunicacionais.

Conforme Sasaki ⁸, a eliminação de barreiras comunicacionais é uma consequência da criação de *acessibilidade comunicacional* definida como sendo a ausência de barreiras:

[...] na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital). (grifo do autor)

É importante salientar que o advento do **Sistema Braille**, em 1825, possibilitou **a inclusão** de muitos indivíduos cegos, contribuindo para a eliminação da principal barreira comunicacional existente até aquela data. Portanto, deve-se muito ao seu criador, Louis Braille, um menino imerso em trevas que dedicou sua

⁸ SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. p. 68.

vida a fazer luz para enriquecer a sua e a vida de todos os que se encontravam privados do sentido da visão. Em razão disso, atribui-se a ele, professor cego francês, e o responsável pela criação do alfabeto Braille, divisor de águas na comunicação escrita da pessoa com deficiência visual, a primeira e maior contribuição para a inclusão social da pessoa com deficiência visual, sobretudo o indivíduo cego.

O **Sistema Braille** é um código universal de leitura tátil e escrita que utiliza seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas com três pontos cada, configurando um retângulo de seis milímetros de altura por aproximadamente três milímetros de largura. Os seis pontos formam o que se convencionou chamar "cela Braille". Para facilitar sua identificação, os pontos são numerados da seguinte forma:

- o do alto para baixo, coluna da esquerda: pontos 123;
- o do alto para baixo, coluna da direita: pontos 456.

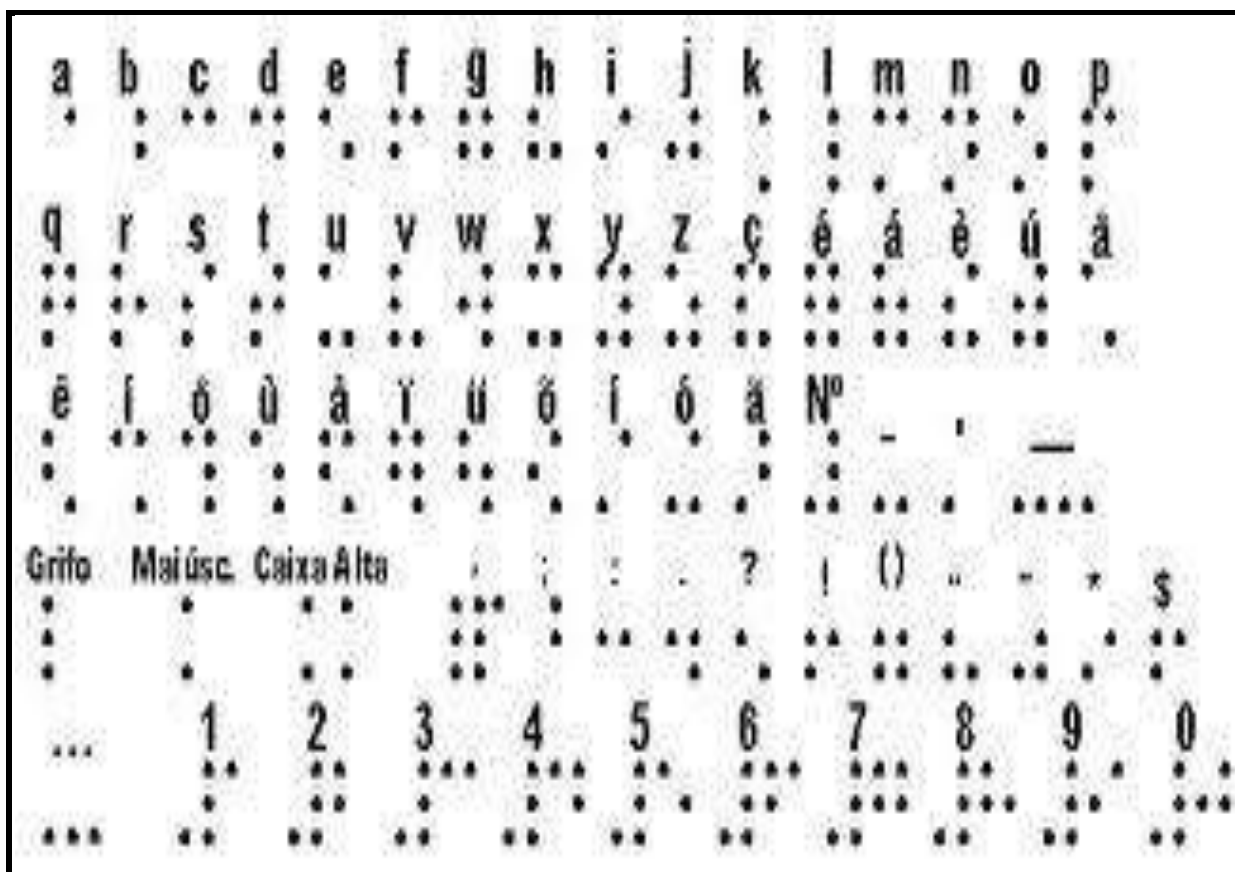
1	●	●	4
2	●	●	5
3	●	●	6

A formação de 63 (sessenta e três) Símbolos Universais do Sistema Braille representa não só as letras do alfabeto, mas também os sinais de pontuação, números, notações musicais e científicas, e, recentemente, a informática, enfim, tudo o que se utiliza na grafia comum.

A seguir o alfabeto Braille e os correspondentes sinais gráficos do alfabeto usado pelos videntes.

Alfabeto Braille

Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant



Louis Braille não usou sua limitação como desculpa para não agir nem produzir, pelo contrário. Braille ansiava encontrar um sistema de leitura melhorado para o cego, pois acreditava que somente os livros podem libertar os homens. No entanto, como tudo deve nos trazer aprendizado, a sabedoria está, justamente, em superar as piores condições e realizar o melhor para si e para os outros; e assim o fez.

E hoje é possível compreender que incluir socialmente uma pessoa com deficiência visual é ampliar as possibilidades para que adquira linguagens e que essas linguagens, efetivamente, tenham sentido para ela na relação com o Outro.

É o caso, por exemplo, da pessoa com deficiência visual quando assiste a uma peça teatral ou visita um Museu.

Não basta simplesmente comparecer a apresentação teatral ou 'visitar' o Museu, é necessário que ela entenda o que está acontecendo e isto tem a ver com leitura do mundo, com alfabetização global, que envolve não apenas o domínio da técnica da leitura e da escrita quer no sistema comum, em caracteres ampliados ou no Sistema Braille, mas a possibilidade de perceber, de **ler**, interpretar as ocorrências que se desenvolvem a sua volta, na interação com os demais sujeitos no seu contexto social, e a possibilidade de se relacionar com outros contextos, comparando, criticando, propondo ajustes, novas relações e organizações.

E não se deve esquecer que em todas as épocas a cegueira sempre inquietou o espírito humano, entretanto, a ideia de que ser uma pessoa com deficiência sempre representou a mesma coisa, não procede.

Ao longo da História da Humanidade os indivíduos cegos viveram um período em que a deficiência visual chegou a ser vista com apreço.

O sentido negativo e excludente da palavra 'deficiente', em relação às pessoas a quem se aplica esta designação, tem a ver com uma civilização cujo fundamento é a **eficácia**, como é o caso da **civilização industrial**, que há pelo menos trezentos anos, não mais que isto, corresponde a um período de extenso e duro processo de desvalorização e de completa exclusão social, isto é, **a negação da cidadania**.

Há registro na História de pessoa com deficiência visual desde a Antiguidade, a exemplo de Homero, o maior poeta da Grécia Antiga. Estima-se, que tenha vivido entre os séculos IX e VIII a.C., e o limite estipulado de sua vida vai até 700 a.C. Conta-se que Homero correu o mundo conhecido em sua época e ao retornar, de volta da Espanha, em Ítaca, contraiu uma doença nos olhos. Outra versão menciona que Homero pode ter nascido cego por causa da origem de seu nome, que em grego significa "aquele que não vê". Fato é que Homero era cego, no entanto, ninguém pensa em se referir a ele como Homero, o 'ceguinho'. Homero era simplesmente um grande poeta, o maior poeta de todos os tempos, assim se diz, mas o fato de ser cego não é significativo. Era um fato e ponto.

Em Édipo Rei, quem é o homem que percebe o que outros desconhecem, quem é que sabe a verdade desde o começo e aconselha Édipo a não ir ao encontro do mal? É Tirésias, o adivinho cego. Adivinhar vem do latim *divinare*, o adivinho⁹ é "aquele que tem o dom divino, o dom da adivinhação". Ele tem o dom de se pôr próximo do divino e, portanto, de saber o que os humanos comuns não sabem. É a deficiência de Tirésias que o faz ser essa pessoa marcada positivamente e não a pessoa excluída que hoje seria. Esse tipo de pessoa era distinguida e tinha um lugar e um papel especial a representar na comunidade. De maneira alguma ficavam excluídos.

Tirésias, porque era cego, possuía o dom da *mantéia*, da adivinhação. Era um *uates*, um profeta, dotado de *uaticinium*, do poder da predição.[...] A visão de *Tirésias*, etimologicamente, o que tem *capacidade de visão*, é a visão de dentro para fora, por isso é *mántis* (grifo do autor).¹⁰

9 [Do lat. (*homo*) *divinu*, 'homem divino', *i. e.*, 'o que tem o dom de adivinhar', com infl. De *adivinhar*.] ADIVINHO. In: DICIONÁRIO Aurélio. Curitiba: Positivo Informática LTDA, 2004.
10 BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Vol.2 Petrópolis: Vozes. 1991, p.175-176.

Na Bíblia, a cegueira aparece em inúmeras passagens, como em (JOÃO, cap.9, v 1/3: 1368) “E passando Jesus, viu um homem cego de nascença. E os discípulos lhe perguntaram, dizendo: Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?”

A cegueira, como historicamente é possível saber, tem acompanhado o homem há longa data e o termo deficiência visual está relacionado a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais, em decorrência de causas congênitas ou hereditárias. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa ou profunda (que compõe o grupo denominado outrora de visão subnormal e hoje chamado de baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira).

Natalie Barraga Carter, reconhecida na área da deficiência visual e cegueira e pioneira na pesquisa sobre a baixa visão e eficiência visual, recebeu mais de 20 prêmios nacionais e internacionais e tem o respeito de estudantes e colegas ao redor do mundo. É inclusive uma dos 38 convocados para o Hall da Fama para Líderes e Lendas do Campo da Cegueira.

Os estudos desenvolvidos por Barraga (1976) distinguem três tipos de deficiência visual:

CEGOS- têm somente a percepção da luz ou não têm nenhuma visão e o processo de aprendizagem se fará através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o Sistema Braille, como principal meio de comunicação escrita.

PESSOAS COM VISÃO PARCIAL- têm limitações da visão a distância, mas são capazes de ver objetos e materiais quando estão a poucos centímetros ou no máximo a meio metro de distância.

PESSOAS COM VISÃO REDUZIDA- são considerados com visão reduzida indivíduos que podem ter seu problema corrigido por cirurgia ou pela utilização de lentes.¹¹

Apresenta-se a seguir, com base na classificação internacional das deficiências, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹² um quadro relativo à deficiência visual, indicando a incapacidade e desvantagem associadas ao grau da deficiência. Dependendo da acuidade visual (AV) do indivíduo, indicadores técnicos estabelecem o nível de seu desempenho e sua independência.

11 **NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NAI) - PUC MINAS > Atribuições > Deficiência Visual/Conceitos.** Disponível em: < http://www.pucminas.br/nai/dicas_visual_conceito.php > Acesso em: 20 maio 2010.

12 OMS - Organização Mundial da Saúde - Fundada em 1948, com sede em Genebra, Suíça, a OMS coordena as matérias internacionais relativas à saúde.

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DAS DEFICIÊNCIAS INCAPACIDADES E DESVANTAGENS (OMS) ¹³

GRAU DE DEFICIÊNCIA VISUAL	INCAPACIDADE Nível de Desempenho	DESVANTAGEM Atividade e Independência
Normal AV 20/15 a 20/25 (0,8) CV 180° a 140° AV Acuidade Visual CV Campo Visual	Pode desempenhar todas as tarefas visuais	Total
Quase Normal AV 20/30 (0,66) a 20/60 (0,33) CV* 120° a 60°	Pode desempenhar todas as tarefas visuais	Totais
Baixa Visão Moderada AV 20/70 (0,28) a 20/160 (0,125) CV 60° a 20°	Necessita de ajudas técnicas. Desempenho quase normal	Quase Totais
Baixa Visão Severa AV 20/200 (0,1) a 20/200 (0,05) CV 20° a 10°	Necessita de ajudas técnicas. Desempenho subnormal	Limitadas
Baixa Visão Profunda AV 20/500 (0,04) a 20/1200 (0,016) CV 10° a 5°	Requer ajudas técnicas e mecanismos de compensação intermodal. As ajudas como complemento da visão	Muito Limitadas
Cegueira Severa Mov. da mão a P. L. CV 5° P.L. Percepção Luminosa	Requer ajudas técnicas e mecanismos de compensação intermodal. As ajudas como complemento da visão	Perda Total de Autonomia
Cegueira Total Ausência de P. L.	Requer ajudas técnicas e mecanismos de compensação intermodal. Ausência de visão	Perda Total de Autonomia

Quadro1 – Classificação Internacional das Deficiências, incapacidades e desvantagens (OMS)

13 Fonte adaptada de: (1) WHO. Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health– ICF. Geneva, 2002 e (2) OMS: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde; coordenação da tradução: Cassia Maria Buchalla. São Paulo: EDUSP; 2003.

Estabeleceu-se um paralelo entre os tipos apresentados por Barraga (1976) e o quadro com informações da OMS:

OS TRÊS TIPOS DE DEFICIÊNCIA, SEGUNDO BARRAGA (1976)	GRAU DE DEFICIÊNCIA VISUAL, SEGUNDO A OMS
PESSOAS COM VISÃO REDUZIDA	Normal AV 20/15 a 20/25 (0,8) CV 180° a 140°
	Quase Normal AV 20/30 (0,66) a 20/60 (0,33) CV 120° a 60°
	Baixa Visão Moderada AV 20/70 (0,28) a 20/160 (0,125) CV 60° a 20°
PESSOAS COM VISÃO PARCIAL	Baixa Visão Severa AV 20/200 (0,1) a 20/200 (0,05) CV 20° a 10°
	Baixa Visão Profunda AV 20/500 (0,04) a 20/1200(0,016) CV 10° a 5°
CEGOS	Cegueira Severa Mov. da mão a P. L. CV 5°
	Cegueira Total Ausência de P. L.

Quadro 2- Paralelo entre os tipos apresentados por Barraga (1976) e o quadro com informações da OMS

Entre as causas mais frequentes da cegueira temos a *catarata*, definida como qualquer opacificação do cristalino que atrapalhe a entrada de luz nos olhos,

acarretando diminuição da visão. As alterações podem levar, desde pequenas distorções visuais, até a cegueira ¹⁴.



Figura 3- Catarata05.jpg
Fonte: clinicadosolhos.com.br

14 CBO. Catarata: Diagnóstico e tratamento; Projeto Diretrizes; Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina; 2003. Disponível em: <http://www.projetodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/031.pdf> Acesso em: 20 junho 2010.

Outra causa de cegueira bastante frequente é a *retinopatia diabética*, é um termo geral para todos os distúrbios da retina causados por uma complicação da diabetes, podendo levar à cegueira.



Figura 4- Retinopatiadiabetica.jpg
Fonte: Oftalmorio.com.br

E a *degeneração macular relacionada à idade* (DMRI) é outra causa que pode levar a cegueira e ocorre geralmente depois dos 60 anos de idade afetando a área central da retina (mácula), que se degenera com a idade. A DMRI acarreta baixa visão central (mancha central) dificultando principalmente a leitura ¹⁵.



Figura 5- Degeneracao11.jpg
Fonte: alexandrossa.com

Outra doença ocular bastante presente em algumas pessoas com visão parcial é o *glaucoma*, provoca lesão no nervo óptico e campo visual, podendo levar a cegueira. Na maioria dos casos, vem acompanhada de pressão intraocular elevada, mas pode ocorrer glaucoma de “baixa pressão”.



Figura 6- glaucoma clip image03.jpg
Fonte: clinicadosolhos.com.br

Outra perturbação da percepção visual é o *daltonismo* (chamado às vezes de discromatopsia ou discromopsia) caracterizada pela incapacidade de diferenciar todas ou algumas cores, manifestando-se muitas vezes pela dificuldade em distinguir o verde do vermelho.

O distúrbio, que era desconhecido até ao século XVIII, recebeu esse nome em homenagem ao químico John Dalton, que foi o primeiro cientista a estudar a anomalia que ele mesmo trazia consigo. Uma vez que esse problema está geneticamente ligado ao cromossoma X, ocorre mais frequentemente entre os homens (no caso das mulheres, será necessário que os dois cromossomas X contenham o gene anômalo).

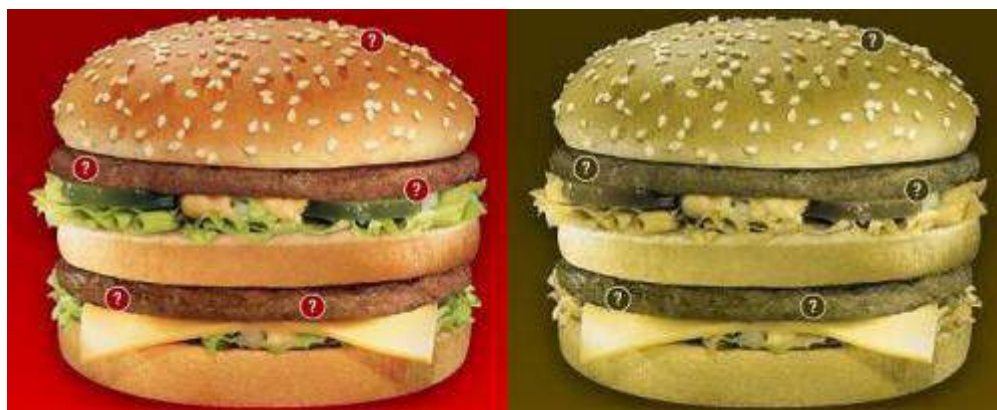


Figura 7- d big.JPG
Fonte:beeweb.forum8.biz

Há ainda uma anomalia congênita denominada albinismo completo que é a forma mais grave da doença e implica a ausência total de pigmentos nos cabelos, olhos e pele (também chamado de albinismo oculocutâneo tirosinase negativo). As pessoas afetadas apresentam cabelos e pele brancos, íris vermelha, defeitos visuais, fotofobia (a luz solar provoca dor nos olhos dessas pessoas) e queimaduras solares (queimam com facilidade e não se bronzeiam). Um defeito congênito que não afeta exclusivamente a visão, mas acarreta baixa visão na pessoa afetada.



Figura 8- albinos.jpg
Fonte: salud.com.es

Sendo assim, muitas são as doenças oculares que podem causar baixa visão na pessoa afetada e não raro levá-la à cegueira, elencou-se apenas as mais comuns.

Deve-se mencionar que a maioria das pessoas cegas **não** prefere ser chamada de 'pessoa com deficiência visual', prefere ser chamada de pessoa cega mesmo, para usar a concepção do termo, ou seja, aquela privada do sentido da visão e atribui à pessoa com baixa visão a designação 'pessoa com deficiência visual'.

Nesta dissertação, porém, compreende-se pelo termo pessoa com deficiência visual tanto a cega como aquela com baixa visão. Desta forma a expressão *deficiência visual* representará o espectro que vai da cegueira até a baixa visão ¹⁶.

Outro termo que ainda aparece em muitos textos legais e merece esclarecimento é: “portadores de deficiência” ou “portadores de necessidades especiais”.

Sasaki ¹⁷ afirma que,

Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras. Estas palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos. O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato, os conceitos obsoletos, as idéias equivocadas e as informações inexatas são reforçados e perpetuados (grifo do autor).

Ainda de acordo com Sasaki,

[...] no mundo, as pessoas com deficiência querem ser chamadas pelo equivalente, em cada idioma, ao termo “pessoas com deficiência”. Assim, em países onde se fala a língua inglesa *persons with a disability* ou *people with disabilities*, em países de fala espanhola *personas con discapacidad* e no Brasil, em Portugal e em outros países onde se fala a língua portuguesa *pessoa com deficiência*.

O uso de termos em seu contexto adequado é de fundamental importância, pois uma linguagem ou uma terminologia empregada convenientemente colaboram

16 GIL, Marta (Org.). **Deficiência visual**. Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. p.6.

17 SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

para a transformação da mentalidade da sociedade. Os termos incorretos, por sua vez, agem como perpetuadores e intensificadores de preconceitos.

Conforme ainda Sasaki ¹⁸,

A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: “Puxa, os deficientes são pessoas!?” Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, freqüentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje (grifo do autor).

Este termo “portador de deficiência”, bem como suas flexões no feminino e no plural, se tornou popular no Brasil mais intensamente entre os anos de 1986 e 1996. No entanto, as pessoas começaram a argumentar que “pessoas têm deficiência”.

Esta condição “ter” faz parte das pessoas. O verbo “portar” não se aplica para condições inatas ou adquiridas que estão presentes nas pessoas. Elas podem, por exemplo, portar uma arma, portar um celular e deixá-lo em algum lugar, se assim o desejarem. O vocábulo “portador” é considerado impróprio. A expressão “pessoas com deficiência” entrou em uso na metade da década de 1990 e permanece até os dias de hoje, considerada a forma de tratamento preferida.

Quando se refere à pessoa com deficiência pelo seu diminutivo manifesta-se inconscientemente que ela não é considerada uma pessoa completa. Por tanto, o termo “ceguinho” não deve ser empregado. Os termos corretos são cego, pessoa cega e pessoa com deficiência visual.

Fato é que as pessoas com deficiência visual compõem a sociedade, não há dúvida quanto a isto. E, não é possível esquecer que, na sociedade atual, as

18 SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

relações estabelecidas entre os indivíduos e os espaços museológicos contribuem para a produção de cultura, da memória coletiva e, principalmente, para a inclusão social e cultural desses indivíduos.

Os Museus se destacam como organismo dinâmico que ao compartilhar a memória da coletividade proporciona o relacionamento dos sujeitos com o seu passado, com as perspectivas do olhar do Outro e, principalmente, nas formas culturais do pensar contemporâneo.

E buscando a origem da palavra Museu, recuamos no tempo. De formação latina "*museum*", deriva da língua grega cuja formação é "*mouseion*", e foi identificada pelo professor de Mitologia Junito Brandão¹⁹ ao "templo das Musas, local onde elas residem ou onde alguém se adentra nas artes. À mesma família etimológica de Musa pertencem música (o que concerne às Musas) e museu". E prossegue explicando:

Após a derrota dos Titãs, os deuses pediram a Zeus que criasse divindades capazes de cantar, condignamente a grande vitória dos Olímpicos. Zeus partilhou o leito de Mnemósina, a personificação da Memória, durante nove noites consecutivas e, no tempo devido, nasceram as nove Musas. [...] As Musas são apenas as cantoras divinas, cujos coros e hinos alegram o coração de Zeus e de todos os Imortais, já que sua função principal era presidir ao Pensamento sob todas as formas: sabedoria, eloquência, persuasão, história, matemática, astronomia.

Pomian²⁰ também aponta que

Os actuais museus devem o seu nome aos antigos templos das Musas. [...] Existe porém mais de uma semelhança entre os templos dos Gregos e dos Romanos e os nossos museus. Com efeito, era nos templos que se acumulavam e que eram expostas as oferendas.

19 BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Vol.1. Petrópolis: Vozes. 1991. p. 202.

20 POMIAN, K. Coleções. **Enciclopédia Einaudi, vol. 1: Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1984.p.56.

Outrossim, abordando este assunto e discutindo acerca da veracidade da tradicional interpretação dada para a origem dos Museus como templo das musas, Lima ²¹ assim se expressa:

O que o registro histórico deixou marcado foi a indicação de um local na Grécia: colina de Hélicos em Atenas e de outro, no Egito, precisamente em Alexandria. Consistiam em espaços que reuniam os sábios da filosofia e das artes para construir *saber* sob a inspiração e proteção das Musas, portanto sob a sua invocação e o domínio do seu patronato mítico, constatando que lhes eram feitas oferendas em santuários inseridos nestes locais. Talvez, pela referência ao caráter mitológico das entidades ligado à 'inspiração', atributo considerado dádiva divina, possibilitando não apagar o 'sopro' da memória criadora da humanidade, tenha tido origem a marca de um elemento sacro nessa 'estória' museológica. Porém, há que destacar que o local no qual se reuniam os membros desse grupo erudito na Grécia [...] já assinalava o que seria considerado séculos depois, nos estudos acerca da Museologia e sua configuração, por exemplo: os setores técnicos administrativos e de estudos dos museus (biblioteca), seus territórios de exposições (galerias com obras de artes e alamedas naturais) e, ainda, as tipologias museológicas de classificações diversificadas (jardim botânico), entre elas os conceitos de espaços abertos (ao ar livre) (grifo do autor).

Em se tratando do tema Museu, cabe lembrar que começaram a partir das coleções particulares que foram formadas por indivíduos ricos ou de famílias abastadas,

Não é difícil de encontrar. Conjuntos de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, submetidos a uma protecção especial e expostos ao olhar, acumulam-se com efeito nas tumbas e nos templos, nos palácios dos reis e nas residências particulares ²².

Desde a Antiguidade havia coleções oriundas de reis, da nobreza, de religiosos, espólios de guerra, com objetos de arte ou raros, de características

21LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte um novo campo do saber**. 2003. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro em Ciência da Informação/IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.p. 97. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

22 POMIAN, K. Coleções. **Enciclopédia Einaudi, vol. 1: Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1984.p.55

curiosas naturais ou mesmo artefatos. Mais tarde, os objetos que se tornaram peças dessas coleções foram estudados e reunidos também em espaços chamados de Gabinetes de Curiosidade, que desapareceram durante os séculos XVIII e XIX sendo substituídos por instituições oficiais (os Museus) e coleções privadas. Reza a tradição que os Gabinetes de Curiosidade são os antecessores diretos dos Museus, cujo acesso ainda era bastante restrito aos proprietários: sábios e estudiosos.

Com o advento do Museu conforme é compreendido na qualidade de local de visitação, então, passa-se a ter o acesso público às coleções, que antes estavam restritas a um número limitado de pessoas e, neste contexto, lembrando mais uma vez a definição de *Museu* do Estatuto do Conselho Internacional de Museus --- ICOM ²³

Instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, a serviço de uma sociedade e de sua evolução, que adquire, conserva, pesquisa, **comunica** e expõe para fins de estudo, educação e lazer os testemunhos do homem e do seu meio-ambiente (grifo nosso).

O primeiro Museu realmente considerado de acesso público foi o Museu do Louvre, em Paris, inaugurado em 1793 durante a Revolução Francesa, o que permitiu pela primeira vez o livre acesso às antigas coleções reais e da nobreza para pessoas de todos os níveis sociais. “En 1793, le Museum central ouvre au public dans la Grande Galerie et le Salon Carré” ²⁴. (Em 1793, o Museu central abre para o público a Grande Galeria e o Salão Carré, tradução nossa).

Em se tratando do “acesso público e a serviço de uma sociedade” com base na própria definição do ICOM, há necessidade de se entender o significado do vocábulo sociedade, com base em dicionário de sociologia: “Estrutura formada pelos

23 Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/index.cfm?canal=icom>> Acesso em: 10dezembro2010.

24 Fonte: Musée du Louvre (Paris, France) > Histoire du Louvre > Disponível em: <<http://www.louvre.fr/>> Acesso em: 27junho2010.

grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura comum”²⁵.

Ou ainda nos valer do conceito sociológico apresentado no Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11^a :

Corpo orgânico estruturado em todos os níveis da vida social, com base na reunião de indivíduos que vivem sob determinado sistema econômico de produção, distribuição e consumo, sob um dado regime político, e obedientes a normas, leis e instituições necessárias à reprodução da sociedade como um todo; coletividade.

E hodiernamente já se encontra o termo sociedade inclusiva em diferentes contextos, indicando a sociedade preparada para lidar com a diversidade humana, respeitando as pessoas, independentemente de cor, idade, opção sexual ou deficiência. E segundo Adolph Ratska²⁶, Presidente do Centro Vida Independente da Suécia, em palestra proferida no Fórum de Educação Inclusiva - PUC /MG, 1999,

Sociedade Inclusiva é uma sociedade para todos, independente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, orientação sexual ou deficiência; uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que acolhe e aprecia a diversidade da experiência humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para todos realizarem seu potencial humano.

E acompanhando a tendência atual, reflexo da própria sociedade em que vivemos, por exemplo, recentemente e por ocasião do Segundo Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola -- O Pensamento Museológico Contemporâneo nos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, organizado pelo ICOFOM LAM, ocorrido em Buenos Aires, 27 a 30 de

25 Dicionário de Sociologia. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF>> Acesso em: 10janeiro2011.

26 RATSKA, Adolph. Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte: PUC, 2010. Disponível em:<<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

setembro de 2010²⁷ deparou-se, no âmbito dos temas programados para discussão, com um deles contendo a seguinte designação Museus inclusivos: pluralidade e diversidade cultural.

O referido seminário apresentou, como o próprio subtítulo mostra, o pensamento museológico contemporâneo nos países de língua portuguesa e espanhola, portanto, verifica-se a reflexão sobre inclusão social pela presença da indicação 'Museu Inclusivo' e, deste modo, constata-se que a designação está sendo usada em contexto da Museologia.

No entanto, ao tomar como fonte de consulta e apoio o código de Ética para Museus²⁸, pedra angular do ICOM (International Council of Museums) que fixa padrões mínimos para a prática profissional e atuação dos Museus e seu pessoal, o texto do referido documento contempla no tópico que trata dos RECURSOS MATERIAIS, o item 1.4 que trata do Acesso

A autoridade de tutela deve assegurar que o museu e seu acervo sejam acessíveis a todos durante horários aceitáveis e períodos regulares. Atenção diferenciada deve ser dada aos portadores de necessidades especiais. (grifo nosso)

Sem entrar no mérito do emprego da expressão 'portadores' de que se tratou anteriormente, acredita-se que não se deve entender como adequada, pelo menos na perspectiva que assume esta dissertação, o uso da designação 'museu inclusivo' porque quando o Museu for realmente para todos, assim como deve ser o que se compreende e define como sociedade, o uso do termo "inclusivo" será uma

27 Programação completa do **SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA 2** -- O pensamento museológico contemporâneo nos países de língua portuguesa e espanhola -- Buenos Aires, de 27 a 30 de setembro de 2010 Disponível em:< http://www.abracor.com.br/novosite/home/IIseminario_CALL_FINAL.pdf> Acesso em: 10 outubro 2010.

28 ICOM (International Council of Museums) Disponível em:< <http://www.icom.org.br/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Lus%C3%B3fono%20iii%202009.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro 2011.

redundância. Almejamos um Museu para todos que acolherá e apreciará a diversidade humana.

Outra razão pela qual se prefere não fazer uso da expressão ‘museu inclusivo’ é que, etimologicamente, ao se fazer referência ao termo ‘inclusivo’ está se aceitando que existe seu modelo museológico opositor, ou seja, o ‘museu exclusivo’. E esta ‘exclusividade’ – no sentido de ‘excluir’ ou no sentido de ‘ser privativo’ -- exatamente não é o desejável, pois está em desacordo com a própria definição do ICOM que afirma estar o Museu a serviço da sociedade.

E, acresce também o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) quando afirma no texto da Política Nacional de Museus que os Museus podem ser:

públicos, privados e mistos; museus de arte e de ciência; museus de empresas e de comunidades populares; museus federais, estaduais e municipais; museus que cabem numa pequena sala e museus de grandes territórios; museus clássicos e ecomuseus; museus conectados e desconectados; museus com uma única sede e museus com sedes múltiplas; museus que são palácios e museus que são palafitas. Museus dialogam com o passado - mas também são fundamentais na criação de futuros, na propagação de grandes novidades ²⁹.

Entretanto para receber todos os tipos de público reafirma-se com base no acima exposto que os Museus devem, por princípio, apresentarem-se equipados.

O movimento social pela inclusão traz um novo entendimento para os profissionais da área e a necessidade de uma nova reflexão para os que atuam em Museu em relação à visitação -- e a comunicação que deste processo decorre -- a recepcionar o segmento de público com deficiência, e neste particular, a de natureza visual. Lembrando que a comunicação em Museu equivale a transferência da informação para usar um conceito da Ciência da Informação (CI). E ao entender as

29 Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010 (2010: Brasília – DF) Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília,DF: MinC/Ibram, 2010.

coleções dos Museus como fontes de informação, de pesquisa científica ou, ainda, instrumento de transmissão de conhecimento, para que uma pessoa com deficiência visual se beneficie de suas coleções é mister a Informação Especial.

Ao se pretender abrir o espaço museológico a todos os públicos, há de se levar em consideração novos fatores que impõem aos processos de comunicação múltiplas formas de diálogo, pois a *igualdade* de direitos está intrinsecamente relacionada ao respeito pela *diversidade coletiva ou individual* (grifo do autor)³⁰.

E os Museus para receber o público com deficiência visual terão que se valer no mínimo, em princípio, da utilização do Sistema Braille como também de outros recursos para acessibilidade que, hoje em dia, são chamados de Tecnologia Assistiva (T. A.) e disponíveis para atender aos diferentes graus de deficiência.

Deve-se mencionar com relação ao uso do recurso da Tecnologia Assistiva (T. A.) pelas pessoas com deficiência visual que, contrariamente do que se pensa, estas precisam ter os sentidos remanescentes trabalhados, porque não ocorre emergir de modo natural um sentido pelo outro. O processo de compensação por uma carência existente decorre de treinar habilidades para obter a competência. Esclarecendo: não é pelo fato de uma pessoa ser deficiente visual que ela tem, por natureza, uma 'audição maravilhosa'. Precisa haver estímulo para que os demais sentidos sejam aflorados. Sendo assim, para se valer de um recurso de T. A., em que seja usado o sentido da audição, é necessário igualmente um ouvido 'esperto', como se fala no jargão daqueles que lidam com pessoas com deficiência visual.

Portanto, incluir a pessoa com deficiência visual no Museu é atender a sua "necessidade informacional", para usar o conceito da Ciência da Informação (CI) ao reporta-se ao usuário da informação, e isto poderá ser alcançado a partir da

³⁰TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. São Paulo. 2007. Tese (Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. p.107 Orientadora: Maria Helena Pires Martins

disseminação da informação especial transferida/comunicada pelo uso de modalidades de aplicação do que hoje se nomeia *Tecnologia Assistiva (T. A.)*³¹, “um ramo de pesquisa científica dirigida para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos que aumentem ou restaurem a função humana na sua plenitude”, ou seja, destinada a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de idosos, de pessoas com deficiência ou de outras com mobilidade reduzida. Desta forma contribuindo para fazer que a pessoa com deficiência visual ultrapasse a barreira da sua limitação.

Vale lembrar que a Tecnologia Assistiva deve ser entendida como o recurso do usuário, neste caso, o da pessoa com deficiência visual, servindo como elemento para fazê-la desempenhar funções do cotidiano de forma independente, contribuindo para que aconteçam sinapses com os sentidos remanescentes e de forma a buscar a promoção da qualidade de vida e sua inclusão social.

Ainda com base na definição do Conselho Internacional de Museus --- (ICOM)³², a partir dos anos de 1950 foi textualmente explicitada a função social do Museu e os valores que estão representados, argumentando que se trata de

Instituição permanente, sem fins lucrativos, **aberta ao público, a serviço de uma sociedade** e de sua evolução, **que** adquire, conserva, pesquisa, **comunica** e **expõe** para fins de estudo, educação e lazer os testemunhos do homem e do seu meio-ambiente (grifo nosso).

Logo, em razão do princípio acima apresentado, o Museu não pode se furtar a cumprir o que lhe cabe. Especialmente em tempo das Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC's, disponíveis ao público em todos os segmentos diversificados

31 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) >Indicadores>Temas>Inclusão Social>Sub Temas> Tecnologia Assistiva. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307898.html#>> Acesso em: 03 maio 2010.

32 ICOM. International Council of Museums. Disponível em: <<http://icom.museum>>. Acesso em: 01 maio 2010.

que estão incluídos na sua composição, quer sob a forma do visitante da exposição ou do usuário dos serviços que atendem a consultas ou o participante de qualquer outra ação a cargo do Museu.

Igualmente abordando o assunto da inclusão social nos Museus, preocupação cá e além mar, Neves³³ assim se exprime:

[...] Na sociedade em que nos inserimos o museu terá de ser visto como um bem de consumo que se quer “vender”, havendo necessidade de aplicar técnicas para a identificação do consumidor, formas efectivas de chegar até ele, formulação adequada da mensagem a passar e avaliação do cumprimento dos objectivos.

A divulgação/informação sobre um museu deverá ter várias abordagens às quais chamaremos patamares de informação: a) chamar atenção sobre si próprio b) dar informação sobre si e sobre o seu espólio/suas actividades c) fornecer informação detalhada a quem quer/precisa de saber mais. O primeiro patamar – divulgação de um museu/acção – passará eventualmente pelos meios convencionais de divulgação: o cartaz de parede, a circular por circuitos pré-estabelecidos (câmaras, escolas, etc.), a notícia ou publicidade na imprensa (escrita / rádio / televisão), entre outros. Aqui, o objectivo é captar o interesse de potenciais visitantes, chamando-os à acção. Frequentemente, este primeiro patamar sobrepõe-se ao segundo patamar. Tal acontece quando, para além de exercer uma função apelativa, se procede também ao fornecimento de informação mais detalhada de aspectos práticos (horários, preços, etc.) e conteúdos.

Actualmente, a Internet passou a ser usada como instrumento vantajoso neste segundo patamar informativo. Uma página Web bem construída, com informação clara e completa, é hoje um dos meios mais eficazes de divulgação de acções e eventos museológicos. Tem, no entanto, a limitação de só chegar a quem a procura, já por si, um utilizador selectivo e seleccionado, sendo a Internet hoje vista como uma ferramenta de grande utilidade em termos de públicos diferenciados. Se é verdade que, só por si, uma página Web não servirá para atrair mais públicos, servirá para fidelizar ou cativar os públicos já seriados. A criação de sites multilingues, obedecendo às regras de “site acessível”, oferecendo visitas virtuais como “aperitivo” e/ou realçando os aspectos de maior interesse, levará a visitantes mais informados e certamente mais expectantes e activos nas suas visitas efectivas.

33 NEVES, Josélia. **Museus Acessíveis... museus para todos?!** Disponível em:< http://www.scribd.com/doc/17576420/NEVES2006Museus-Para-Todos#open_download > Acesso em: 13 janeiro 2011.

Deste modo, não é demais dizer que os Museus devem utilizar os recursos da atualidade e dirigi-los para informar de modo adequado aos vários segmentos de público, tanto na apresentação da sua programação, das suas exposições, quanto em outras formas de atendimento e atividades.

É preciso enfrentar o desafio de incluir as pessoas com deficiência visual, promovendo os ajustes necessários para se constituírem em espaços inclusivos; a mudança começa a tornar-se inadiável caso o Museu **não** pretenda continuar alijando estas pessoas de seu espaço.

3 OBJETIVOS:

Geral:

Identificar e analisar, no tema da inclusão social, a acessibilidade para pessoa com deficiência visual, a aplicação da Informação Especial em ambiente museológico tanto representada por meio do tradicional alfabeto Braille quanto pelos recursos da Tecnologia Assistiva (T. A.) em três modalidades de enfoques de Museus: um de História, um de Artes e outro de Ciência, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Específicos:

- Identificar e analisar no espaço físico -- salas de exposição e demais áreas de visitação -- do Museu Histórico Nacional -- MHN -- de História; do Museu Nacional de Belas Artes -- MNBA -- de Artes e do Museu de Astronomia e Ciências Afins -- MAST -- de Ciência os recursos de acessibilidade disponíveis para o público com deficiência visual;
- Identificar e analisar no espaço virtual -- sites -- dos Museus anteriormente mencionados, a existência de recursos de acessibilidade destinados ao público com deficiência visual.

4 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida para a dissertação no seu modelo conceitual e operatório se configura como um Estudo de Caso abordando o tema da Inclusão Social da Pessoa com Deficiência Visual no contexto do Museu e engloba três Museus localizados na cidade do Rio de Janeiro com enfoques dos campos da História – Museu Histórico Nacional -- MHN, das Artes – Museu Nacional de Belas Artes -- MNBA, e das Ciências – Museu de Astronomia e Ciências Afins -- MAST.

Os procedimentos técnicos adotados para identificar pontos do tema foram os seguintes:

1 Levantamento bibliográfico -- literatura brasileira e estrangeira, inclusive, a produzida por instituições especializadas de âmbito nacional ou internacional como, Instituto Brasileiro de Museus -- IBRAM, Conselho Internacional de Museus -- ICOM, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -- UNESCO, Organización Nacional de Ciegos de España – ONCE, Organização das Nações Unidas – ONU, entre outros.

a) teses e dissertações, artigos de periódicos científicos, de anais de eventos, monografias (livros e capítulos), legislação;

c) em suportes tradicionais bem como em ambiente Internet.

2 Visita espontânea aos três Museus, ação preliminar para reconhecimento dos espaços museológicos abertos ao público, e que antecedeu nossa ida relatada no item seguinte.

3 Avaliação dos recursos da Informação Especial disponíveis nos espaços físicos dos três Museus para atendimento/visitação do público com deficiência

visual, aplicando-se, in loco, o instrumento metodológico Formulário '**Espaço físico do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual**.'-- diagnóstico -- (elaborado pela pesquisa) que foi preenchido por um funcionário de cada Instituição.

4 Avaliação dos recursos da Informação Especial, modalidade acessibilidade, disponíveis nos espaços virtuais dos três Museus, os sites/ambiente internet, e destinados ao público com deficiência visual,

a) identificação da presença de um dos signos internacional ou nacional, marcando a existência da Informação Especial o(s) Símbolo de Acessibilidade na Web.

b) validação da acessibilidade por meio de ferramentas ou serviços de análise para acessibilidade/compatibilidade como: Bobby , W3C HTML Validation Service ou DaSilva. Os sites dos Museus foram testados pela autora.

5 Elaboração de quadro comparativo para interpretação (avaliação qualitativa) dos resultados alcançados a partir do formulário aplicado.

A experiência humana não seria tão rica e gratificante se não existissem obstáculos a superar. O cume ensolarado de uma montanha não seria tão maravilhoso se não existissem vales sombrios a atravessar.

Helen Keller



Figura 9- HelenKeller1904.jpg
Fonte: radhasoamiji.org

5 MUSEU: INFORMAÇÃO ESPECIAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INCLUSÃO SOCIAL

A sociedade contemporânea apresenta uma demanda crescente pela democratização do acesso e uso tanto da informação quanto do conhecimento e é preciso lembrar que as pessoas com deficiência visual pertencem a esta sociedade e, ainda, que a produção e disseminação do saber acontecem em diferentes lugares sociais.

Ao Museu, como exemplo de um lugar de pesquisa e disseminação da informação para construção e promoção do conhecimento, cabe assegurar a comunicação tendo por perspectiva a recepção adequada de seus serviços/trabalhos para os diferentes segmentos de público. A fim de que se realize a disseminação seja sob a forma da visitação – meio comunicacional tradicionalmente identificado com o Museu – ou na modalidade de consultas aos serviços de informação há duas vias: o próprio espaço físico do Museu, ou hodiernamente, através de meio eletrônico de acesso à internet, ou seja, pelo *portal* do Museu (porta de entrada -- página ou website), tendo em vista que, conforme Pinheiro ³⁴:

O olhar político sobre a “rede das redes” nos leva a pensar como a Internet pode contribuir para o acesso à informação, a geração do conhecimento e a formação da cidadania, questões que estão profundamente relacionadas à educação (grifo do autor).

E no que concerne à função comunicacional, tanto por meio de uma forma física de representação, uma vez que o Museu se sustenta com uma linguagem

34 PINHEIRO, Lena Vania R..Educação da Sensibilidade, Informação em Arte e Tecnologias para Inclusão Social, **Inclusão Social**, Vol. 1, No 1. 2005. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/16/29> > Acesso em: 10 junho 2010.

predominantemente visual no espaço específico para suas exposições, quanto em suporte eletrônico, através da apresentação de seu portal, o Museu, pelo que se tem observado na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos, ainda não tem alcançado ressonância quando, entre os diferentes segmentos de público, há pessoas com deficiência visual.

A premissa é que a rede, a informação e o conhecimento devem ser acessíveis a todos, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, local, ocupação ou *status* social. As tecnologias de informação e comunicação devem estar voltadas para este fim e constituírem-se instrumentos para se alcançar um desenvolvimento verdadeiramente centrado no ser humano (grifo do autor) ³⁵.

Desta maneira, para o Museu efetivamente receber o segmento de público com deficiência visual, visto que é um espaço para todos, precisará valer-se de *Informação Especial*, compreendida como aquela que prevê adaptações para que este segmento seja incentivado a participar e o faça prazerosamente, desfrutando de oportunidades tal qual às pessoas sem deficiência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), globalmente, havia em 2002, mais de 161 milhões de pessoas com deficiência visual, dos quais 124 milhões de pessoas tinham baixa visão e 37 milhões eram cegos. Com base no censo do IBGE de 2000, (até o dia 05/01/11 o site do IBGE não havia recebido o cronograma de divulgação do resultado atual sobre quantidade de cegos e pessoas com baixa visão) o Brasil tem cerca de 1,6 milhões de pessoas com deficiência visual, ou seja, um quantitativo em torno de 1% a 1,5% da população brasileira.

No caso do município do Rio de Janeiro cuja população alcança 6.323.037 ³⁶ habitantes, e proporcionalmente se pensar que 1% da população estimada do Rio

35 UNESCO, 1996 apud TARAPANOFF; SUAIKEN; OLIVEIRA, 2002, v.3, p. 1.

36 IBGE, Contagem da População 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 15 janeiro11.

de Janeiro pode ter deficiência visual, tem-se um número expressivo só neste município, ou seja, cerca de 63 mil deficientes visuais.

Não obstante é fato que no Rio de Janeiro se localiza a primeira e mais antiga instituição de ensino para deficientes visuais da América Latina, o Instituto Benjamin Constant (IBC) fundado por D. Pedro II (Decreto Imperial no. 1.428, de 12 de setembro de 1854), com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

A inauguração solene ocorreu em 17 de setembro de 1854 e estavam presentes o Imperador, a Imperatriz e autoridades da Corte além do seu primeiro diretor, o Dr. Sigaud, cujo registro, publicado no Jornal do Comércio número 2.419, de 20 de setembro de 1854, abaixo transcrevemos, mantendo a ortografia da época:

Teve hontem lugar a inauguração do Instituto dos Meninos Cegos do Brazil, à qual dignárão-se assistir Sua Majestade o Imperador e Sua Majestade a Imperatriz.

O Sr. Conselheiro Pedreira, como Ministro do Império em uma breve allocução, allusiva ao objecto, pedio as ordens de S. M. o Imperador para a abertura do estabelecimento, e tendo-as obtido, declarou inaugurado o Instituto. Seguio-se um interessante discurso do Sr. Dr. Sigaud, director do instituto e um hyno a SS.MM. cantado pelos meninos cegos.

SS.MM. percorrêrrão depois as salas de estudo, refeitório, dormitório e mais dependencias do edificio e retirárão-se parecendo satisfeitos.

Assistirão a este acto os ministros, alguns conselheiros de estado, senadores, deputados, e muitas pessoas gradas. Estiverão tambem presentes muitas senhoras de distincção.

Os meninos apresentárão-se já vestidos com uniforme do collegio. A scena da inauguração foi tocante e comoveu a muitos corações.

Tocárão as bandas de musica do batalhão de fuzileiros, que fez a guarda de honra e a dos menores.

Forão nomeados:

Comissario do Governo para Inspecção do Instituto, o Sr. Conselheiro de Estado Visconde de Abrantes. Director, o Sr. Dr. José Francisco Sigaud. Capellão, o Sr. conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Professor de primeiras letras o Sr. Dr. Pedro José de Almeida. Professor de Música Vocal e Instrumental, o Sr. J. J. Lodi e Repetidor, o Sr. Carlos Henrique Soares, cego de nascença.

O edificio é o da antiga residência do primeiro Barão do Rio Bonito, no morro da Saúde, vasto, espaçoso e arejado, com boa chacara,

para recreio dos meninos, e está adornado com gosto e simplicidade

37

Igualmente no município do Rio de Janeiro estão localizados Museus de significativa expressão no cenário nacional como o Histórico Nacional (MHN) ³⁸, que conforme informação disponível em sua página web indica que

Museu Histórico Nacional, criado em 1922, é um dos mais importantes museus do Brasil, reunindo um acervo de mais de 277.490 itens, entre os quais a maior coleção de numismática da América Latina.

O conjunto arquitetônico que abriga o Museu desenvolveu-se a partir do Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, um dos pontos estratégicos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro (grifo nosso).

O site do MHN menciona ainda que

A coleção de numismática do Museu Histórico Nacional é a maior do gênero existente na América Latina e uma das mais importantes do mundo.

São mais de 146.550 peças, distribuídas em diversas coleções: moedas, valores impressos, medalhas, ordens honoríficas, filatelia e sigilografia (grifo nosso).

Na programação de 2011 do Museu Histórico Nacional, consta que

O Museu Histórico Nacional oferece ao visitante uma área de 9.557,32 metros quadrados (sic), englobando exposições permanentes e temporárias, Auditório, Arquivo Histórico, Biblioteca, Centro de Referência Luso-Brasileira e pitorescos pátios internos, além de promover, inúmeros eventos, entre cursos, seminários, exibição de vídeos, concertos musicais e atividades especiais para crianças, jovens e terceira idade (grifo nosso) .

Outro destaque na cidade é o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) ³⁹ que através do site (web) informa que

37 LEMOS, F. M.; FERREIRA, P.F. Instituto Benjamin Constant uma História Centenária. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro. Edição 1. set. de 1995. Disponível em: < <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=44>> Acesso em: 20 outubro 2010.

38 Museu Histórico Nacional. **Disponível em:** < [http:// www.museuhistorico.com.br](http://www.museuhistorico.com.br)>. Acesso em: 18 janeiro 2011.

39 Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em : <[http:// www.mnba.gov.br](http://www.mnba.gov.br)>. Acesso em: 18 maio 2010.

O acervo do Museu Nacional de Belas Artes teve origem no conjunto de obras de arte trazido por D. João VI de Portugal, em 1808, ampliado alguns anos mais tarde com a coleção reunida por Joachin Lebreton, que chefiou a chamada Missão Artística Francesa, formando a mais importante pinacoteca do país. Este núcleo original foi enriquecido com importantes incorporações ao longo do século XIX e início do século XX.

Com a construção da nova sede da Escola Nacional de Belas Artes, em 1908, projeto do arquiteto Moralles de los Rios, este acervo passou a ocupar parte do novo prédio, sendo o Museu criado oficialmente em 13 de janeiro de 1937 (grifo nosso).

O MNBA ressalta ainda em sua página na web que

O acervo do Museu Nacional de Belas Artes conta atualmente com 16.088 peças. Compõe esse acervo obras de Pintura, Escultura, Desenho e Gravura brasileira e estrangeira dos séculos anteriores até a contemporaneidade, além de reunir um segmento significativo de Arte Decorativa, Mobiliário, Gliptíca, Medalhística, Arte Popular e um conjunto de peças de Arte Africana. Para ilustrar essa página foram selecionados dez destaques de cada coleção que serão periodicamente trocados proporcionando assim ao visitante uma visão panorâmica da história das artes visuais no Brasil (grifo nosso).

Outrossim, como Museu de Ciência, destaca-se o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) ⁴⁰, cujo site traz a informação de que sua missão é "Ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da web", entre outras informações, consta que

O MAST foi uma das primeiras instituições criadas no país voltadas para as áreas de história da ciência, preservação da memória científica e tecnológica e popularização da ciência. [...] O MAST foi responsável pela criação, no Brasil, do primeiro Parque da Ciência ao ar livre, montado também em Vitória, no Espírito Santo. Além das atividades voltadas para o público em geral e para grupos escolares, o MAST vem, nos últimos anos, dedicando-se em especial à capacitação de professores para utilização de novos instrumentos didáticos no ensino de ciências. Essas atividades de divulgação

40 Museu de Astronomia e Ciências Afins. Apresentação – Missão – Acervo. Disponível em: <<http://www.mast.br>>. Acesso em: 17 maio 2010.

científica lhe valeram o Prêmio Latino-americano de Popularização da Ciência e Tecnologia, outorgado pela Red-POP em 1997 e, no ano de 2000, recebeu a Menção Honrosa do Prêmio José Reis de Divulgação Científica, promovido pelo CNPq (grifo nosso).

O objeto de investigação é buscar identificar nos três Museus mencionados devido ao destaque que alcançam em âmbito museológico pela expressividade das coleções que possuem, se estão aptos para a visitação, nos seus dois espaços informacionais/comunicacionais, tanto físico como virtual, da pessoa com deficiência visual.

O que se levou a refletir sobre este assunto e a pesquisar o problema da inclusão deste segmento de público no espaço museológico é o fato de se atender pessoas com deficiência visual que demonstram interesse em visitar Museus, mas nem sempre encontram satisfatória recepção. Esta situação de estar próximo do problema reside no fato da autora trabalhar no IBC.

E a título de elucidar melhor a importância dessa recepção prestada ao visitante com deficiência visual que vai ao Museu, transcreve-se o seguinte episódio.

Certa vez perguntaram a Helen Keller ⁴¹, uma mulher extraordinária, cega, surda e muda desde bebê, mas que superou todos os obstáculos tornando-se uma das mais notáveis personalidades do século XX, o que ela gostaria de olhar se tivesse apenas três dias de visão.

Helen Keller escreveu que no primeiro dia reuniria todos os seus amigos queridos e olharia seus rostos por muito tempo, também fixaria os olhos no rosto de um bebê, gostaria de ver os livros que já foram lidos para ela e ainda neste dia gostaria de olhar nos olhos fiéis e confiantes de seus cães, o pequeno Scottie Terrier

41 Helen Adams Keller ([Tuscumbia, 27 de junho de 1880](#) — [Westport, 1 de junho de 1968](#))

e o vigoroso Dinamarquês. Um longo passeio pela floresta e a contemplação de um pôr-do-sol colorido também faziam parte do seu desejo para este primeiro dia!

Mas surpreendentemente, no segundo dia, Helen Keller ⁴² escreveu que:

Esse dia eu dedicaria a uma breve visão do mundo, passado e presente. Como gostaria de ver o desfile do progresso do homem, visitaria os museus. Ali meus olhos, veriam a história condensada da Terra -- os animais e as raças dos homens em seu ambiente natural; gigantescas carcaças de dinossauros e mastodontes que vagavam pelo planeta antes da chegada do homem, que, com sua baixa estatura e seu cérebro poderoso, dominaria o reino animal.

Minha parada seguinte seria o Museu de Artes. Conheço bem, pelas minhas mãos, os deuses e as deusas esculpidos da antiga terra do Nilo. Já senti pelo tacto as cópias dos frisos do Paternon e a beleza rítmica do ataque dos guerreiros atenienses. As feições nodosas e bárbadas de Homero me são caras, pois também ele conheceu a cegueira.

Assim, nesse meu segundo dia, tentaria sondar a alma do homem por meio de sua arte. Veria então o que conheci pelo tacto. Mais maravilhoso ainda, todo o magnífico mundo da pintura me seria apresentado. Mas eu poderia ter apenas uma impressão superficial. Dizem os pintores que, para se apreciar a arte, real e profundamente, é preciso educar o olhar. É preciso, pela experiência, avaliar o mérito das linhas, da composição, da forma e da cor. Se eu tivesse a visão, ficaria muito feliz por me entregar a um estudo tão fascinante (grifo nosso).

Helen Keller aborda o tato, a manipulação de objetos e entende-se a importância e a necessidade de se pensar em conciliar a função comunicacional do Museu com a sua função de preservação. Sem dúvida tão importante uma quanto a outra. Entretanto, sabe-se que a preservação restringe sobremaneira a utilização do sentido do **tato**, tão peculiar da pessoa com deficiência visual que o utiliza para enxergar o mundo com seus **Dedos de Ver**.

A verdade, porém, é que o manuseamento permite ver aquilo que a vista nem sempre capta. Uma peça pode ter pormenores que apenas se podem apreciar ao aproximá-la e ao manuseá-la. Um posicionamento estático pode esconder pormenores que se revelam

42 KELLER, Helen. Três dias para ver. **Reader's Digest**. Disponível em:< <http://www.cerebromente.org.br/n16/curiosidades/helen.htm>> Acesso em: 16 jun. 2010.

ao ver a peça em diferentes posições e ângulos. Por outro lado, ao manusear uma peça poder-se-á conhecer o seu peso e a sua densidade corpórea, aspectos fundamentais no momento em que se procura uma percepção completa de uma peça. No caso da pessoa cega, mais do que complementar o olhar, manusear uma peça poderá significar mesmo “ver” essa peça (grifo nosso) ⁴³.

Quando se pensa em incluir a pessoa com deficiência no espaço museológico, primeiramente é preciso começar as alterações pelos acessos. Deste modo, tanto do espaço físico no qual se situa o Museu, ou seja, o espaço circundante, a via pública de acesso até o prédio, quanto do acesso à sua página web, visto que, nos tempos atuais, uma consulta à programação e aos serviços de informação oferecidos pelos Museus, como por exemplo, consultas a base de dados que documentam e fornecem dados acerca as coleções do Museu, sejam elas, museológicas, arquivísticas ou da biblioteca, constituem fonte de pesquisa. E na atualidade este modo de comunica-se pode ser facilmente acessado via internet por qualquer cidadão desde que o site esteja acessível para todos.

Isto porque, como afirma Ferrez ⁴⁴, dentro de um contexto informacional e científico, a Documentação em Museus (aplicação disciplinar no campo museológico)

[...] é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar [...] as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão do conhecimento.

43 Neves, Josélia. COMUNICAÇÃO MULTI-SENSORIAL EM CONTEXTO MUSEOLÓGICO. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2. p.185.

44 FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. In: Fórum Nordeste de Museus, 4.Recife.**Trabalhos apresentados**.Recife.IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. p.1. Disponível em:< <http://www.crnti.edu.uy/02cursos/ferrez.doc>>Acesso em: 10 janeiro 2011.

A pessoa com deficiência visual faz jus a ter acesso ao conjunto de informações contido no Museu e para isto precisará valer-se de Tecnologia Assistiva.

5.1 Tecnologia Assistiva e Acessibilidade

A utilização de Tecnologia Assistiva (T. A.) pela pessoa com deficiência possibilita, ou melhor, acelera o seu processo de aprendizado/conhecimento, e contribui para sua inclusão social, apontando para o fim da, ainda bem presente, invisibilidade dessas pessoas no espaço museológico.

Tecnologia Assistiva (T. A.) é um termo ainda novo, utilizado para identificar o conjunto de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais das pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover sua independência e inclusão.

Atualmente, em todas as áreas onde se tem por objetivo a inclusão de **todos**, o tema *Tecnologia Assistiva* insere-se obrigatoriamente nos debates e na literatura científica.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.⁴⁵

O Decreto Executivo 3298 de 1999⁴⁶ que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa

45 CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/comite.asp>> Acesso em: 05 janeiro 2011.

46 BRASIL. Decreto executivo nº 3298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Consolida as Normas de Proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez.1999, p. 10. Disponível em:<

Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, no artigo 19, dispõe que:

Art.19. Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

I - próteses auditivas, visuais e físicas;

II - órteses que favoreçam a adequação funcional;

III-equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;

IV -equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;

V-elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;

VI-elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;

VII-equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;

VIII -adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

IX - bolsas coletoras para os portadores de ostomia (grifo nosso).

Os Museus, no contexto da inclusão social, e em concordância com o documento mencionado, não podem deixar de se valer de Tecnologia Assistiva para melhor comunicar-se com os diversos segmentos de público em qualquer dos seus espaços de visitação e consulta.

5.1.1 O Ambiente Espaço Físico

Equipamentos, para as pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo, devem existir dentro do Museu, que facilitem sua locomoção, tais como elevadores ou plataformas elevatórias.

Já para aquelas pessoas com deficiência visual, tema abordado nesta dissertação, igualmente importante são as orientações, em relevo, colocadas no chão, assim como informações escritas em Braille.



Orientação em relevo no chão

Figura 10- piso-tatil-facil.jpg

Fonte: thaisfrota.wordpress.com



Escrita em Braille

Figura 11 – Placa em Braille do Jardim Sensorial do RJ

Fonte: wikiarq.blogspot.com

Isto porque,

Não conhecer o caminho que leva a algum lugar limita a mobilidade de uma pessoa, inclusive quem possui visão normal, sendo fato muito freqüente a pessoas com deficiência visual, principalmente pela inexistência de material com informações acessíveis. Um recurso útil é lhes fornecer informações sobre o espaço, que seriam dificilmente perceptíveis pela experiência direta. Assim são os mapas táteis, representações gráficas em textura e relevo. Com eles, o indivíduo ganha mais independência e confiança para a locomoção, localizando direções, pontos de referência e barreiras. Os mapas são instrumentos que ajudam essas pessoas a conceber o mundo. Outro ponto importante para a orientação nos espaços seria uma sinalização com placas em locais acessíveis e informações disponíveis também em Braille e/ou sonoras.

Existe a necessidade da sinalização tátil no chão, o chamado piso tátil, pois a pessoa com deficiência visual costuma quiar-se com

auxílio de bengala, percebendo as mudanças de ambiente pelo contato com texturas e relevos do piso e das paredes. Estas são faixas diferenciadas do revestimento geral do local, com superfície texturizada e cor contrastante. Podem ser de alerta ou direcional (grifo nosso) ⁴⁷.

No combate à exclusão, a tecnologia é grande aliada.

Exemplo disso é um audioguia ⁴⁸, que para as pessoas com deficiência visual terá audiodescrição do circuito expositivo e indicação das obras disponíveis ao toque, os quais permitem visitas explicadas e autônomas, com o tempo e ritmo gerido por quem o utiliza. Entretanto, para a pessoa com deficiência visual, não basta colocar-lhe um audioguia na mão, é necessário primeiro que a pessoa com deficiência visual tenha autonomia para circular, e isto acontece com a ajuda de um piso ou linha tátil no chão que auxilie a pessoa com deficiência visual a se deslocar ou mesmo com a indicação prévia do percurso a ser visitado através de um mapa tátil, por exemplo.

⁴⁷ GOUVEIA, Fabio Castro, MENEZES DA SILVA, Isabela & MANO, Sonia. Acciones de Accesibilidad para Centros y Museos de Ciencia: Conocimientos Adquiridos en el Proyecto de Museu da Vida - Brasil. Museu da Vida – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz Disponível em: <www.latu.org.uy/espacio_ciencia/es/images/RedPop/.../M23.pdf> Acesso em: 10 janeiro 2011.

⁴⁸ Sistema de locução multilíngue para visitas guiadas, principalmente de museus ou de monumentos históricos.



Figura 12- Exemplo de Mapa Tátil do Museu da Patagônia (San Carlos de Bariloche – Argentina)
Foto: Ana Fátima Berquó

Além disso, é necessário que o equipamento do audioguia seja de fácil manejo para a pessoa com deficiência visual e concebido de forma a deixar suas mãos livres. É importante ressaltar que conjugado a isto, a pessoa com deficiência visual precisa com seus dedos de ver, ter a oportunidade de tocar as obras descritas pelo audioguia, mesmo que o faça através de uma réplica quando não for possível tocar a obra original.



Fig.13-Virginia Menezes, cega congênita, toca uma réplica na Exposição do Houdon no MHN, em 25/03/2009.
Foto: Ana Fátima Berquó



Fig.14- Leonardo Portela, cego, toca um original no Museu Casa de Rui Barbosa, em 14/04/2010.
Foto: Ana Fátima Berquó

O Museu pode se valer ainda de maquetes táteis que muito auxiliam a compreensão pela pessoa com deficiência visual de informação sobre uma determinada obra. A maquete é ferramenta importante na análise espacial, uma vez que o volume produzido traz em si todas as características essenciais à percepção de uma edificação ou um monumento, por exemplo. Ao longo dos anos tem sido utilizada para fins predominantemente ilustrativos, como forma de representação física tridimensional. É importante estimular e agregar outra possibilidade de uso para a maquete, ocasião em que deixe de ser recurso puramente visual para ser tateada e explorada em toda sua ludicidade e aspectos volumétricos por pessoas com deficiência visual, pois, da mesma forma que a leitura em Braille, a maquete atua como um instrumento informacional, sendo uma das vias de acesso ao conhecimento do espaço que os circunda.

No contexto museológico a leitura por meio de maquete pelo público com deficiência visual, é um elemento do processo de inclusão social visto que a representação em plano físico de uma edificação, monumento ou do espaço urbano ou outro dado qualquer facilita a percepção do entorno e dos percursos, promovendo a reintegração deste segmento de público com o meio em que vivem.

Desta maneira, a arquitetura que é matéria percebida apenas pelos olhos poderá ser sentida e entendida com os dedos de ver, não mais sendo uma realidade inatingível àqueles que não enxergam, passando a ter significado.



Fig.15- Maquete da Ponte Rio – Niterói

Foto :Ana Fátima Berquó



Fig.16 - Maquete do Pão de Açúcar

Foto: Ana Fátima Berquó



Fig.17- Maquete do Maracanã

Foto: Ana Fátima Berquó



Fig.18 -Maquete Museu Arte Contemporânea

Foto: Ana Fátima Berquó

Outro recurso que o Museu precisa dispor para o público com deficiência visual é a reprodução de obra bidimensional, principalmente os Museus de Arte onde este tipo de obra -- pinturas e desenhos -- é numericamente marcante no acervo. A fim de que o público com deficiência visual possa fruir das artes, com seus dedos de ver é necessário que o Museu disponibilize alguns exemplares de obras neste formato.

[...] se é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a *possibilidade pura* de tirar proveito das obras expostas nos museus, ocorre que somente alguns têm a *possibilidade real* de concretizá-la (grifo do autor) ⁴⁹.

49 BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. 2ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 69.

E a maneira da pessoa com deficiência visual concretizar uma obra bidimensional é tocando-a.

A título de ilustração, vejamos abaixo o exemplo da obra Antropofagia, de Tarsila do Amaral:



Antropofagia, de Tarsila, Coleção José Nemirowsky, S. Paulo

Figura 19- Imagem da obra Antropofagia , Tarsila do Amaral.

A seguir, a reprodução tridimensional da mencionada obra Antropofagia, para manuseio, pertencente ao Programa Educativo Público Especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo, contribuindo para que a pessoa com deficiência visual possa compreender os elementos contidos na tela, ou seja, através dos seus dedos de ver, possa informar-se sobre a obra.



Figura 20 – Reprodução tri e bidimensional da obra Antropofagia, de Tarsila do Amaral
Fonte: Acervo da Pinacoteca do Est. de São Paulo

Outro exemplo que se apresenta é a obra de Almeida Junior, denominada Caipira picando fumo, e a reprodução igualmente pertencente ao Programa Educativo Público Especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo, que possibilita à pessoa com deficiência visual acessar informações da obra.

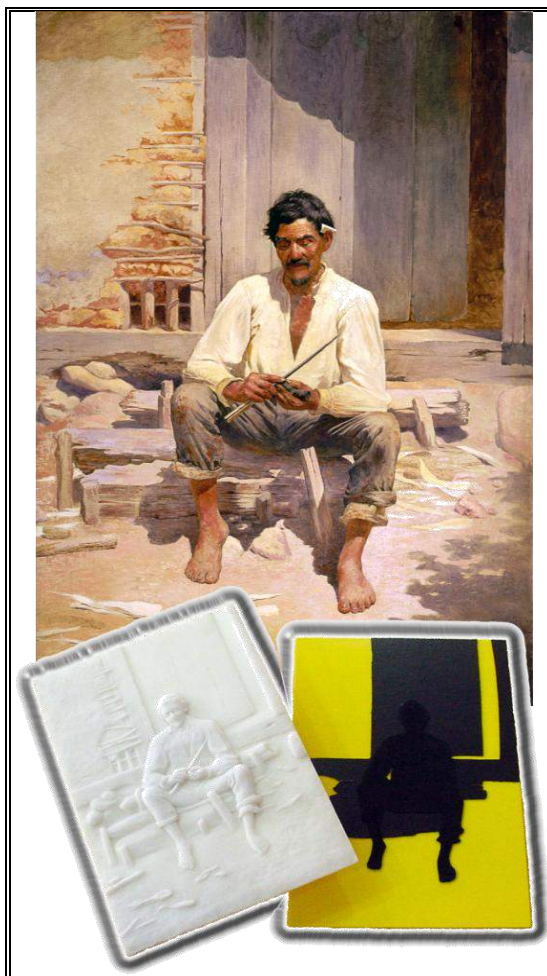


Figura 21- Almeida Junior - Óleo sobre tela
Caipira picando fumo, 1893
Reprodução em relevo em gesso e em E.V.A.
Fonte: Acervo da Pinacoteca do Est. de São Paulo



Figura 22- Reprodução tridimensional
da obra de Almeida Junior-Caipira picando fumo
Fonte: Acervo da Pinacoteca do Est.de São Paulo

5.1.2 O Ambiente Web - Espaço Virtual

Na Web (World Wide Web, WWW, rede de alcance mundial) quando um site apresenta funcionalidades de acessibilidade para pessoas com deficiência, para diferentes ambientes, situações, equipamentos e navegadores, aparece um dos símbolos abaixo:



Figura 23- Símbolos de acessibilidade na Web

Os símbolos de acessibilidade são usados internacionalmente para assinalar sites na Internet que contenham funcionalidades de acessibilidade para pessoas com deficiências e são denominados "Símbolo de Acessibilidade na Web"

O Museu ao construir seu site em formato acessível, o que se deve entender como oferta da Informação Especial, precisa seguir todas as diretrizes e recomendações para ser certificado em nível 3 (AAA)⁵⁰, isto é, possibilitando que todas as informações e serviços, contidos no seu site possam ser acessados por todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físico-motoras e perceptivas.

Atualmente existem vários documentos internacionais que propõem regras, ou normas de acessibilidade para a Web, alguns deles inclusive contendo exemplos

⁵⁰ O A é um nível de prioridade. A é a prioridade básica, AA a prioridade média e AAA a máxima.

práticos. Todos, no entanto, baseiam-se em diretrizes W3C ⁵¹ que trabalha com a comunidade global produzindo especificações e referências, promovendo a evolução e interoperabilidade dos protocolos da WWW.

Para se verificar a acessibilidade das páginas de um site de Museu, por exemplo, pode-se utilizar o DaSilva ⁵², o primeiro avaliador de acessibilidade em português para Websites. Caso a avaliação esteja sem erro, o site ganha o direito de usar um selo de acessibilidade. Esta ferramenta é ideal para web-designers, web-masters e todas as pessoas que desenvolvem sites para a Internet e tenham a necessidade de torná-los acessíveis.

Outro exemplo é o avaliador Bobby ⁵³, uma ferramenta de domínio público, que também analisa páginas disponíveis na WWW em relação a sua acessibilidade. Visa fundamentalmente expandir oportunidades de acesso para indivíduos com necessidades diferenciadas. Feita a avaliação será exibido um relatório indicando qualquer falha relativa à acessibilidade do site avaliado. Uma vez aprovado, poderá igualmente ser exibido um símbolo como indicação de que obedece aos padrões e regras propostas. E ainda o W3C HTML Validation Service ⁵⁴, para citar mais um exemplo de avaliador de site.

Lembrando que acessibilidade na Internet implica ampliar o acesso à informação e permitir a navegação de todo tipo de usuário aos conteúdos veiculados. Um site acessível estará dentro dos princípios de acessibilidade preconizados pela Lei Federal de Acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de

⁵¹ World Wide Web Consortium [W3C]) é o órgão que coordena a elaboração e padronização das regras de acessibilidade. Estas regras são adotadas por diversos países e empresas como a IBM e Microsoft. As orientações elaboradas pelo W3C tem como objetivo auxiliar e encorajar o desenvolvimento de páginas acessíveis, indicando não só princípios gerais como as formas ideais de implementação que orientam os autores.

⁵² <http://www.dasilva.org.br/>

⁵³ <http://www.cast.org/bobby>

⁵⁴ <http://validator.w3.org>

2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Com um site acessível o Museu pode ter mais pessoas acessando suas informações ou serviços e o segmento de pessoas com deficiência visual se inclui neste grupo. Afinal, como bem explicitou Borges ⁵⁵

[...] as mudanças por que passaram as pessoas cegas no Brasil nos últimos cento e cinquenta anos, [...] a disponibilidade de diversos artefatos tecnológicos um dos fatores mais importantes que possibilitaram tais mudanças, e também como estes se reconfiguraram continuamente a partir do seu uso. A incorporação destes dispositivos à vida dos cegos modificou a ontologia da cegueira, mudando o foco de “o que ele pode ou não pode ser” para “o que ele pode ou não pode fazer”, ou usando uma frase de efeito, “é a falta de tecnologia que faz o cego”.

O Museu para alcançar visibilidade pelos diferentes segmentos de público, precisa fazer as adequações necessárias.

É pertinente lembrarmos que, tratando-se do deficiente visual em especial, até bem pouco tempo atrás, o acesso à informação se dava: ou através da utilização do método Braille, ou através dos canais de mídia (principalmente, rádio e televisão), ou através da leitura voluntária de qualquer material escrito. Questionamos: Numa sociedade globalizada, informacional e altamente competitiva, serão suficientes, no sentido de proporcionar a plena inclusão social dos invisíveis, apenas os recursos acima citados? ⁵⁶

E o site acessível de Museu também é uma forma de disponibilizar Informação Especial para o segmento de público com deficiência visual.

⁵⁵ BORGES, José Antonio dos Santos. **Do Braille ao DOSVOX** – diferenças nas vidas dos cegos brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009. p.1

⁵⁶ PORTO, Bernard Condorcet. **WEBVOX – Um navegador para a World Wide Web destinado a Deficientes Visuais**. Tese do Curso de Mestrado em Informática do Instituto de Matemática e Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IM/NCE/UFRJ [Rio de Janeiro – 2001] Orientador: Prof. Fábio Ferrentini Sampaio, Ph.D. p.14

5.2 AUDIODESCRIÇÃO EM MUSEU

A *audiodescrição* pode ser oferecida à pessoa com deficiência visual no espaço museológico através de um aparelho denominado audioguia, como citado anteriormente, ou através do seu site no espaço web pelo tour de áudio e, ainda, pessoalmente, através do *audiodescritor* que

[...] traz a formalidade para algo que era, anteriormente, feito informalmente, graças à sensibilidade e boa vontade de alguns. Isso acontece e acontecia quando as pessoas com deficiência visual, mais curiosas, começavam a fazer perguntas, tirar dúvidas, durante o filme, peças de teatro e outros tipos de espetáculo. Entretanto, nem todas as pessoas que os [sic] acompanham estão preparadas para prestar esse tipo de serviço, e, além disso, essas pessoas também querem assistir o[sic] filme ou espetáculo e, ter que dar informações adicionais, pode fazer com que a pessoa perca o fio da meada, deixe de entender determinadas coisas e cenas. Como uma atividade formal, ligada às artes visuais e ao entretenimento, entretanto, é algo bem mais recente, tendo início nos anos 80 nos Estados Unidos e Inglaterra (grifo nosso)⁵⁷.

No Museu, este recurso de um agente atuando no papel de audiodescritor – pessoalmente descrevendo os conteúdos exibidos -- não chega a incomodar os demais visitantes que, muitas vezes, se beneficiam da Informação Especial (descrição) dispensada à pessoa com deficiência visual.

E o recurso da *audiodescrição* permite a socialização das pessoas com deficiência visual aos conteúdos presentes nas diversas formas de expressões culturais: televisão, cinema, teatro além dos Museus.

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual, junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de

57 Artigo: Audiodescrição - recurso de acessibilidade de inclusão cultural. Publicado em 30/07/2008. por Lívia Maria Villela de Mello Motta Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/livia.php>> Acesso em: 20 janeiro 2011.

tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal. Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. Como o próprio nome diz, um conteúdo audiovisual é formado pelo som e pela imagem, que se completam. A audiodescrição vem então preencher uma lacuna para o público com deficiência visual ⁵⁸.

No ambiente físico dos Museus onde se podem encontrar esculturas, pinturas e demais obras apreciáveis por todos os segmentos de público que os visitam é possível aplicar o recurso de audiodescrição para imagens estáticas.

A audiodescrição, conforme apontado na citação anterior, é um recurso de Tecnologia Assistiva sendo relevante chamar atenção para o que descrever e o como descrever, por isso, com intuito de colaborar na divulgação de orientações que auxiliem o audiodescritor na feitura da descrição de elementos visuais encontrados nos Museus, indica-se como fonte, no caso, elaborada para a visita virtual -- Virtual Museum Tour, as Técnicas de Descrição de Imagem para Sítios Web de Museus ⁵⁹.

A transcrição que se apresenta abaixo na caixa de texto, mantida a grafia do português de Portugal, inclui: 1) intróito: Descrição; 2) seis diretrizes de caráter geral – Recomendações, que são aceitas pelo público com deficiência visual por favorecerem a comunicação dos elementos essenciais à sua compreensão e serem fiéis ao conteúdo das obras;

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.audiodescricao.com/home.htm>> acesso em 08 de junho de 2010.

⁵⁹ Técnicas de Descrição de Imagem para Sítios Web de Museus. Disponível em <<http://www.acesso.unic.pt/museus/imgmuseus.htm>>. Acesso em: 02 de Junho de 2010.

Descrição

Desenvolver a qualidade das descrições visuais é uma tarefa morosa que deve ser feita cuidadosamente por pessoas que escrevam bem e que tenham conhecimentos na área da edição.

Na altura da criação do Virtual Museum Tour, não havia instruções disponíveis. Com a preparação de aproximadamente 100 descrições visuais, foi desenvolvido um processo padrão. Este processo está resumido nas seis Recomendações que se seguem e que poderão ser aplicadas noutros projectos da Web que envolvam imagens de obras de arte.

Recomendação UM: Seja Objectivo

A única função de uma descrição visual é descrever o aspecto de uma obra de arte. Resumindo, deverá simplesmente responder à questão, “Como é o objecto?”. As descrições devem evitar quaisquer interpretações analíticas ou emotivas. Por outras palavras, não devem suscitar perguntas como, “O que quer dizer?” ou “O que é que acha?”. As descrições ajudam os visitantes a visualizar um objecto, e portanto fornecem um contexto para outras informações sobre outra obra que possam encontrar, tal como o historial antecedente, o estilo do artista ou o comentário dos críticos . Ao combinar esta informação concreta com uma descrição objectiva, os visitantes da Web ficam suficientemente informados para fazer uma análise pessoal ou conseguir ter a sua própria reacção emotiva.

No caso de personagens retratadas, num quadro ou noutra obra de arte , a objectividade também deve ser aplicada. Apesar de ser conveniente descrever a sua aparência, vestuário e acções, as descrições visuais não devem esforçar-se por explicar as suas motivações ou sentimentos, mesmo que estes estejam implícitos nos gestos ou no contexto. Se as emoções das personagens são óbvias na obra de arte, então serão provavelmente também notórios na descrição visual.

Neste exemplo, a descrição foi escrita sem referências à emoção, apesar do estado de espírito implícito na pintura estar perceptível.

“...O corpo da rapariga está voltado para o seu lado esquerdo, enquanto que a cabeça e o olhar estão virados para o seu lado direito. Parte do cabelo castanho está puxado para trás até meio das costas. Tem sobrancelhas fartas, olhos escuros e faces avermelhadas. A boca é pequena e os lábios estão fechados. Os braços estão estendidos e as mãos com os dedos entrelaçados repousam nos seus joelhos ...” Finalmente, e porque o gosto artístico varia consoante a pessoa, as descrições visuais não devem conter juízos de valor sobre a qualidade da obra de arte, nem da habilidade do artista que o criou.

Imagem pictórica usada na Audiodescrição da Recomendação UM



Figura 24- William Adolphe Bouguereau (1825-1905) Francês,
THE SONG OF THE NIGHTINGALE, 1895, pintura a óleo em
tela, 55 x 35 polegadas, Oferta do Senhor Robert Badenhop,
1954.12

Recomendação DOIS: Seja Breve

Apesar da duração das descrições visuais variar consoante a peça de arte que está a ser descrita, devem ser tão concisas quanto possível. Nalgumas montagens, as descrições visuais são apresentadas como nas gravações áudio lidas por um narrador. Outras vezes, são fornecidas em texto que os próprios visitantes têm de ler. Em qualquer dos casos, dado que as descrições extremamente longas se tornam cansativas, estas devem ser limitadas de 250 a 300 palavras. Dependendo do contexto, as descrições visuais devem ser acompanhadas por um catálogo com informação sobre a obra de arte (tal como o nome do artista e data de nascimento e de morte, o título, os materiais utilizados e as dimensões). Estas informações não serão incluídas na contagem total das palavras.

Para uma economia de palavras mais eficaz, exclua frases redundantes como “de forma rectangular” ou “de cor azul”. Em vez disso, utilize simplesmente “rectangular” ou “azul”. Do mesmo modo, evite afirmações óbvias tais como “ela usa um colar ao pescoço” ou “luvas nas mãos”.

Recomendação TRÊS: Seja Descritivo

As descrições visuais devem utilizar vocabulário amplo de terminologia viva para descrever as múltiplas características dos objectos de arte.

Alguns termos comuns estão categorizados em baixo.

As formas podem ser descritas como quadradas, cuboides, rectangulares, lisas, direitas, circulares, esféricas, cilíndricas, curvilíneas, arredondadas, triangulares, cónicas, piramidais, angulares, irregulares, denticulares, inclinadas, diagonais, horizontais e verticais. Estas palavras podem ser utilizadas não só para identificar a forma global do objecto, mas também para descrever os desenhos geométricos do seu interior. Evite palavras que impliquem acção excepto se realmente o objecto se move; por exemplo, “curvado” é preferível a “curvando”. Também não se devem usar termos coloquiais como “contorcimento” ou “zigzague”.

O tamanho pode ser descrito como pequeno, minúsculo, baixo, miniatura, grande, alto, monumental, grosso, delgado, estreito, largo, em tamanho natural, de dimensões exactas, em grande escala e em pequena escala. As dimensões dos objectos, fornecidas no catálogo, informarão os visitantes do seu tamanho real.

A textura pode ser descrita como lisa, acetinada, grossa, granulada, áspera, usada, desbotada, coçada, gretada, rota, ondulada, canelada, padronizada, listrada, às pintas e picotada.

A cor pode ser descrita como intensa, nítida, brilhante, clara, escura, apagada, pálida, desmaiada, sólida ou mesclada. Não há necessidade em evitar referenciar cores, no pressuposto que não tem sentido para os visitantes cegos. Em primeiro lugar, as descrições serão usadas por pessoas sem dificuldades visuais. Segundo, muitas das pessoas que agora são cegas já viram e conseguem recordar cores.

Terceiro, por vezes as cores têm um significado simbólico nas obras de arte (apesar de frases interpretativas como “warm gold” ou “red angry” não deverem ser utilizadas).

A composição (ou a disposição dos elementos numa obra) pode ser descrita como em baixo, em cima, acima, abaixo, paralelo, perpendicular, em primeiro plano (ou em plano de fundo) e à esquerda (ou à direita). Quando se faz referência a posições relativas, descrever os objectos da perspectiva do observador, excepto quando se refere à esquerda ou à direita de uma personagem pintada numa obra.

A técnica artística pode ser descrita como realista, abstracta, não natural, simplificada, detalhada, precisa, imprecisa, mal definida, borrada, salpicada, pincelada ou marcada.

Recomendação QUATRO : Seja Lógico.

As descrições visuais devem descrever objectos segundo uma sequência lógica de modo a que haja uma boa compreensão.

As descrições devem começar por uma apreciação genérica do objecto e daquilo que retrata. De acordo com o tipo de objecto em questão, pode ser conveniente mencionar no início a sua cor e textura da superfície e, eventualmente, a sua construção. A seguir à referência genérica deverá ser descrito, com detalhe, as várias partes do objecto, segundo uma determinada ordem, como por exemplo da esquerda para a direita ou de cima para baixo. Depois da descrição de uma determinada parte da obra deverá ser explícita a transição para identificar a próxima área descrita, bem como a sua relação espacial com a sua antecedente. Se alguma parte for demasiadamente complexa será melhor descrever cada elemento separadamente, usando, eventualmente uma sequência numerada.

No exemplo que se segue, a localização dos objectos num quadro estão descritos fazendo a relação com outros elementos, dando ao leitor uma compreensão da composição global do trabalho.

“... à esquerda do celeiro está uma área de pinceladas de linhas cruzadas a negro que parecem uma sombra. Por baixo do celeiro do está uma máquina encarnada e cinzenta colocada desastradamente ao seu lado. As rodas grandes e o motor aparentam uma peça de maquinaria agrícola. À direita da máquina estão dois ramos de árvore angulosos e castanhos que surgem do fundo do quadro. Entre os ramos surgem disseminadas várias cenas menores ...”



Figura 25 – Stuart Davis (1894-1964) Americano, PAISAGEM COM MÁQUINA PARTIDA”, 1935, Guache sobre papel, 15 ¼ x 22 1/8 polegadas, doação de Virginia Rike Haswell, 1977.39

Esculturas ou outros trabalhos tri-dimensionais, dependendo do seu design, precisam de ser descritos sob vários ângulos de visão. Deverá ser usada uma sequência lógica como se o observador estivesse a rodar em torno do objecto.

Na descrição, ao usar palavras tais como adjectivos, será melhor colocá-las após a palavra que qualificam, de modo a que o observador saiba a caracterização do objecto em si. Por exemplo, usar “os seus dedos são grandes e finos” em vez de “ele tem dedos grandes e finos”.

Recomendação CINCO : Seja Rigoroso

Uma vez que as descrições fazem parte de uma experiência de um saber global das artes, deverão ser concretas e consistentes com outras fontes de informação referentes à a peça de arte em questão. Poderá ser necessário recorrer a investigação já realizada para identificar correctamente imagens históricas, personalidades, localizações geográficas, tipos de vestuário, género de animais, elementos arquitectónicos, etc.. No entanto, as descrições deverão evitar terminologia hermética (própria das artes) ou terminologia especializada que não seja familiar à maioria dos visitantes. Por exemplo, termos sobre estilos como sejam “abstracto” e “realista” serão facilmente compreensíveis o que já não acontece com “Geometric Abstractionist” e “French Academic”.

Recomenda-se vivamente que o autor da descrição observe o objecto real ao fazer as notas iniciais, porque a cor e outros detalhes só assim poderão ser vistos com rigor. Quando essas notas sobre a descrição com base na peça ao vivo estiverem apuradas, poder-se-ão usar slides ou fotografias para referência ao aspecto e composição dos objectos.

Recomendação SEIS : Diversos

Dado que os visitantes podem ter acesso, numa visita virtual, a peças de arte sem qualquer tipo de sequência, os autores das descrições visuais não deverão partir do princípio que os leitores vão seguir uma determinada ordem no visionamento.

Referências a outras peças de arte não deverão ser feitas através de descrição visual, nem a trabalhos do mesmo autor ou outros trabalhos que façam parte do mesmo Museu ou Galeria.

A fim de facilitar os visitantes da página Web que usam software de leitura de ecrã, os números deverão ser escritos (“século dezanove” em vez de “século XIX” ou “dois e meio” em vez de “2 ½”).

Ao descrever a vestimenta de personagens de um trabalho, pode minimizar-se a monotonia usando vários sinónimos como “tem vestido” ou “está usando”.

Quando as descrições visuais estiverem escritas e editadas, deverão ser revistas por vários revisores (incluindo pessoas com deficiência visual) para recolher sugestões.

Como teste final, as descrições deverão ser comparadas pessoalmente por uma pessoa da equipa com as peças ao vivo do Museu ou galeria a que pertencem.

A seguir, apresenta-se como exemplo, uma amostra do trabalho de Robert Sutter ⁶⁰ descrevendo uma pintura de Thomas Eakins apreciada em exposição no Museu de Belas Artes de Boston. Eis a descrição:

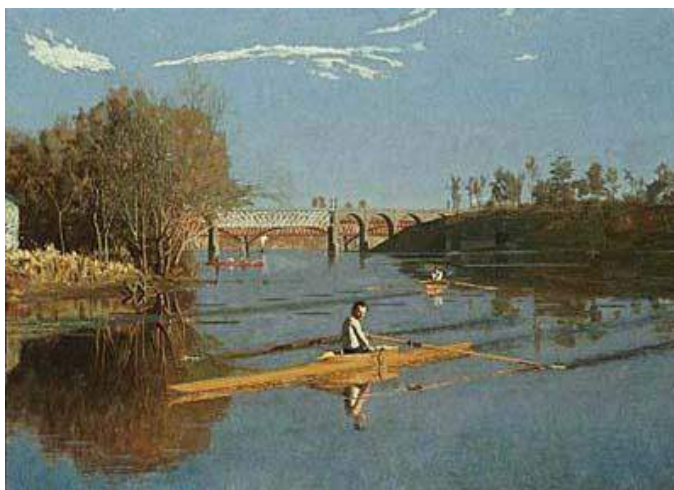


Fig.26-Thomas Eakins. Max Schmitt num Barco Solitário,1871

⁶⁰ **The Audio Description Project** -- An Initiative of the American Council of the Blind -- Formerly AD International. Disponível em:< <http://www.acb.org/adp/museumpainting.html>> Acesso em: 20 janeiro 2011.

In this painting a warm russet light suffuses the Autumn scene and tells us that it is late afternoon. The low angle of the afternoon sun makes the ripples on the water from the barely moving shell, large in the foreground, contrast with the mirror-like surface of the river. A few trees clothed in their fall colors grow out of a jut of land on the left bank of the river downstream behind Schmitt's boat and cast their reflections in perfect symmetry on the mirror of the river's still surface.

Nessa pintura, uma luz avermelhada impregna a cena de outono e nos diz que cai a tarde. O baixo ângulo do sol da tarde faz as ondulações na água a partir da embarcação que se desloca levemente, grande no primeiro plano, contrastam com a superfície espelhada do rio. Algumas árvores cobertas de cores do outono sobressaem-se de uma projeção de terra à margem esquerda do rio no fluxo por trás do barco de Schmitt e lançam os seus reflexos numa simetria perfeita sobre o espelho da superfície quieta do rio. (tradução nossa)

Seguramente alguns detalhes não são percebidos num primeiro olhar, mas percebidos pelo olhar do audiodescritor.

E a descrição acima, especialmente no exemplo expresso na Recomendação UM, é o que se denomina em Catalogação de obras de arte de Descrição Formal em oposição ao outro processo descritivo de imagens nomeado de Descrição de Conteúdo, representando e compondo ambas as modalidades descritivas 2 dos indicadores usados para identificação de dados que integram os inúmeros campos das fichas de obras de Museus. Estes itens informacionais de modelos de Documentação estão inseridos no que convencionou nomear nos Museus de Arte, de Informação em Arte, a partir dos anos 80 do século passado.

Outro exemplo, retirado da Revista Brasileira de Tradução Visual, mostra a leveza da audiodescrição, de sua clareza lingüística e da acessibilidade que dá a outro registro de imagem, a arte da fotografia.

Figura 27 - Fotografia em preto e branco nas dimensões 15 cm x 21 cm e formato retrato,



onde se vêem, em primeiro plano, duas figuras humanas - um homem e uma mulher - em um flagrante de carnaval. No segundo plano, mais ao longe, há pessoas desfocadas, em frente a uma construção de tijolos aparentes, com duas janelas. Vê-se, em parte, o lado esquerdo de uma mulher jovem, de rosto arredondado, de olhos escuros, a qual fita um ponto à esquerda além da foto. Ela usa chapéu de tonalidade clara e aba circular com laço de fita sobre a copa. A mulher tem a pele morena e traça uma fantasia carnavalesca com mangas volumosas, formadas em parte por tecido e em parte por lantejoulas circulares e brilhantes. Seus lábios, em um suave sorriso, deixam-lhe à mostra os dentes. Ela abraça um rapaz por trás, recostando-lhe a face direita no braço esquerdo, pouco abaixo do ombro. O homem é jovem, tem rosto alongado, cabelos curtos e crespos e a pele morena. Está com a face voltada para o rosto da mulher que o abraça. Os lábios do homem são grossos e estão levemente abertos. Ele traça uma camisa clara com desenhos de coqueiros no lado inferior esquerdo e usa

um cordão escuro com pingente. Na mão direita, segura um pano à altura do abdômen.⁶¹

Como foi possível demonstrar a audiodescrição pode e deve estar presente em obras – artísticas ou não -- no espaço museológico.

Pelo cenário até aqui exposto, do desconhecimento de que significa a áudio-descrição para as pessoas que dela se beneficiarão e do desconhecimento que se tem das leis que sustentam a reivindicação pela oferta da áudio-descrição, urge a necessidade de, de um lado divulgar/conscientizar os usuários do serviço da áudio-descrição a respeito da existência deste, de seu direito de o exigir, e de os informar, acima de tudo, a respeito dos benefícios que tal serviço trará às pessoas, mormente àquelas com deficiência visual; de outro lado, é mister que profissionais sejam treinados/capacitados na oferta do serviço de áudio-descrição, para trabalhar nos diversos segmentos, teatro, cinema, televisão, museu e no sistema educacional em geral (grifo nosso)⁶².

⁶¹ Descrição de Ernani Ribeiro e Lívia Guedes. Disponível em

<<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/issue/view/2>>

⁶² LIMA, F.J; LIMA, R.A.F.; GUEDES, L.C. **Em Defesa da Áudio-descrição:** contribuições da convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. RBTV Vol. 1, No 1 (2009): Edição Especial de Lançamento. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/10/13>> Acesso em: 20 janeiro 2011.

A audiodescrição, este importante recurso de Tecnologia Assistiva, contribui para a inclusão social da pessoa com deficiência visual e é uma maneira de promover acessibilidade aos meios de comunicação e informação, necessário na quebra da barreira comunicacional por ventura existente.

Afinal, *acessibilidade* nada mais é que,

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida ⁶³.

No Brasil, a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida foi um primeiro passo para a eliminação de barreiras e o fomento às ajudas técnicas. A efetivação e aprimoramento da legislação estão na ordem do dia e têm sido capaz de mobilizar os esforços de entidades não governamentais, órgãos públicos, universidades e diversas instâncias.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) invadiram de tal forma o cotidiano das pessoas que se torna praticamente inimaginável nossa vivência sem elas. O uso das tecnologias vem se tornando importante meio de inclusão e interação no mundo, contribuindo para minimizar e diminuir as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, com grande impacto na qualidade de vida dessas pessoas, dando-lhes condições de usufruir de seus direitos de cidadãos.

⁶³ BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília:Ministério do Turismo, 2006.



Figura 28- Fotomontagem contendo três Museus: MHN, MAST e MNBA.

6 MUSEUS BRASILEIROS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: PARA ONDE CAMINHA A INCLUSÃO?

Em consulta ao site do IBRAM -- Instituto Brasileiro de Museus⁶⁴ – instituição federal do Ministério da Cultura que se apresenta como sucessora do “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais”, sendo “responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor [...]”; navegamos para acessar no menu a categoria Cadastro Nacional de Museus (CNM) e, em seguida, consultar a base de dados Conheça os Museus Brasileiros⁶⁵ na qual há o registro dos Museus brasileiros. No repositório buscamos a informação para identificar os Museus do Brasil que oferecerem recursos disponíveis para o público com deficiência visual. E, em se tratando das exposições, a pesquisa trata dos recursos que devem estar disponíveis no contexto das exposições ditas permanentes.

6.1 IBRAM -- CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS – “Mapeando a diversidade museal brasileira: Museus cadastrados que possuem instalações para portadores de necessidades especiais”, uma análise

No quadro que apresenta o item denominado “Dados Básicos”, obtidos a partir do CNM, encontra-se os seguintes indicadores: nome, sigla, endereço, telefones, fax, site e e-mail dos Museus, como no exemplo abaixo:

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.ibram.gov.br/> >. Acesso em: 20 janeiro 2011.

⁶⁵ Disponível em: < http://www.museus.gov.br/cnm_apresentacao.htm >. Acesso em: 20 janeiro 2011.

Reg	1 de 1
DADOS BÁSICOS	
Nome	Museu de Astronomia e Ciências Afins
Sigla	MAST
Endereço	Rua General Bruce, 586. São Cristóvão. Rio de Janeiro. RJ. 20921-030.
Telefones	(21) 2580-7010 / 2580-9432 / 2580-0970
Fax	(21) 2580-7339
Site	www.mast.br
Email	mast@mast.br

Quadro 3: Dados básicos do MAST. Fonte: Cadastro Nacional de Museus

Em outro item, “Dados obtidos a partir do CNM” os elementos incluem: missão, natureza administrativa [dos Museus], tipologia do acervo, situação do Museu, se é necessário agendamento prévio, horário de abertura ao público, se é cobrado ingresso e qual o valor, se o Museu possui instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais, o Histórico do Museu e Histórico da formação do acervo como verifica-se no quadro a seguir:

Nome	Museu Histórico Nacional														
DADOS OBTIDOS A PARTIR DO CNM															
Missão	Servir a sociedade em seu desenvolvimento, educação, integração e inclusão, através da preservação e da divulgação de testemunhos materiais e imateriais, relacionados à identidade cultural brasileira.														
Natureza administrativa	Público: Federal.														
Tipologia do acervo	História.														
Situação do Museu	Aberto														
Para visitação (excluindo grupos) é necessário agendamento prévio?	Não														
Horário de abertura ao público	<table border="1"> <tr> <td>Seg</td> <td>Ter</td> <td>Qua</td> <td>Qui</td> <td>Sex</td> <td>Sab</td> <td>Dom</td> </tr> <tr> <td>não abre</td> <td>10:00 - 17:30</td> <td>10:00 - 17:30</td> <td>10:00 - 17:30</td> <td>10:00 - 17:30</td> <td>14:00 - 18:00</td> <td>14:00 - 18:00</td> </tr> </table>	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	não abre	10:00 - 17:30	10:00 - 17:30	10:00 - 17:30	10:00 - 17:30	14:00 - 18:00	14:00 - 18:00
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom									
não abre	10:00 - 17:30	10:00 - 17:30	10:00 - 17:30	10:00 - 17:30	14:00 - 18:00	14:00 - 18:00									
O ingresso ao Museu é cobrado?	Sim														
Valor do ingresso	R\$ 6,00 - público em geral; R\$ 3,00 - alunos agendados da rede particular de ensino e brasileiros de 60 anos e menores de 65 anos mediante comprovação; Gratuidade - crianças até 05 anos de idade; sócios do ICOM-International Council of Museum; servidores do IPHAN; servidores do IBRAM; alunos e professores das escolas públicas federais, estaduais e municipais; brasileiros maiores de 65 anos; e guias de turismo; Entrada franca - domingo.														

O Museu possui instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais?	Vagas exclusivas no estacionamento. elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. rampa de acesso. sanitários adaptados com equipamentos e acessórios próprios. sinalização em braile. textos/etiquetas em braile com informações sobre os objetos em exposição.
Histórico do Museu	O Museu Histórico Nacional reúne um acervo de mais de 264.332 itens, entre os quais a maior coleção de numismática da América Latina. O conjunto arquitetônico que abriga o museu desenvolveu-se a partir do Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, um dos pontos estratégicos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro. O Museu Histórico Nacional mantém, em 9.557 metros quadrados de área aberta ao público, galerias de exposições permanentes e temporárias, além da biblioteca especializada em História do Brasil, História da Arte, Museologia e Moda, do Arquivo Histórico com documentos manuscritos, aquarelas, ilustrações e fotografias, entre as quais exemplares de Juan Gutierrez, Augusto Malta e Marc Ferrez e do Centro de Referência Luso Brasileira, com ampla bibliografia e documentação sobre Brasil e Portugal. Mantém, ainda, programas voltados para estudantes, professores, terceira idade e comunidades carentes. As áreas de Reserva Técnica, Laboratório de Conservação e Restauração e Numismática (coleção de moedas e outros valores impressos) podem ser consultadas, mediante agendamento prévio.
Histórico da formação do acervo	O Museu Histórico Nacional foi fundado em 1922 e suas primeiras coleções foram formadas com transferências do Museu Nacional, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do antigo Museu de Artilharia, basicamente. Eram cerca de 1.000 peças que, em 1924, acrescidas, formavam acervo composto por 2.496 itens de diferentes procedências. Gustavo Barroso, o primeiro diretor, empenhou-se na ampliação do acervo durante toda a sua longa gestão – 35 anos. Atualmente, o Museu Histórico Nacional recebe, anualmente, cerca de 200 doações diversificadas, que exemplificamos com o ano de 2005, quando foram recebidos 206 objetos, de 34 doadores. O acervo é composto por pinturas, esculturas, armaria, viaturas, porcelanas, cristais, prataria, ourivesaria, mobiliário, coleções de arqueologia e iconografia, indumentária civil e militar, numismática, medalhística, filatelia, sigilografia, etc.

Quadro 4: Dados básicos do MHN. Fonte: Cadastro Nacional de Museus

Mas, conforme foi possível constatar (quadro acima) nas respostas fornecidas pelos próprios Museus, não há como saber a informação de quais recursos específicos para pessoas com deficiência visual dispõem, na realidade, pois a maioria dos itens elencados se refere a recursos para pessoa com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, como elevadores, rampas e sanitários adaptados, exceto quando fazem menção ao Braille.

Diante disto, por meio de correspondência eletrônica solicitou-se através do endereço, cnm@museus.gov.br -- este contato está disponível na página do CNM -- a informação sobre quais os recursos disponíveis nos Museus para pessoa com deficiência visual especificamente, já que aparece “sinalização em Braille”, quis-se aprofundar a pesquisa para saber se existem também outros recursos nas exposições de caráter permanente dos Museus.

Prontamente teve-se a solicitação respondida pela Sra. Jéssica Santana ⁶⁶, que enviou uma planilha com os indicadores do levantamento. Ao analisar a planilha recebida, verificou-se que os quesitos representando a coluna de respostas dadas pelos Museus (quadro acima), constituem indicadores, termos padronizados pelo IBRAM que são respondidos a cada quesito com caráter positivo ou negativo, bastando assinalar com símbolo X em qualquer das duas colunas da planilha que são tituladas “Sim” e “Não”.

Nesse contexto da solicitação para que o Museu “indique as instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais”, entre os seis itens listados e que repetimos: vagas exclusivas em estacionamento, elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, rampa de acesso, sanitários adaptados com equipamentos e acessórios próprios, sinalização em “braile”, textos/etiquetas em “braile” com informações sobre os objetos em exposição, constatamos que apenas a sinalização/textos/etiquetas em “braile” está relacionada à pessoa com deficiência visual.

E não se pode deixar de esclarecer que o termo “sinalização em braile” usado pelo IBRAM, no seu significado abrange o texto e a etiqueta, portanto configurando sinalização sob a forma de informação escrita. Deste modo, entende-se que não há necessidade de desmembrar este item. Principalmente porque não há explicação

⁶⁶ Jéssica Santana
Ministério da Cultura - MinC
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM
Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal
Cadastro Nacional de Museus
(21) 2215-5237

prévia para esclarecer qual é a diferença que o CNM faz entre os termos sinalização e texto/etiqueta em “braile”.

Ainda, verificou-se que na resposta dos Museus sobre este item, sinalização em “braile”, não há menção do local onde este recurso informacional aparece, se em todo circuito expositivo, se em parte, se em algumas obras, se em uma única obra, enfim, fica esta indagação no ar. Isto se leva a considerar que o levantamento, por ora, não alcança especificar as condições reais que os Museus oferecem ao segmento de público com deficiência visual.

E também chama a atenção o uso de terminologia inapropriada e ainda utilizada pelo referido cadastro, “portadores de necessidades especiais”. Como se viu no cap. 2 desta dissertação, a terminologia da área da deficiência aboliu esta designação há mais de uma década; e segundo o consultor Sasaki, o adequado seria a expressão “pessoas com deficiência”, sendo assim, o texto apropriado para o levantamento do IBRAM, no seu Cadastro Nacional de Museus, deveria ser: indique as instalações destinadas às pessoas com deficiência.

Verificou-se ainda que não há indicação relacionando a categoria de recurso ao tipo de deficiência. Por isso não se obteve da fonte que focaliza o assunto Museus , o site do IBRAM/CNM e a planilha disponibilizada pelo órgão, a resposta para a indagação relacionada a inclusão social, qual seja: indicar quais recursos para pessoas com deficiência visual, especificamente, os Museus possuem.

No CNM todas as deficiências aparecem agrupadas no mesmo item, o qual é chamado de “instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais”, e quando se busca informação sobre recursos disponíveis sabe-se na prática, que cada tipo de deficiência exige recursos específicos para acessar a informação contida no Museu, mas no caso da pessoa com deficiência visual apenas a

sinalização em “braile” figura como indicador de atendimento. Isto serve para refletir e perguntar: será que nos Museus, para as pessoas com deficiência visual o entendimento da informação só se dará através do Braille?

A planilha enviada pelo CNM é datada de 23 de junho de 2010, e o CNM informa até a referida data que, no Brasil, “existem 743 registros de Museus que possuem instalações para portadores de necessidades especiais de um total de 2.968 Museus mapeados: presenciais + virtuais”. No entanto sem esclarecimentos que se consideram necessários para determinar o perfil institucional do atendimento prestado efetivamente ao deficiente visual.

6.2 TRÊS MUSEUS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E INCLUSÃO: ANALISANDO O MHN; O MNBA E O MAST.

E nesta dissertação determinou-se fazer um recorte e analisar três tipos de Museu da cidade do Rio de Janeiro, um de enfoque dedicado à História, o Museu Histórico Nacional -- MHN; um dedicado às Artes, o Museu Nacional de Belas Artes -- MNBA e outro dedicado às Ciências, o Museu de Astronomia e Ciências Afins -- MAST para verificar os recursos de que dispõem para o público com deficiência visual.

Deve-se esclarecer que no levantamento de fontes oficiais sobre os Museus brasileiros surpreendeu-se o fato do Museu Nacional de Belas Artes não aparecer na planilha disponibilizada pelo CNM em que consta o registro de “743 Museus que possuem “instalações para portadores de necessidades especiais”. E por esta situação recorreu-se à informação do site do CNM e para através da busca simples verificar a resposta ao referido item: “instalações para portadores de necessidades especiais”, portanto, no caso deste Museu (MNBA) só usou-se uma fonte do IBRAM.

Apresenta-se a seguir os dados respondidos pelos três Museus selecionados pela diversidade de enfoques e que analisamos.

Nome	Museu Histórico Nacional
Sigla	MHN
Endereço	Praça Marechal Âncora, s/n. Centro. Rio de Janeiro. RJ. 20021-200.
Telefones	(21) 2550-9221 / 2550-9224 / 2550-9220
Fax	(21) 2220-6290
Site	www.museuhistoriconacional.com.br
Email	mhn02@visualnet.com.br
O Museu possui instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais?	Vagas exclusivas no estacionamento. elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. rampa de acesso. sanitários adaptados com equipamentos e acessórios próprios. sinalização em braile. textos/etiquetas em braile com informações sobre os objetos em exposição.

Quadro 5 - Dados do MHN*

Nome	Museu Nacional de Belas Artes
Sigla	MNBA
Endereço	Avenida Rio Branco, 199. Centro. Rio de Janeiro. RJ. 20040-008.
Telefones	(21) 2219-8474
Fax	(21) 2262-6067
Site	www.mnba.gov.br
Email	direcao@mnba.gov.br; diretoria@mnba.gov.br; diretoriagabinete@mnba.gov.br; divisaoadministrativa@mnba.gov.br; divisao tecnica@mnba.gov.br; recursoshumanos@mnba.gov.br
O Museu possui instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais?	elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. rampa de acesso. sanitários adaptados com equipamentos e acessórios próprios.

Quadro 6 – Dados do MNBA*

Nome	Museu de Astronomia e Ciências Afins
Sigla	MAST
Endereço	Rua General Bruce, 586. São Cristóvão. Rio de Janeiro. RJ. 20921-030.
Telefones	(21) 2580-7010 / 2580-9432 / 2580-0970
Fax	(21) 2580-7339
Site	www.mast.br
Email	mast@mast.br
O Museu possui instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais?	Vagas exclusivas no estacionamento. elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. rampa de acesso. sanitários adaptados com equipamentos e acessórios próprios. textos/etiquetas em braile com informações sobre os objetos em exposição.

Quadro 7 – Dados do MAST*

*Todos os dados inseridos na base do Cadastro Nacional de Museus foram enviados pelos museus cadastrados.
Fonte: Cadastro Nacional de Museus do Sistema Brasileiro de Museus

Diante das dificuldades encontradas no levantamento dos dados que conformam imprecisão das informações disponíveis on line, elaborou-se um formulário (Apêndice A) para diagnosticar nos três Museus acima mencionados, MHN, MNBA e MAST, que outros recursos possuem para receber a pessoa com deficiência visual.

Decidiu-se no processo de análise primeiramente fazer uma visita espontânea, sem agendamento, até porque, segundo informação contida no próprio CNM, para visitação, excluindo grupos, não é necessário agendamento prévio em nenhum dos três Museus (o segundo quadro que apresentamos neste capítulo apresentando o item Dados Obtidos a partir do CNM). Assim, é desejável que o procedimento seja adotado também para o público com deficiência visual, e o motivo que sustenta a afirmativa é que ninguém providencia rampa ou elevador apenas quando um cadeirante chega ao Museu. Em tese estes recursos já estão presentes, aguardando a chegada a qualquer momento deste segmento de público, e para a pessoa com deficiência visual deverá ocorrer o mesmo, todos os recursos, não apenas o Braille, devem estar disponíveis sempre.

Antes de chegar aos três Museus para fazer uma visita espontânea e verificar in loco quais recursos estão disponíveis para pessoas com deficiência visual, acessou-se seus sites para conferir o horário de funcionamento e a programação.

6.2.1 Espaço Virtual: interpretando os resultados

Assim como as pessoas que enxergam, qualquer pessoa com deficiência visual pode também acessar o conteúdo presente na Internet com a ajuda de Tecnologia Assistiva (T.A.) que possibilita a leitura de páginas inteiras com o uso de sistema que se comunica com o usuário através de síntese de voz, como por exemplo, o Dosvox ⁶⁷.



Figura 29: Tela inicial do Dosvox

Atualmente existem diferentes softwares com síntese de voz para deficientes visuais como o Virtual Vision, Jaws, Window Bridge, Window-Eyes entre outros. Com o Jaws, por exemplo, inclusive é possível enviar informações para linhas Braille⁶⁸, permitindo não só à pessoa com deficiência visual acesso à informação contida nas páginas Web mas também, e principalmente, à pessoa surdocega, pois a esta, como não é possível escutar, contar com o recurso da linha Braille é uma Tecnologia Assistiva de muita serventia para obter informação.

⁶⁷ O DOSVOX é um sistema gratuito e está disponibilizado na Internet. O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/m/download.htm>>. Acesso em: 10 dezembro 2010.

⁶⁸ Linha Braille, ou Display Braille, é um hardware que exhibe dinamicamente em Braille a informação da tela ligada a uma porta de saída do computador.



Figura 30: Pessoa utilizando a Linha Braille

Em conformidade com estudo realizado por PORTO ⁶⁹, em que abordou “Critérios gerais para construção de homepages acessíveis” testou-se através do avaliador W3C HTML Validation Service ⁷⁰ o site dos três Museus que se determinou analisar para verificar o caráter da função acessibilidade.

Ao abrir a homepage de cada um dos Museus selecionados verificou-se de imediato que não apresentam selo de acessibilidade. A falta desta informação de natureza específica já aponta a carência existente no perfil do site.

Atualmente existem vários documentos, tanto internacionais como nacional, que propõem regras, ou normas de acessibilidade para a Web, alguns deles inclusive contendo exemplos práticos. A maioria, no entanto, baseia-se em diretrizes W3C ⁷¹ que trabalha com a comunidade global produzindo especificações e referências, promovendo a evolução e interoperabilidade dos protocolos da WWW.

⁶⁹ PORTO, BERNARD CONDORCET. **Capítulo IV: A Acessibilidade do Conteúdo Disponibilizado na WWW In: WEBVOX - Um navegador para a World Wide Web destinado a Deficientes Visuais.** 2001. 180p. Tese do Curso de Mestrado em Informática do Instituto de Matemática e Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Orientador: Prof. Fábio Ferrentini Sampaio, Ph.D.

⁷⁰ <http://validator.w3.org>

⁷¹ World Wide Web Consortium [W3C]

E, portanto, um site para fazer jus ao selo de acessibilidade precisa contar com alguns critérios, os três básicos são: Apresentação da Informação, Navegabilidade e Conformidade.

No quesito Apresentação da Informação se houver imagem na página é necessário fornecer textualmente a informação que está representada no denominado formato imagético. Se houver animações ou vídeos igualmente estes deverão vir acompanhados de descrição em áudio. Lembrando sempre que no recurso do áudio as indicações para o usuário deficiente visual das páginas virtuais, todas devem seguir os padrões da descrição segundo a linguagem específica calcada na Informação Especial ao usar o recurso da T.A..

Outro critério a observar é o quesito Uso das Cores, para que as pessoas com baixa visão visualizem a informação contida na página. Assim é preciso garantir um bom contraste entre a cor do texto e o fundo da tela e de preferência permitir que a cor do texto, ligações e fundo possam ser alteradas.

Em relação ao critério da Navegabilidade é imprescindível que a ativação dos elementos da página possa se dá através do teclado visto que as pessoas com deficiência visual não utilizam o mouse.

O critério de Conformidade se realiza após a verificação da acessibilidade do site pelo avaliador que fará a codificação através de ferramentas de análise ou diagnóstico.

Foi isto que, não obstante a ausência do Selo de Acessibilidade nos três Museus prosseguiu-se na interpretação dos sites utilizando um avaliador internacional, o W3C HTML Validation Service.

No site do Museu Histórico Nacional o avaliador W3C HTML Validation Service encontrou 22 erros e 4 avisos conforme aparece no recorte apresentado a seguir, todos os erros e avisos são informados linha a linha do site analisado.

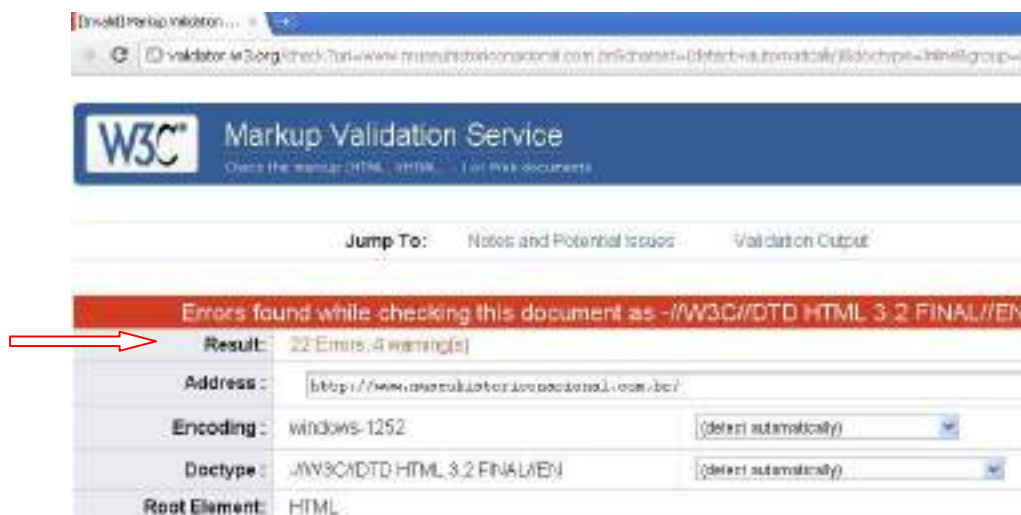


Figura 31: Tela do Validador W3C com o resultado do MHN.

No site do Museu Nacional de Belas Artes utilizamos o mesmo avaliador e o resultado foi o que aparece abaixo, 17 erros e 2 avisos.



Figura 32: Tela do Validador W3C com o resultado do MNBA.

O site do Museu de Astronomia e Ciências Afins apresentou 25 erros e 3 avisos, segundo o avaliador W3C HTML Validation Service.

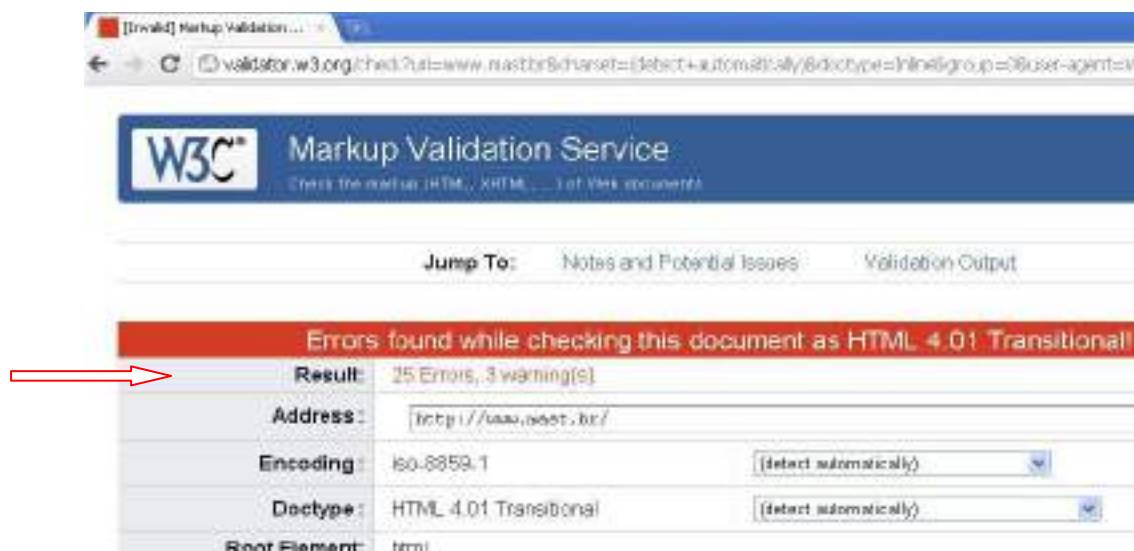


Figura 33: Tela do Validador W3C com o resultado do MAST.

As condições do site dos três Museus objetos de análise pelo avaliador escolhido são similares na questão de não estarem adequados para permitir o acesso pleno da pessoa com deficiência visual às informações e serviços ofertados, por isto não receberam até a presente data um selo de Acessibilidade.

Depois de navegar pelo site dos Museus, partiu-se para a próxima etapa.

6.2.2 Espaço Físico: interpretando os resultados

Em visita espontânea feita ao Museu Histórico Nacional (MHN), pude-se constatar que apenas no Pátio dos Canhões há legendas em Braille. Trata-se de um pátio interno, descoberto cujo acesso se dá pelo Hall dos Arcazes onde está exposta a coleção de canhões do Museu, reunindo exemplares portugueses, ingleses, franceses, holandeses e brasileiros, representando os diversos períodos da história.

Mas há um problema relacionado ao referido pátio e o deficiente visual. A pessoa com deficiência visual não tem autonomia para chegar sozinha ao local pois não há linha guia ou piso tátil que a auxilie no deslocamento da entrada até o referido espaço. Se por acaso estiver chovendo, a visita também fica prejudicada pois a área é descoberta. E acresce que a localização das legendas em Braille está inadequada, colocada em posição muito baixa fazendo com que a pessoa com deficiência visual não a localize com facilidade.

Figura 34: Pátio dos Canhões – MHN
Foto: Ana Fátima Berquó



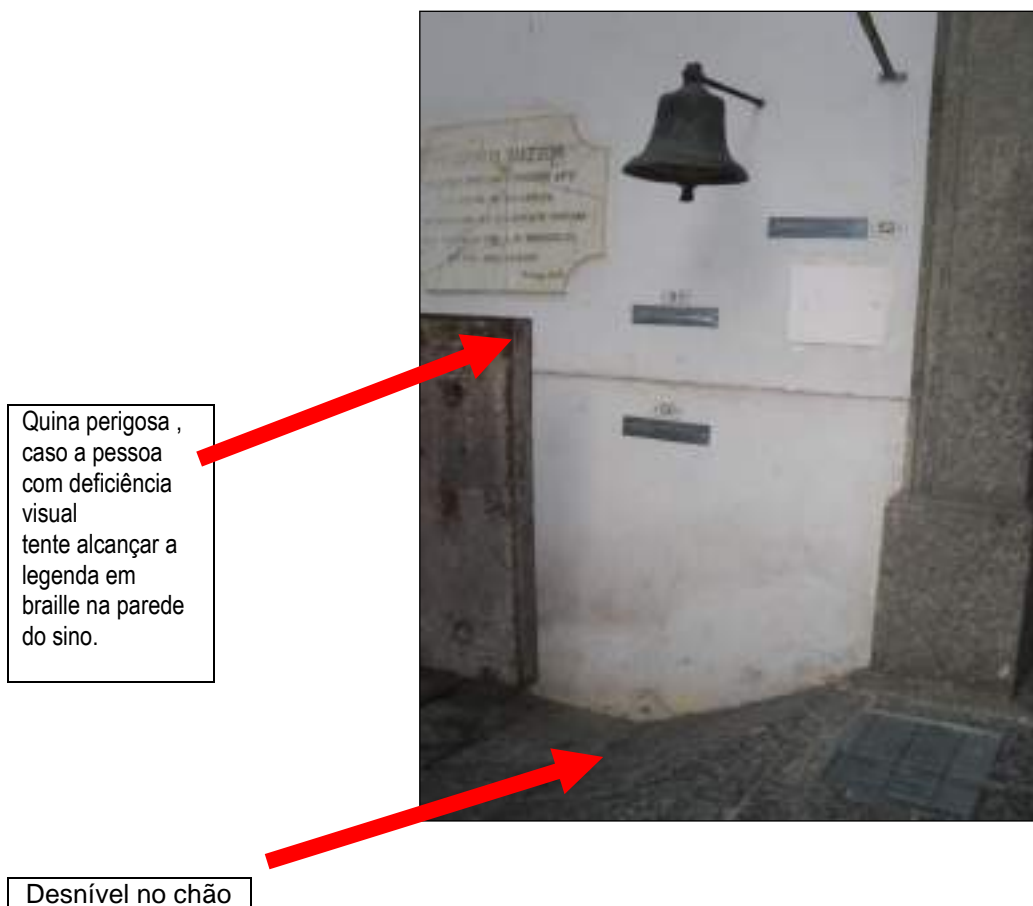
Localização da legenda em braille

Outro exemplo de inadequação do local onde se situa a legenda em Braille no Pátio dos Canhões é a que está próxima ao Sino. A pessoa com deficiência visual pode cair ao tentar ler a legenda, pois existe um desnível no chão que não está

sinalizado. Há também próximo ao Sino uma peça em ferro cuja quina pode machucar a pessoa com deficiência visual.

O MHN embora esteja visando democratizar o acesso para diversos segmentos da sociedade, viabilizar uma circulação e um percurso adequados ao discurso museográfico, no momento, oferece para visitação da pessoa com deficiência visual apenas um espaço entre as inúmeras áreas de exposição e, neste caso ocorre estar restringindo este segmento de público visitante a um único local, o Pátio dos Canhões.

Figura 35: Pátio dos Canhões, no detalhe, o sino - MHN



No Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) não são visíveis os recursos disponíveis para pessoa com deficiência visual quando realizou-se a visita espontânea, como faria qualquer outro visitante deficiente visual ou não.

Já ao chegar para visitar o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), encontra-se no circuito expositivo um espaço com legendas em Braille.

Figura 36: Área externa, circuito expositivo - MAST



Texto em braille no circuito expositivo do Mast.

Figura 37: Placa em Braille - MAST

Entretanto, do mesmo modo que ocorre no MHN (Pátio dos Canhões) a pessoa com deficiência visual não encontra autonomia para percorrer este circuito expositivo onde estão localizadas as legendas em Braille, o piso para chegar ao

local é irregular e o acesso não está sinalizado. A área é descoberta e em caso de chuva também fica prejudicada a circulação.

Na exposição permanente do MAST as legendas (alfabeto latino) apresentam o denominado baixo contraste, o que dificulta a leitura tanto pelos videntes quanto pelas pessoas com deficiência visual (baixa visão, especificamente).



Figura 38: Vitrine da exposição permanente do MAST

Depois da primeira visita preliminar que realizou-se e na qual foi possível avaliar como estabelecer o prosseguimento da pesquisa, retornou-se aos Museus selecionados e na condição de pesquisadora, com carta de apresentação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST (PPG-PMUS) apresentando-se para in loco verificar os recursos de que dispõem para receber o segmento de público com deficiência visual. Esta etapa do trabalho

constou de aplicação de um instrumento metodológico de pesquisa: formulário sobre Informação Especial a ser preenchido por um informante de cada Museu.

O primeiro dos três Museus investigados foi o MHN.

Na recepção explicou-se o motivo da visita/pesquisa e se pediu para falar com alguém do setor da Comunicação do Museu. Explicou-se à pessoa da recepção o teor da pesquisa a ser realizada que repassou por telefone para o setor da Comunicação. Quem atendeu a ligação da recepção no setor da Comunicação pediu para se encaminhar ao setor Educativo do Museu e lá a funcionária Sra. Lise Corrêa Rodrigues de ante mão falou que não poderia responder ao formulário pois não se considerava apta para fazê-lo. Depois de se conversar a Sra. Lise explicou as iniciativas do MHN em receber o público com deficiência visual, como a confecção de material impresso em Braille em parceria com o Instituto Benjamin Constant, inclusive entregou um exemplar, e comentou sobre as obras disponíveis no Pátio dos Canhões com legendas em Braille (exposição permanente).

Mostrou-se também o registro fotográfico do público com deficiência visual em algumas exposições temporárias realizadas no MHN, como "O corpo humano: real e fascinante", realizada no ano de 2008 e a exposição "Tesouros do Louvre: Esculturas de Houdon" do ano de 2009. E por fim, preencheu o formulário da pesquisa.

O segundo Museu pesquisado foi o MNBA.

Quando se chegou à recepção explicou-se igualmente o motivo da visita/pesquisa e o funcionário Sr. José Rodrigues do setor Educativo se encarregou de receber. Explicou-se que havia um formulário a ser preenchido. Percebeu-se que a menção logo causou desconforto no Sr. José Rodrigues que preferia responder a

ter que preencher o formulário. Explicou-se que era necessário apenas marcar um X nas respostas SIM ou NÃO e assim se deu prosseguimento ao propósito.

Depois de ler e marcar o formulário apresentado, o Sr. José Rodrigues mostrou reprodução bidimensional de obras do acervo do MNBA que consta do projeto “Ver e sentir através do toque” para receber público cego e com baixa visão. Entretanto, pediu-se para fotografar o material que estava sendo apresentado, mas não foi possível, o Sr. José Rodrigues não permitiu o registro porque o responsável pelo setor estava de férias e ele não podia autorizar apesar da carta de apresentação do PPG-PMUS em que previa fotografar a título de ilustrar a dissertação.

Mas o fato da autora trabalhar no IBC e estar envolvida de certa forma com o projeto “Ver e sentir através do toque” compartilhando e colaborando com a iniciativa do MNBA, tinha o registro fotográfico do material que não foi possível fotografar durante a pesquisa de campo.

A seguir apresenta-se a reprodução bidimensional da obra de Tarsila do Amaral denominada Auto-retrato ou Le Manteau Rouge, 1923.



Figura 39: Reprodução bidimensional da obra de Tarsila do Amaral denominada Auto-retrato.
Foto: Ana Fátima Berquó.

Outro exemplo é o da reprodução da obra de Manabu Mabe, denominada Natureza Morta, 1952.



Fig. 40: Reprodução bidimensional da obra de Manabu Mabe, denominada Natureza Morta.
Foto: Ana Fátima Berquó.

O projeto “Ver e sentir através do toque” ainda não tomou impulso. Todo o material confeccionado até a presente data não está disponível ao público com deficiência visual, a que se destina.

No terceiro Museu objeto de investigação, o MAST, o contato inicial foi com o Sr. Marcio Rangel da Coordenação de Museologia que não se sentiu apto a responder o formulário encaminhando-o para a Sra. Maria Esther A. Valente, Coordenadora da Exposição Permanente que ao concluir o preenchimento do formulário declarou que o MAST nas discussões sobre as exposições temporárias e permanentes tem se preocupado com a questão da acessibilidade, no entanto ainda não foi possível um trabalho focado neste tema.

O formulário (Apêndice A) sobre Informação Especial para Deficientes Visuais primeiramente aborda uma categoria construída e denominada de Informação Espacial – Domínio do Espaço Museológico; prossegue enfocando outra categoria da Informação Especial nomeada Informação Multissensorial que reúne os recursos de diferentes modalidades que podem existir no espaço físico do Museu para auxiliar a pessoa com deficiência visual a obter a informação que lhe é adequada. E por último, o terceiro conjunto de itens procura identificar no quadro de profissionais a presença de um agente habilitado para comunicação interpessoal. Ao final, o formulário reserva um campo para observações caso o informante queira acrescentar algo pertinente ao tema e não previsto no formulário.

O modelo do formulário foi aplicado em cada Museu investigado. A seguir apresenta-se o quadro com o resultado conjunto dos dados preenchidos nos 3 (três) formulários (respostas) feito por cada informante dos Museus investigados e destacando os itens da categoria Informação Espacial – Domínio do Espaço Museológico.

1- INFORMAÇÃO ESPACIAL – DOMÍNIO DO ESPAÇO MUSEOLÓGICO. Existência de:	MNH		MNBA		MAST	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1.1 Linha Guia -- percurso no chão com contraste tátil e cromático para orientação.		X		X		X
1.2 Corrimão em todo percurso da exposição -- indicação dos locais nos quais a pessoa com deficiência visual deve parar.		X		X		X
1.3 Mapa tátil do circuito expositivo com legenda de todo ou de parte do espaço da exposição.		X		X		X
1.4 Espaços da exposição -- indicação de	X			X		X
1.4.1 Sala(s)						
1.4.2 Jardim	X			X		X
1.4.3 Corredor	X			X		X
1.4.4 Outro/citar	X			X		X
1.5 Texto audiodescrito de todo ou de parte do circuito expositivo.	X		X			X
Indicação de outros espaços para o visitante		X		X		X
1.6 Biblioteca						
1.7 Banheiros		X		X		X
1.8 Lanchonete/café		X		X		X
1.9 Loja/quiosque de souvenir		X		X		X

Quadro 8: Compilação das respostas dos três Museus, MHN, MNBA e MAST – Informação Espacial

Nas respostas apresentadas neste 1º bloco, constata-se que os Museus analisados não apresentam recursos para a pessoa com deficiência visual obter Informação Espacial do Espaço Museológico de forma autônoma.

Os dois Museus, MHN e MNBA que disponibilizam aparelho de audioguia para os visitantes de um modo geral, responderam SIM, que possuem texto audiodescrito do circuito expositivo. Anteriormente, entretanto, explicou-se que esta é uma Informação Especial e que em relação à pessoa com deficiência visual há especificidade para elaboração deste recurso de audiodescrição oferecido no Museu, além de ser aconselhável a possibilidade do toque nas obras descritas pelo

audioguia, fato que não ocorre nas duas instituições que responderam afirmativamente a este item.

No item 1.4 a informante do MHN marcou SIM para a indicação dos espaços porque segundo ela, no audioguia consta a informação de salas e demais espaços do Museu. Como uma pessoa com deficiência visual escutando estas informações dos locais existentes no espaço físico do Museu poderá de maneira autônoma acessar os locais mencionados, uma vez que não há linha guia para auxiliá-la?

O quadro a seguir apresenta o conjunto dos resultados para a categoria Informação Multissensorial: existência de Recursos de diferentes modalidades.

2- INFORMAÇÃO MULTISSENSORIAL: RECURSOS DE DIFERENTES MODALIDADES (TÁTEIS, DE LEITURA, SONOROS) Existência de:	MNH		MNBA		MAST	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
2.1 Obra original (coleção) suscetível de ser tocada . Indicar a quantidade	X			X		X
2.2 Obra original para ser tocada ao alcance da pessoa com deficiência visual (alcance= Limite dentro do qual se consegue tocar ou atingir alguma coisa)	X			X		X
2.3 Reprodução para tocar quando o contato com a obra original não for possível		X	X		X	
2.4 Maquetes táteis das obras Indicar a quantidade		X		X	X	
2.5 Reprodução tridimensional de obra bidimensional		X	X			X
2.6 Objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais		X		X	X	
2.7 Ampliações de obras pequenas ----- Indicação do tamanho real		X		X		X
2.8 Miniaturas de obras grandes ----- Indicação do tamanho real		X		X		X
2.9 Extratos sonoros relativos às obras	X			X		X
2.10 Braille - Legendas da obra	X			X	X	
2.10.1 Em todo o circuito						
2.10.2 Parte	X				X	

2.11 Braille - Impressos. Citar qual	X			X		X
2.12 Legendas / Etiquetas (obras) - tamanho da fonte usado.						
2.13 Folheto promocional sonoro (folder gravado) Conteúdo (acerca de).....	X		X			X

Quadro 9: Compilação das respostas dos três Museus, MHN, MNBA e MAST – Informação Multissensorial

A Sra. Lise, informante do MHN, não soube precisar ao certo a quantidade de obras que podem ser tocadas no Pátio dos Canhões pelas pessoas com deficiência visual, estimou a quantidade de 50 peças. Em relação ao item 2.9 que trata dos extratos sonoros, a Sra. Lise explicou que em algumas exposições do MHN como às vezes pode ocorrer uma leitura da carta de Caminha, por exemplo, ela considera SIM a resposta para este item, razão porque preencheu o formulário com resposta afirmativa.

Entretanto, compreende-se que uma leitura esporádica de uma só obra não configura como recurso extrato sonoro explicativo de temas ou tema de exposição permanente.

Quanto ao impresso em Braille, o MHN em parceria com o IBC, desenvolveu um caderno “Conhecendo o Museu”, onde consta a informação sobre a arquitetura do prédio e sobre a exposição do Pátio dos Canhões, não se trata da transcrição integral do exemplar em tinta que os demais visitantes recebem, pois daria muitos volumes em Braille. Houve uma adaptação. Em relação ao tamanho da fonte usada nas legendas em tinta a Sra. Lise também não soube nos informar pois não é a área dela.

No MNBA mesmo o Sr. José Rodrigues indicando a existência de reprodução de algumas obras do acervo, lamenta-se o fato deste material ainda não estar disponível para o público a que se destina.

No MAST a Sra. Esther nos informou que existem modelos de diferentes materiais tentando reproduzir o original e estão em exposição. Também há maquetes referentes à exposição do Sistema Solar igualmente expostas no circuito expositivo, não só para pessoas com deficiência visual mas para o público em geral.

Em relação ao corpo de funcionários, o terceiro quadro do levantamento (respostas), a informante do MAST indica que existe profissional capacitado para receber pessoa com deficiência visual e ocorre da seguinte forma: quando o IBC liga agendando uma visita para grupo há um contato precedente que estabelece o planejamento da visita. Este profissional do MAST na realidade recebe capacitação pelo IBC, não é uma pessoa fixa, pode ser estagiário de diferentes áreas, por isso a resposta de que a formação deste profissional é multidisciplinar. Numa visita espontânea não há profissional capacitado especificamente para este segmento de público com deficiência visual. A informante ainda mencionou que há um único funcionário no MAST com deficiência física, que manca de uma perna, mas que não necessita de recurso para se locomover.

3- INFORMAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENDIMENTO Existência de:	MNH		MNBA		MAST	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
3.1-Profissional(is) capacitado(s) para receber a pessoa com deficiência visual? Em caso positivo, com formação em.....		X		X	X	
3.2-Profissional com deficiência visual em seu quadro de funcionários Em caso positivo indicar a quantidade?		X		X		X
3.3-Profissional/funcionário com alguma deficiência em seu quadro				X		
física		X		----	X	
auditiva		X		----		X
intelectual		X		----		X

Quadro 10: Compilação das respostas dos três Museus, MNH, MNBA e MAST – Informação da Qualificação Profissional

No espaço reservado para observação no último quadro apenas os informantes do MNBA e MAST fizeram uso e registraram que “Há um projeto em andamento para receber o público com deficiência visual e baixa visão.” (Sr. José Rodrigues – MNBA) e “O recurso do mapa tátil para exposição permanente foi pensado para ser utilizado.” e “O MAST nas discussões sobre as exposições temporárias e permanente tem se preocupado com a questão da acessibilidade. No entanto ainda não foi possível um trabalho mais focado neste tema.” (Sra. Maria Esther – MAST)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dada ao sentido da acessibilidade alcança procedimentos que vão além das tradicionais providências como o rebaixamento de calçadas ou a colocação de rampas, no caso da pessoa com mobilidade reduzida, e para a pessoa com deficiência visual, a disponibilização de textos em Braille. Abrange outras formas de acesso à informação e ao conhecimento, ao lazer, à cultura, enfim, aos direitos assegurados em lei.

Em vista disto, a acessibilidade, elemento essencial para a Inclusão Social, deve estar presente em todos os ambientes internos e externos, por onde transitar física ou virtualmente qualquer pessoa, inclusive aquelas com algum tipo de deficiência.

Deve-se lembrar que o conflito entre ser ou não acessível surge em decorrência do conceito de padronização de ambientes como resultado de se utilizar modelos considerados típicos e relacionados à ‘maioria’ das pessoas. Esses modelos, na maior parte das vezes, se formam a partir da imagem de pessoas jovens, atléticas, escolarizadas, independentes e saudáveis. No entanto, esquece-se

de que pelo menos 10% da população mundial apresentam algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida e isto precisa ser considerado por todos, porque se já é perceptível no convívio social que, conviver com os ditos 'iguais' é fácil, sem dúvida, o mais enriquecedor e desafiador é conviver com os nossos desiguais e aprender com suas diferenças.

Nos Museus Brasileiros, em especial os localizados na cidade do Rio de Janeiro, o que inicialmente vinha-se experimentando ao longo dos anos de trabalho com pessoas com deficiência visual, agora na pesquisa realizada pela dissertação teve-se condição de comprovar que, ainda existe uma distância considerável entre o discurso e a prática da inclusão – e esta distância foi possível verificar pela análise dos dados registrados no Cadastro Nacional de Museus – CNM, do órgão nacional responsável pela política nacional da área, o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Este documento transcreve a informação prestada pelos próprios Museus inventariados.

Os resultados analisados tomando como estudo três expressivos Museus da cidade do Rio de Janeiro, tanto pela qualidade como pela quantidade das coleções que tratam leva-se a refletir que os Museus Brasileiros pela ausência de recursos adequados para o atendimento às pessoas com deficiência visual, por ora, apresentam-se na condição de estarem menos inclusivos na prática do que no discurso. E nesta situação avaliada a percepção é de que parece ser mais fácil dizer as coisas do que efetivamente realizá-las. Não há referência aqui ao discurso político ou acadêmico, mas ao que se apresenta como modelo adequado de Inclusão Social.

E, em virtude da pesquisa, pode-se apontar que, em se tratando do CNM, o mesmo apresenta entendimento equivocado em relação ao termo e ao conceito de acessibilidade.

O motivo é que a interpretação é basicamente limitada ao acesso físico, portanto, subordinando-a aos aspectos da deficiência motora, tendo se atido e incluído para a coleta realizada, apenas os itens relacionados a presença de elevadores ou rampas, banheiros adaptados que permitam a circulação de visitantes com esta necessidade. Entretanto, não constaram no levantamento do IBRAM os aspectos que possibilitam o acesso físico de pessoas com outras deficiências, deixando estes segmentos da sociedade de fora do contexto de um cadastro nacional que pretende traçar um perfil que inclui a visitação.

No caso da deficiência visual há referência apenas ao Braille mas não prevê por exemplo, a entrada de cão – guia, a linha guia no circuito expositivo, entre os inúmeros elementos que compõem a Informação Especial e que foram trabalhados nesta dissertação.

Por não ter sido aplicado o conceito adequado para o termo acessibilidade pelo CNM, não são levados em consideração os meios diferenciados de acesso ao Museu de acordo com as características de cada tipo de deficiência. Assim, as pessoas estão encaradas como se fossem grupos homogêneos sem necessidades específicas.

No entanto, sabe-se que até dentro de um mesmo gênero de deficiência existem particularidades, como exemplo, as pessoas com baixa-visão e as pessoas cegas, nesta dissertação denominadas pessoas com deficiência visual, o modo como se relacionam com o meio difere pelas condições diversas: se nasceram com a deficiência ou adquiriram e quando adquiriram a deficiência fará toda a diferença.

Este desconhecimento do conceito de acessibilidade e da diversidade do espectro da deficiência visual verificou-se no estudo realizado nos espaços físicos e nos espaços virtuais, sites, dos três Museus localizados na cidade do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional – MHN, o Museu Nacional de Belas Artes – MNBA e o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

No ambiente internet nenhum site dos três Museus alcançou o padrão desejável de acessibilidade, segundo o avaliador W3C HTML Validation Service no qual se baseou para aferir os critérios básicos de acessibilidade. Os erros encontrados prejudicam a navegabilidade pela pessoa com deficiência visual que utiliza recursos de Tecnologia Assistiva para obter informação no ambiente Web. Por isso, o site de cada um dos três Museus analisados não ostenta ainda Símbolo de Acessibilidade na Web.

No espaço físico, o Formulário denominado **Espaço físico** do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual -- diagnóstico -- aplicado e preenchido por um funcionário de cada instituição é expressivo documento com relação ao conjunto de carências no quesito da movimentação da pessoa com deficiência visual no espaço, como na limitada oferta quanto aos recursos de Informação Especial para atendimento e a visitação in loco deste segmento de público.

No, entanto, considera-se que é possível acreditar no desenvolvimento de políticas de acessibilidade e inclusão do público com deficiência visual no espaço museológico.

Isto porque as três instituições pesquisadas revelaram, cada uma a sua maneira, que há carências em termos de acessibilidade para o público com

deficiência visual em seus espaços, mas diante de algumas poucas iniciativas apresentadas, acredita-se que é possível superá-las.

Não se pode esquecer de levar em consideração principalmente o uso dos conceitos e práticas inclusivas da Informação Especial que se combina com recursos da Tecnologia Assistiva no campo da Museologia e, sobretudo, fazer valer a vontade política dos dirigentes de Museu.

Importa ainda sublinhar que a pesquisa desenvolvida no âmbito da presente dissertação veio esclarecer que é possível criar propostas inclusivas nos Museus sem grandes investimentos financeiros mediante criatividade e vontade de fazer, um exemplo é a utilização do recurso da audiodescrição em Museus – dotada da Informação Especial, isto é, representação do conteúdo em linguagem adequada para a pessoa com deficiência visual.

Com efeito, tornar um Museu ‘inclusivo’ implica a criação de programas e atividades que ofereçam a possibilidade das pessoas com deficiência e, neste caso, a deficiência visual participar ativamente nelas, envolvendo a Informação Especial mediante recursos necessários para atingir a esse fim. No fundo, pressupõe mudanças nas práticas habituais, nas políticas e nos procedimentos adotados. E, então será esclarecedor e não haverá mais o entendimento que o Museu é acessível porque tem um catálogo impresso em Braille ou porque usa audioguia.

Não se pode esperar que a sociedade inclusiva aconteça de um momento para o outro assim como também não se espera um **Museu para todos** de uma hora para outra, mas começar o processo e de modo a reunir o maior número de instituições é preciso.

E se os Museus se tornarem inclusivos, repete-se: não estarão promovendo um ato de solidariedade, mas sim trabalhando no sentido de eliminar ou reduzir as barreiras que bloqueiam o acesso de determinados segmentos de público.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: Norma Brasileira de Acessibilidade. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos**: NBR- 9050. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < <http://www.acessibilidade.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA E CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Catarata**: diagnóstico e tratamento. Disponível em: <http://www.projtodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/031.pdf;> Acesso em: 20 jun. 2010.

BARRAGA, Natalie. **Visual handicaps and learning**: A developmental approach. Wadsworth Pub. Co.1973.

BELARMINO, Joana. **Associativismo e política**: luta dos grupos estigmatizados pela cidadania. João Pessoa: Idéia, 1997.

BORGES, José Antonio dos Santos. **Do Braille ao DOSVOX** – diferenças nas vidas dos cegos brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Vol.1 Petrópolis: Vozes. 1991. 405p.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Vol.2 Petrópolis: Vozes. 1991. 323p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. Decreto executivo nº 3298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Consolida as Normas de Proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez.1999, p. 10. Disponível em:< http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2FDEC%25203.298-1999%3FOpenDocument%26AutoFramed> Acesso em 17 janeiro 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999; 178o da Independência e 111o da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília:Ministério do Turismo, 2006.

BUCHALLA, Cassia Maria (Trad.). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CANO, Begoña Consuegra. **El acceso al patrimonio histórico de las persona ciegas y deficiente visuales**. Madrid : ONCE, 2002.

CBO. Catarata: Diagnóstico e tratamento; Projeto Diretrizes; Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina; 2003. Disponível em: <http://www.projetodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/031.pdf> Acesso em: 20 junho2010.

Censo, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 20 maio 2010.

Código de Ética do ICOM – International Council of Museums. Disponível em: <<http://www.icom.org.br>>. Acesso em: 04 maio 2010.

CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/comite.asp>> Acesso em: 05 janeiro 2011.

Declaração de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 15 maio 2010.

Declaração de Madri. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/madri.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 02 junho 2010.

DICIONÁRIO Aurélio. Curitiba: Positivo Informática LTDA, 2004.

Dicionário de Sociologia. Disponível em: <
<http://www.scribd.com/doc/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF>> Acesso em: 10 janeiro 2011.

Documentos, conceitos e notícias sobre questões ligadas a deficiência. Disponível em: <<http://www.saci.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ÉTICA e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

FERREZ, Helena D. PEIXOTO, Maria Elizabete S. (Compiladores) Manual de catalogação: pintura, escultura, desenho, gravura. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes. 1995. 67 p.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. **Estudos Museológicos**. – Caderno de Ensaios 2. IPHAN. Rio de Janeiro. 1994. p. 65-74.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. In: Fórum Nordestino de Museus, 4.Recife.**Trabalhos apresentados**.Recife.IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. p.1. Disponível em:<
<http://www.crnti.edu.uy/02cursos/ferrez.doc>>Acesso em: 10 janeiro 2011.

GIL, Marta (org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.80 p. (Cadernos da TV Escola. 1.)

GOUVEIA, Fabio Castro, MENEZES DA SILVA, Isabela & MANO, Sonia. Acciones de Accesibilidad para Centros y Museos de Ciencia: Conocimientos Adquiridos en el Proyecto de Museu da Vida - Brasil. Museu da Vida – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz Disponível em: <
www.latu.org.uy/espacio_ciencia/es/images/RedPop/.../M23.pdf> Acesso em: 10 janeiro 2011.

IBGE, Contagem da População 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 15 janeiro11.

ICOM. International Council of Musems. Disponível em: <<http://icom.museum>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Brasil). **Relatório de gestão 2003-2010**. Brasília, 2010.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 1**. 2003. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

JACKSON, Toby. Comunidade e Acessibilidade. In: Relato da Palestra. **Ciclo de Palestras Educação e Arte: uma experiência da Tate Modern**, na Pinacoteca do Estado de São Paulo. Brasil:[s.n], 2005. Texto completo disponível em: <http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.event_pres/jornadas/eductoby/documentacao/comun_acessib/?searchterm=toby%20jackson>. Acesso em: 10 mar. 2010.

KARA-JOSÉ N; Oliveira RC. **Olhos**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Conhecer e Enfrentar).

KELLER, Helen. Três dias para ver. **Reader's Digest**. Disponível em:<<http://www.cerebromente.org.br/n16/curiosidades/helen.htm>> Acesso em: 15 jun. 2010.

LEMOS, F.M.;FERREIRA, P.F. Instituto Benjamin Constant uma História Centenária. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro. Edição 1. set. de 1995.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: Informação em Arte um novo campo do saber. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro em Ciência da Informação/IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

LIMA, Diana Farjalla Correia; COSTA, Igor. Ciência da informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos --subsídio à linguagem documentária. In: ICOFOM/ICOFOM LAM - INTERNATIONAL SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND HISTORY: A FIELD OF KNOWLEDGE, 2006. Córdoba,

Argentina. **Trabalhos Apresentados...** 2006. Munich/Germany, Córdoba/Argentina: ICOFOM/ICOFOM LAM. 2006. p. 244,247. (ICOFOM Study Series ISS 35).

LIMA, F.J; LIMA, R.A.F.; GUEDES, L.C. **Em Defesa da Áudio-descrição:** contribuições da convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. RBTV Vol. 1, No 1 (2009): Edição Especial de Lançamento. Disponível em:<
<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/10/13>>
Acesso em: 20 janeiro 2011.

MENSCH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. **Boletim do ICOFOM-LAM**. Buenos Aires, n. 4-5, p. 10, ago. 1992.

NEVES, Josélia. COMUNICAÇÃO MULTI-SENSORIAL EM CONTEXTO MUSEOLÓGICO. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2. pp.180-192.

NEVES, Josélia. **Museus Acessíveis... museus para todos?!** Disponível em:<
http://www.scribd.com/doc/17576420/NEVES2006Museus-Para-Todos#open_download > Acesso em: 13 janeiro 2011.

NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS-NAI (PUC MINAS). **Atribuições Deficiência Visual/Conceitos.** Disponível em:
<http://www.pucminas.br/nai/dicas_visual_conceito.php> Acesso em: 20 maio. 2010

PINHEIRO, Lena Vania R. Arte, Objeto Artístico, Documento e Informação em Museus. In: SIMPÓSIO MUSEOLÓGICO E ARTE. 13, 1996, Rio de Janeiro. **Conferência anual do ICOFOM e UNI-RIO**. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural, 1996. p. 8-14.

PINHEIRO, Lena Vania R. EDUCAÇÃO DA SENSIBILIDADE, INFORMAÇÃO EM ARTE E TECNOLOGIAS PARA INCLUSÃO SOCIAL. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/issue/view/1>> Acesso em: 13 jun. 2010.

PINHEIRO, Lena Vania R. Educação Da Sensibilidade, Informação em Arte e Tecnologias Para Inclusão Social. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/16/29> > Acesso em: 10 jun. 2010.

Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010 (2010: Brasília – DF) Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília,DF: MinC/Ibram, 2010.

POMIAN, K. Coleções. Enciclopédia Einaudi: Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1984.

PORTO, Bernard Condorcet. Capítulo IV: A Acessibilidade do Conteúdo Disponibilizado na WWW In: **WEBVOX - Um navegador para a World Wide Web destinado a Deficientes Visuais**. 2001. 180p. Tese do Curso de Mestrado em Informática do Instituto de Matemática e Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Orientador: Prof. Fábio Ferrentini Sampaio, Ph.D.

PORTUGUAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Secretariado Nacional de Reabilitação. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps)**. Lisboa; 1989.

RATSKA, Adolph. **Sociedade Inclusiva**. Belo Horizonte: PUC, 2010. Disponível em:<<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

Rede Saci – Informações gerais sobre Deficiência e Inclusão Social. Disponível em: <<http://www.saci.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. São Paulo: Prodef, 1997.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. A educação inclusiva no Estado de Goiás. In: Relato preparado para o Banco Mundial, baseado no trabalho do consultor e nos documentos gerados pela Superintendência de Ensino Especial, da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 2004, Brasil. **Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva no Estado de Goiás**. Brasil:[s.n], 2004.p. 4-22.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Declaração de Caracas**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Declaracao_de_Caracas.pdf>. Acesso em: 31 maio 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão no lazer e turismo**: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções Sociais e Oportunidades para Profissionais da Informação. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.1 out. 2002.

The Audio Description Project -- An Initiative of the American Council of the Blind -- Formerly AD International. Disponível em: <<http://www.acb.org/adp/museumpainting.html>> Acesso em: 20 janeiro 2011.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Museu de Arte e Público Especial**. São Paulo. 1999. 191p., il., 2 anexos. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Orientadora: Profª. Drª. Ana Mae Tavares Bastos Barbosa.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. São Paulo. 2007. 322p. .il, 1 CD-ROM. Tese (Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Orientadora: Maria Helena Pires Martins

UNESCO and an Information Society for All; a position paper. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1966.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 21 de junho.

APÊNDICE A – Formulário **Espaço físico** do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual-- diagnóstico --.

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST
Mestrado em Museologia e Patrimônio

Título da Dissertação:

DEDOS DE VER: INFORMAÇÃO ESPECIAL NO MUSEU E A INCLUSÃO
SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Aluna Mestranda: Ana Fátima Berquó Carneiro Ferreira
Orientadora: Prof^a. Dra. Diana Farjalla Correia Lima – UNIRIO, PPG-PMUS

Espaço físico do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual
-- diagnóstico --

O foco deste diagnóstico no contexto da **Informação Especial** é levantar e analisar, no **espaço físico** deste Museu, dados sobre a oferta de recursos informacionais disponíveis e dirigidos ao atendimento da **Pessoa com Deficiência Visual**.

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST
Mestrado em Museologia e Patrimônio

Instituição _____

Ficha preenchida por _____

Cargo _____

Formação (graduado em): _____

Data _____

Assinatura: _____

A presença de marco referencial contribui para facilitar a **orientação espacial** de qualquer pessoa. E para ir a um determinado lugar pela primeira vez é preciso ter referências ou endereço.

No caso do **visitante com deficiência visual**, circular em determinados espaços implica Informação Especial (sinalização) a fim de facilitar sua orientação com autonomia.

O **trajeto da pessoa com deficiência visual** nos espaços públicos do Museu, por exemplo, deve ter percurso indicado no chão (contraste tátil e cromático) ou por meio de um corrimão.

Recursos informacionais a exemplo da sinalização servem como guia para percorrer a exposição e indicar os locais nos quais o visitante com deficiência visual deve parar.

Recursos informacionais de outras modalidades para compreensão do enfoque do Museu, de suas coleções e de sua mensagem também compõem o quadro da **Informação Especial** para o deficiente visual.

Compreende-se, neste trabalho, por:

-- Espaço Museológico:

o ambiente da exposição, o espaço externo ao Museu onde estejam obras compondo o **circuito expositivo e demais espaços** a serem percorridos pelo visitante.

-- Profissional capacitado para atender o público com deficiência visual:

aquele que conhece a Informação Especial e de acesso público, denominada Orientações no Relacionamento de Pessoas Cegas - Instituto Benjamin Constant (www.abc.gov.br/?itemid=92).

*A compreensão da obra pela pessoa com deficiência visual
é realizada através dos sentidos remanescentes
e em particular pelo tato.*

É preciso enxergá-la com seus DEDOS DE VER.

(A autora)

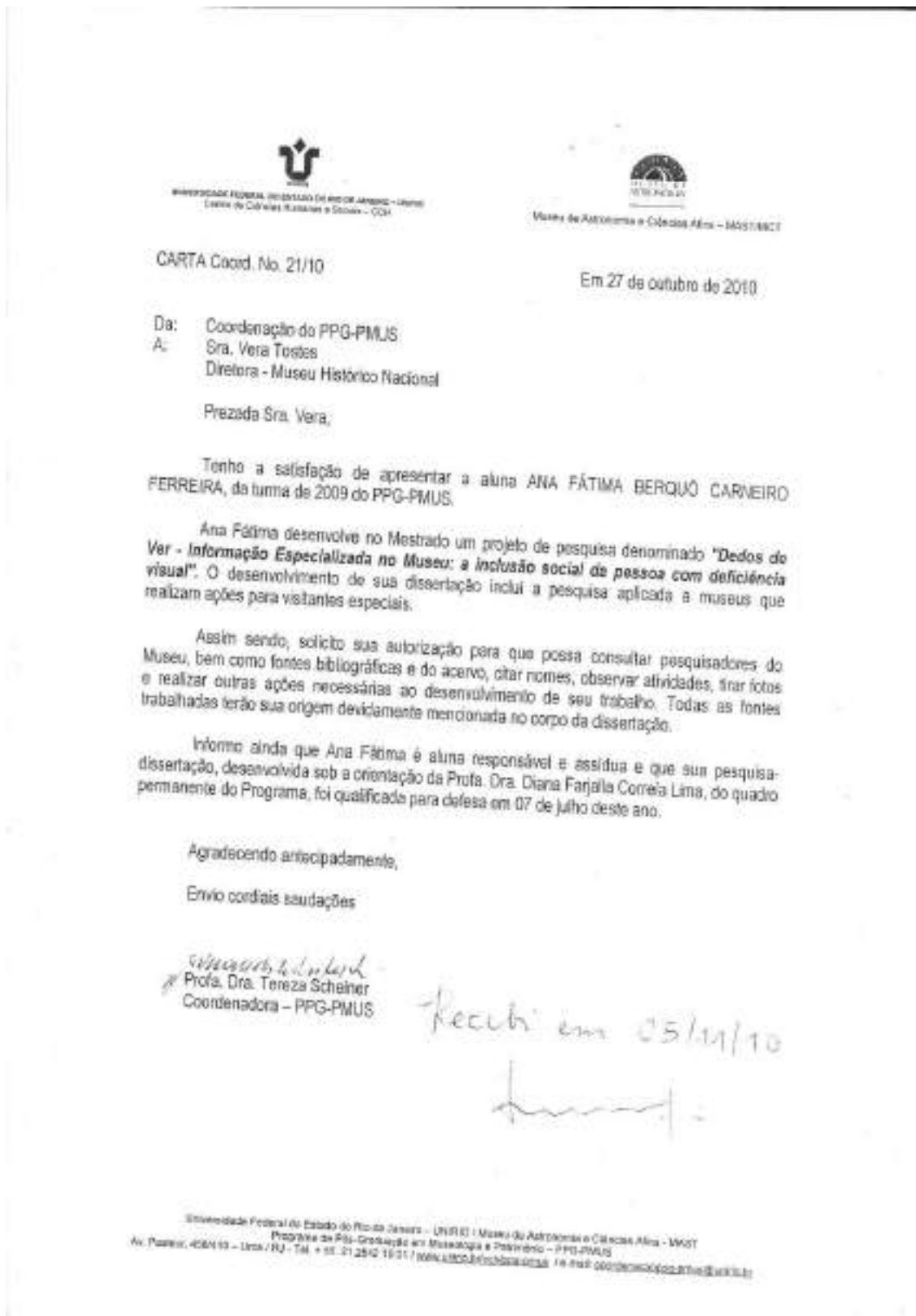
1- INFORMAÇÃO ESPACIAL – DOMÍNIO DO ESPAÇO MUSEOLÓGICO. Existência de:	SIM	NÃO
1.1 Linha Guia -- percurso no chão com contraste tátil e cromático para orientação.		
1.2 Corrimão em todo percurso da exposição -- indicação dos locais nos quais a pessoa com deficiência visual deve parar.		
1.3 Mapa tátil do circuito expositivo com legenda de todo ou de parte do espaço da exposição.		
1.4 Espaços da exposição -- indicação de		
1.4.1 Sala(s)		
1.4.2 Jardim		
1.4.3 Corredor		
1.4.4 Outro/citar		
1.5 Texto audiodescrito de todo ou de parte do circuito expositivo.		
Indicação de outros espaços para o visitante		
1.6 Biblioteca		
1.7 Banheiros		
1.8 Lanchonete/café		
1.9 Loja/quiosque de souvenir		

2- INFORMAÇÃO MULTISSENSORIAL: RECURSOS DE DIFERENTES MODALIDADES (TÁTEIS, DE LEITURA, SONOROS) Existência de:	SIM	NÃO
2.1 Obra original (coleção) suscetível de ser tocada . Indicar a quantidade		
2.2 Obra original para ser tocada ao alcance da pessoa com deficiência visual (alcance= Limite dentro do qual se consegue tocar ou atingir alguma coisa)		
2.3 Reprodução para tocar quando o contato com a obra original não for possível		
2.4 Maquetes táteis das obras Indicar a quantidade		
2.5 Reprodução tridimensional de obra bidimensional		
2.6 Objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais		
2.7 Ampliações de obras pequenas Indicação do tamanho real		
2.8 Miniaturas de obras grandes Indicação do tamanho real		
2.9 Extratos sonoros relativos às obras		
2.10 Braille - Legendas da obra 2.10.1 Em todo o circuito 2.10.2 Parte		
2.11 Braille - Impressos . Citar qual		
2.12 Legendas / Etiquetas (obras) - tamanho da fonte usado. -----		
2.13 Folheto promocional sonoro (<i>folder</i> gravado) Conteúdo acerca de.....		

3- INFORMAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENDIMENTO Existência de:	SIM	NÃO
3.1 Profissional(is) capacitado(s) para receber a pessoa com deficiência visual Com formação em.....		
3.2 Profissional com deficiência visual em seu quadro de funcionários Indicar a quantidade.....		
3.3 Profissional/funcionário com alguma deficiência no quadro		
3.3.1 física		
3.3.2 auditiva		
3.3.3 intelectual		

4. OBSERVAÇÃO: ESPAÇO RESERVADO PARA O INFORMANTE, CASO DESEJE MENCIONAR ALGO PERTINENTE AO TEMA E NÃO PREVISTO NESTE FORMULÁRIO.

ANEXOS A – Carta do PPG-PMUS para o MHN



ANEXO B – Carta do PPG-PMUS para o MNBA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CT

CARTA Coord. No. 20/10

Em 27 de outubro de 2010

De: Coordenação do PPG-PMUS
A: Sra. Mônica Xexéo
Diretora - Museu Nacional de Belas Artes

Prezada Sra. Mônica,

Tenho a satisfação de apresentar a aluna ANA FÁTIMA BERQUÓ CARNEIRO FERREIRA, da turma de 2009 do PPG-PMUS.

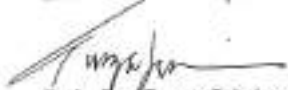
Ana Fátima desenvolve no Mestrado um projeto de pesquisa denominado "Dedos de Ver - Informação Especializada no Museu: a inclusão social da pessoa com deficiência visual". O desenvolvimento de sua dissertação inclui a pesquisa aplicada a museus que realizam ações para visitantes especiais.

Assim sendo, solicito sua autorização para que possa consultar pesquisadores do Museu, bem como fontes bibliográficas e do acervo, citar nomes, observar atividades, tirar fotos e realizar outras ações necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho. Todas as fontes trabalhadas terão sua origem devidamente mencionada no corpo da dissertação.

Informo ainda que Ana Fátima é aluna responsável e assidua e que sua pesquisa-dissertação, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Diana Farjalla Correia Lima, do quadro permanente do Programa, foi qualificada para defesa em 07 de julho deste ano.

Agradecendo antecipadamente,

Envio cordiais saudações


Prof. Dra. Tereza Scheiner
Coordenadora – PPG-PMUS

Recebi original em 05/11/10

[Handwritten signature]

ANEXO C – Carta do PPG-PMUS para o MAST



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/UNCT

CARTA Coord. No. 19/10

Em 27 de outubro de 2010

Da: Coordenação do PPG-PMUS
A: Prof. Dr. Alfredo Tolmasquin
Diretor - MAST

Prezado Prof. Alfredo,

Tenho a satisfação de apresentar a aluna ANA FÁTIMA BERQUÓ CARNEIRO FERREIRA, da turma de 2009 do PPG-PMUS.

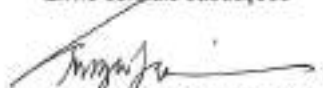
Ana Fátima desenvolve no Mestrado um projeto de pesquisa denominado "**Dedos de Ver - Informação Especializada no Museu: a inclusão social da pessoa com deficiência visual**". O desenvolvimento de sua dissertação inclui a pesquisa aplicada a museus que implementam ações para visitantes especiais.

Assim sendo, solicito sua autorização para que possa consultar pesquisadores do Museu, bem como fontes bibliográficas e do acervo, citar nomes, observar atividades, tirar fotos e realizar outras ações necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho. Todas as fontes trabalhadas terão sua origem devidamente mencionada no corpo da dissertação.

Informo ainda que Ana Fátima é aluna responsável e assídua e que sua pesquisa-dissertação, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Diana Farjalla Correia Lima, do quadro permanente do Programa, foi qualificada para defesa em 07 de julho deste ano.

Agradecendo antecipadamente,

Envio cordiais saudações


Profa. Dra. Tereza Scheiner
Coordenadora – PPG-PMUS

Recebi original em 05/11/10



ANEXO D – Declaração Universal dos Direitos Humanos

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)
da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembléia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família.

Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIV

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANEXO E – Orientações no Relacionamento com Pessoas Cegas

As pessoas que estabelecem contato com deficientes visuais, seja de forma ocasional ou regular, revelam-se de um modo geral inseguras sobre como agir diante das diferentes situações que possam ocorrer.

É importante, antes de tudo considerar que a convivência em qualquer nível ou dimensão, constitui tarefa complexa. Implica negociações, concessões, acordos e ajustes. Não por outro motivo, todas as sociedades humanas, em qualquer tempo histórico, trataram de elaborar e implementar códigos de etiqueta, encarregados de dirigir harmoniosamente as relações, amenizando o confronto das diferenças, desafio constante na invenção do cotidiano.

Nos casos onde a diferenciação social se dá através de marcas inscritas no corpo, tais estigmas podem tornar-se emblemáticos, enviesando todo processo de interação. Em tais circunstâncias, desinformação, falta de esclarecimentos, estereótipos e as fantasias que daí derivam, dificultam ainda mais o convívio com pessoas com deficiência.

A lista que reproduzimos a seguir, sobre o título "Cuidados no relacionamento com pessoas cegas", é uma espécie de código de etiqueta no qual a relação com as pessoas com deficiência visual recebe uma orientação básica, desenhada pelo negativo. Dizendo o que não se deve fazer no contato com o deficiente visual, define-se, em linhas gerais, um modo de tratamento adequado às interações das quais ele participa. As possibilidades de interação humana são muito amplas e as soluções encontradas pelos grupos para o convívio social harmônico sem dúvida ultrapassam em muito as situações contempladas na listagem de Robert Atkinson, diretor do Braille Institute of America - California. Esta sem dúvida proporciona orientações essenciais para um primeiro e, eventualmente, duradouro contato, virtude suficiente para, após adaptá-la à realidade cultural brasileira, republicá-la.

01 - Não trate as pessoas cegas como seres diferentes somente porque não podem ver. Saiba que elas estão sempre interessadas no que você gosta de ver, de ler, de ouvir e falar.

02 - Não generalize aspectos positivos ou negativos de uma pessoa cega que você conheça, estendendo-os a outros cegos. Não se esqueça de que a natureza dotou a todos os seres de diferenças individuais mais ou menos acentuadas e de que os preconceitos se originam na generalização de qualidades, positivas ou negativas, consideradas particularmente.

03 - Procure não limitar a pessoa cega mais do que a própria cegueira o faz, impedindo-a de realizar o que sabe, pode e deve fazer sozinha.

04 - Não se dirija a uma pessoa cega chamando-a de "cego" ou "ceguinho"; é falta elementar de educação, podendo mesmo constituir ofensa, chamar alguém pela palavra designativa de sua deficiência sensorial, física, moral ou intelectual.

05 - Não fale com a pessoa cega como se fosse surda; o fato de não ver não

significa que não ouça bem.

06 - Não se refira à cegueira como desgraça. Ela pode ser assim encarada logo após a perda da visão, mas, a orientação adequada consegue reduzi-la a deficiência superável, como acontece em muitos casos.

07 - Não diga que tem pena de pessoa cega, nem lhe mostre exagerada solidariedade. O que ela quer é ser tratada com igualdade.

08 - Não exclame "maravilhoso"... "extraordinário"... ao ver a pessoa cega consultar o relógio, discar o telefone ou assinar o nome.

09 - Não fale de "sexto sentido" nem de "compensação da natureza" - isso perpetua conceitos errôneo. O que há na pessoa cega é simples desenvolvimento de recursos mentais latentes em todas as criaturas.

10 - Não modifique a linguagem para evitar a palavra ver e substituí-la por ouvir. Conversando sobre a cegueira com quem não vê, use a palavra cego sem rodeio.

11 - Não deixe de oferecer auxílio à pessoa cega que esteja querendo atravessar a rua ou tomar condução. Ainda que seu oferecimento seja recusado ou mesmo mal recebido por algumas delas, esteja certo de que a maioria lhe agradecerá o gesto.

12 - Não suponha que a pessoa cega possa localizar a porta onde deseja entrar ou o lugar onde queira ir contando os passos.

13 - Não tenha constrangimento em receber ajuda, admitir colaboração ou aceitar gentilezas por parte de alguma pessoa cega. Tenha sempre em mente que a solidariedade humana deve ser praticada por todos e que ninguém é tão incapaz que não tenha algo para dar.

14 - Não se dirija à pessoa cega através de seu guia ou companheiro, admitindo assim que ela não tenha condição de compreendê-lo e de expressar-se.

15 - Não guie a pessoa cega empurrando-a ou puxando-a pelo braço. Basta deixá-la segurar seu braço, que o movimento de seu corpo lhe dará a orientação de que precisa. Nas passagens estreitas, tome a frente e deixe-a segui-lo, mesmo com a mão em seu ombro.

16 - Quando passear com a pessoa cega que já estiver acompanhada, não a pegue pelo outro braço, nem lhe fique dando avisos. Deixe-a ser orientada só por quem a estiver guiando.

17 - Não carregue a pessoa cega ao ajudá-la a atravessar a rua, tomar condução, subir ou descer escadas. Basta guiá-la, pôr-lhe a mão no corrimão.

18 - Não pegue a pessoa cega pelos braços rodando com ela para pô-la na posição de sentar-se, empurrando-a depois para a cadeira. Basta pôr-lhe a mão no espaldar ou no braço da cadeira, que isso lhe indicará sua posição.

19 - Não guie a pessoa cega em diagonal ao atravessar em cruzamento. Isso pode fazê-la perder a orientação.

20 - Não diga apenas "à direita", "à esquerda", ao procurar orientar uma pessoa cega à distância. Muitos se enganam ao tomarem como referência a própria posição e não a da pessoa cega que caminha em sentido contrário ao seu.

21 - Não deixe portas e janelas entreabertas onde haja alguma pessoa cega. Conserve-as sempre fechadas ou bem encostadas à parede, quando abertas. As portas e janelas meio abertas constituem obstáculos muito perigosos para ela.

22 - Não deixe objetos no caminho por onde uma pessoa cega costuma passar.

23 - Não bata a porta do automóvel onde haja uma pessoa cega sem ter a certeza de que não lhe vai prender os dedos.

24 - Não deixe de se anunciar ao entrar no recinto onde haja pessoas cegas, isso auxilia a sua identificação.

25 - Não saia de repente quando estiver conversando com uma pessoa cega, principalmente se houver algo que a impeça de perceber seu afastamento. Ela pode dirigir-lhe a palavra e ver-se na situação desagradável de falar sozinha.

26 - Não deixe de apertar a mão de uma pessoa cega ao encontrá-la ou ao despedir-se dela. O aperto de mão substitui para ela o sorriso amável.

27 - Não perca seu tempo nem o da pessoa cega perguntando-lhe: "Sabe quem sou eu?"... "Veja se adivinha quem sou?". Identifique-se ao chegar.

28 - Não deixe de apresentar o seu visitante cego a todas as pessoas presentes, assim procedendo, você facilitará a integração dele ao grupo.

29 - Ao conduzir uma pessoa cega a um ambiente que lhe é desconhecido, oriente-a de modo que possa locomover-se sozinha.

30 - Não se constranja em alertar a pessoa cega quanto a qualquer incorreção no seu vestuário.

31 - Informe a pessoa cega com relação à posição dos alimentos colocados em seu prato.

32 - Não encha a xícara ou o copo da pessoa cega até a beirada. Neste caso ela terá dificuldades em mantê-los equilibrados.

33 - O pedestre cego é muito mais observador que os outros. Ele desenvolve meios e modos de saber onde está e para onde vai, sem precisar estar contando os passos. Antes de sair de casa, ele faz o que toda gente deveria fazer: procura informar-se bem sobre o caminho a seguir para chegar ao seu destino. Na primeira caminhada poderá errar um pouco, mas depois raramente se enganará. Saliências, depressões, ruídos e odores característicos, ele observa para sua maior orientação.

Robert Atkinson (Diretor do Braille Institute of America, California) - Adaptação feita pela equipe técnica da Divisão de Documentação e Informação do Departamento Técnico-Especializado e da Divisão de Reabilitação do Departamento de Atendimento Médico, Nutricional e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant, contanto com a participação da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – [revisada por Ana Fátima Berquó C. Ferreira].

ANEXO F – TRÊS DIAS PARA VER

Por Helen Keller

Várias vezes pensei que seria uma benção se todo ser humano, de repente, ficasse cego e surdo por alguns dias no princípio da vida adulta. As trevas o fariam apreciar mais a visão e o silêncio lhe ensinaria as alegrias do som.

De vez em quando testo meus amigos que enxergam para descobrir o que eles vêem. Há pouco tempo perguntei a uma amiga que voltava de um longo passeio pelo bosque o que ela observara. “Nada de especial”, foi a resposta.

Como é possível, pensei, caminhar durante uma hora pelos bosques e não ver nada digno de nota? Eu, que não posso ver, apenas pelo tacto encontro centenas de objetos que me interessam. Sinto a delicada simetria de uma folha. Passo as mãos pela casca lisa de uma bétula ou pelo tronco áspero de um pinheiro. Na primavera, toco os galhos das árvores na esperança de encontrar um botão, o primeiro sinal da natureza despertando após o sono do inverno. Por vezes, quando tenho muita sorte, pouse suavemente a mão numa arvorezinha e sinto o palpitar feliz de um pássaro cantando.

Às vezes meu coração anseia por ver tudo isso. Se consigo ter tanto prazer com um simples toque, quanta beleza poderia ser revelada pela visão! E imaginei o que mais gostaria de ver se pudesse enxergar, digamos por apenas três dias.

Eu dividiria esse período em três partes. No primeiro dia gostaria de ver as pessoas cuja bondade e companhias fizeram minha vida valer a pena. Não sei o que é olhar dentro do coração de um amigo pelas “janelas da alma”, os olhos. Só consigo “ver” as linhas de um rosto por meio das pontas dos dedos. Posso perceber o riso, a tristeza e muitas outras emoções. Conheço meus amigos pelo que toco em seus rostos.

Como deve ser mais fácil e muito mais satisfatório para você, que pode ver, perceber num instante as qualidades essenciais de outra pessoa ao observar as sutilezas de sua expressão, o tremor de um músculo, a agitação das mãos. Mas será que já lhe ocorreu usar a visão para perscrutar a natureza íntima de um amigo? Será que a maioria de vocês que enxergam não se limita a ver por alto as feições externas de uma fisionomia e se dar por satisfeita?

Por exemplo, você seria capaz de descrever com precisão o rosto de cinco bons amigos? Como experiência, perguntei a alguns maridos qual a exata cor dos olhos de suas mulheres e muitos deles confessaram, encabulados, que não sabiam. Ah, tudo que eu veria se tivesse o dom da visão por apenas três dias!

O primeiro dia seria muito ocupado. Eu reuniria todos os meus amigos queridos e olharia seus rostos por muito tempo, imprimindo em minha mente as provas exteriores da beleza que existe dentro deles. Também fixaria os olhos no rosto de um bebê, para poder ter a visão da beleza ansiosa e inocente que precede a consciência individual dos conflitos que a vida apresenta. Gostaria de ver os livros que já foram lidos para mim e que me revelaram os meandros mais profundos da vida humana. E gostaria de olhar nos olhos fiéis e confiantes de meus cães, o

pequeno scottie terrier e o vigoroso dinamarquês. À tarde daria um longo passeio pela floresta, intoxicando meus olhos com belezas da natureza. E rezaria pela glória de um pôr-do-sol colorido. Creio que nessa noite não conseguiria dormir.

No dia seguinte eu me levantaria ao amanhecer para assistir ao empolgante milagre da noite se transformando em dia. Contemplaria assombrado o magnífico panorama de luz com que o Sol desperta a Terra adormecida. Esse dia eu dedicaria a uma breve visão do mundo, passado e presente. Como gostaria de ver o desfile do progresso do homem, visitaria os museus. Ali meus olhos, veriam a história condensada da Terra -- os animais e as raças dos homens em seu ambiente natural; gigantescas carcaças de dinossauros e mastodontes que vagavam pelo planeta antes da chegada do homem, que, com sua baixa estatura e seu cérebro poderoso, dominaria o reino animal.

Minha parada seguinte seria o Museu de Artes. Conheço bem, pelas minhas mãos, os deuses e as deusas esculpidos da antiga terra do Nilo. Já senti pelo tacto as cópias dos frisos do Paternon e a beleza rítmica do ataque dos guerreiros atenienses. As feições nodosas e barbadadas de Homero me são caras, pois também ele conheceu a cegueira.

Assim, nesse meu segundo dia, tentaria sondar a alma do homem por meio de sua arte. Veria então o que conheci pelo tacto. Mais maravilhoso ainda, todo o magnífico mundo da pintura me seria apresentado. Mas eu poderia ter apenas uma impressão superficial. Dizem os pintores que, para se apreciar a arte, real e profundamente, é preciso educar o olhar. É preciso, pela experiência, avaliar o mérito das linhas, da composição, da forma e da cor. Se eu tivesse a visão, ficaria muito feliz por me entregar a um estudo tão fascinante.

À noite de meu segundo dia seria passada no teatro ou no cinema. Como gostaria de ver a figura fascinante de Hamlet ou o tempestuoso Falstaff no colorido cenário elisabetano! Não posso desfrutar da beleza do movimento rítmico senão numa esfera restricta ao toque de minhas mãos. Só posso imaginar vagamente a graça de uma bailarina, como Pavlova, embora conheça algo do prazer do ritmo, pois muitas vezes sinto o compasso da música vibrando através do piso. Imagino que o movimento cadenciado seja um dos espetáculos mais agradáveis do mundo. Entendi algo sobre isso, deslizando os dedos pelas linhas de um mármore esculpido; se essa graça estática pode ser tão encantadora, deve ser mesmo muito mais forte a emoção de ver a graça em movimento.

Na manhã seguinte, ávida por conhecer novos deleites, novas revelações de beleza, mais uma vez receberia a aurora. Hoje, o terceiro dia, passarei no mundo do trabalho, nos ambientes dos homens que tratam do negócio da vida. A cidade é o meu destino.

Primeiro, paro numa esquina movimentada, apenas olhando para as pessoas, tentando, por sua aparência, entender algo sobre seu dia-a-dia. Vejo sorrisos e fico feliz. Vejo uma séria determinação e me orgulho. Vejo o sofrimento e me compadeço.

Caminhando pela 5ª Avenida, em Nova York, deixo meu olhar vagar, sem se fixar em nenhum objeto em especial, vendo apenas um caleidoscópio fervilhando de cores. Tenho certeza de que o colorido dos vestidos das mulheres movendo-se na multidão deve ser uma cena espetacular, da qual eu nunca me cansaria. Mas talvez, se pudesse enxergar, eu seria como a maioria das mulheres – interessadas demais na moda para dar atenção ao esplendor das cores em meio à massa.

Da 5ª Avenida dou um giro pela cidade – vou aos bairros pobres, às fábricas, aos parques onde as crianças brincam. Viajo pelo mundo visitando os bairros estrangeiros. E meus olhos estão sempre bem abertos tanto para as cenas de felicidade quanto para as de tristeza, de modo que eu possa descobrir como as pessoas vivem e trabalham, e compreendê-las melhor.

Meu terceiro dia de visão está chegando ao fim. Talvez haja muitas atividades a que devesse dedicar as poucas horas restantes, mas ao que na noite desse último dia vou voltar depressa a um teatro e ver uma peça cômica, para poder apreciar as implicações da comédia no espírito humano.

À meia-noite, uma escuridão permanente outra vez se cerraria sobre mim. Claro, nesses três curtos dias eu não teria visto tudo que queria ver. Só quando as trevas descessem de novo é que me daria conta do quanto eu deixei de apreciar.

Talvez este resumo não se adapte ao programa que você faria se soubesse que estava prestes a perder a visão. Nas sei que, se encarasse esse destino, usaria seus olhos como nunca usara antes. Tudo quanto visse lhe pareceria novo. Seus olhos tocariam e abraçariam cada objeto que surgisse em seu campo visual. Então, finalmente, você veria de verdade, e um novo mundo de beleza se abriria para você.

Eu, que sou cega, posso dar uma sugestão àqueles que vêem: usem seus olhos como se amanhã fossem perder a visão. E o mesmo se aplica aos outros sentidos. Ouça a música das vozes, o canto dos pássaros, os possantes acordes de uma orquestra, como se amanhã fossem ficar surdos. Toquem cada objeto como se amanhã perdessem o tacto. Sintam o perfume das flores, saboreiem cada bocado, como se amanhã não mais sentissem aromas nem gostos. Usem ao máximo todos os sentidos; goze de todas as facetas do prazer e da beleza que o mundo lhes revela pelos vários meios de contacto fornecidos pela natureza. Mas, de todos os sentidos, estou certa de que a visão deve ser o mais delicioso.